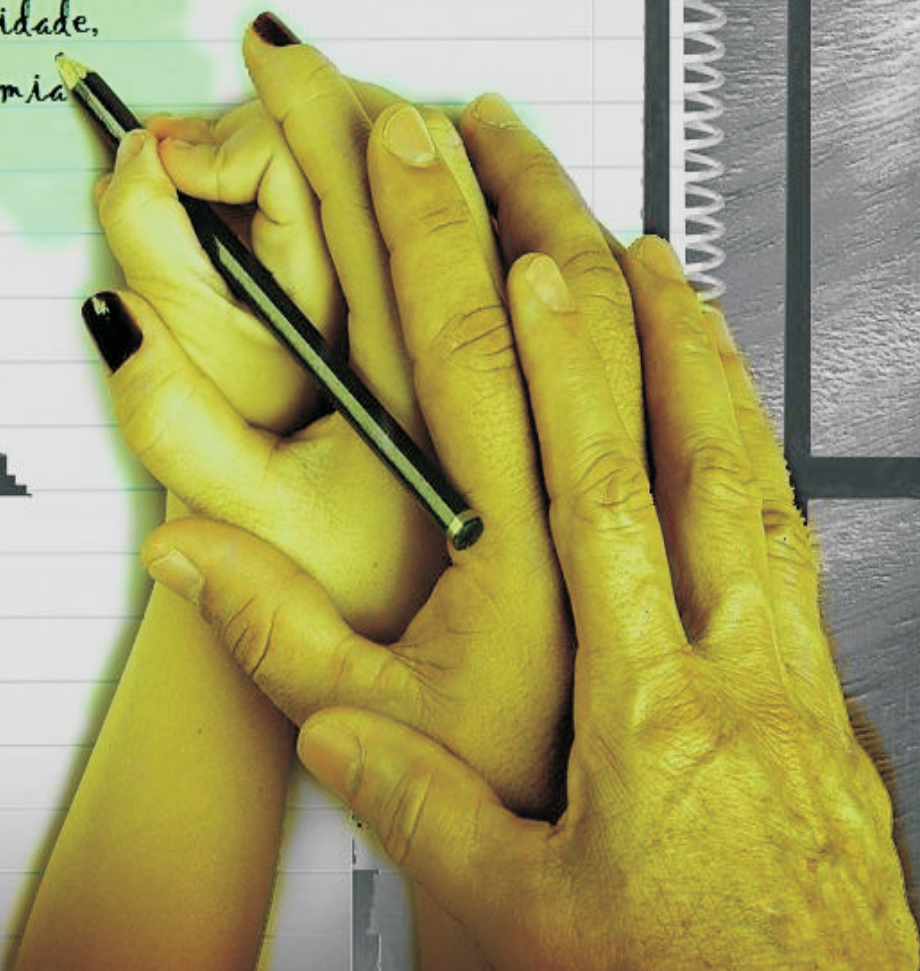


*Verdade,
Criatividade,
Autonomia*



Sónia Sofia Pais Morgado

A EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM CONTEXTO PRISIONAL:

Competências, Processos e Desafios

Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sónia Sofia Pais Morgado

**A educação para o empreendedorismo em contexto
prisional:**

Competências, Processos e Desafios

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo
apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra sob a orientação da Professora Doutora Cristina
Maria Pinto Albuquerque

Coimbra, 2012

Agradecimentos

Caminhando dia após dia, o ser humano faz pesquisas até que chega o momento em que patenteia as suas investigações fugazes de temperamento numa ação que hoje se solidifica. Quero, portanto, endereçar a minha gratidão aqueles que tiveram dúvidas pelas inúmeras limitações ou entraves que este trabalho pudesse ter, pois daí derivou realização pessoal, muita garra e vontade em atingir os objetivos...e aqui está a prova disso! E, ainda, mais agradecer do fundo do coração, a toda a minha tripulação, aqueles que depositaram em mim força, sensatez e me ajudaram a enfrentar e até liderar com os obstáculos e os desafios em construtivas estratégias e oportunidades.

Como não poderia deixar de ser, o meu primeiro e intenso sentimento de gratidão vai para a minha orientadora, que sempre acreditou em mim e no meu trabalho, pelo acompanhamento frutífero que os seus preciosos conselhos me fizeram despertar novas realidades e conhecer novos caminhos.

Quero agradecer a todos os que intervieram de forma mais direta, um especial e carinhoso agradecimento aos diretores e técnicos dos estabelecimentos prisionais que tão bem me acolheram e despenderam do seu tempo, dando-me a conhecer o mundo prisional. À Dra. Paula Vicente pela conversa, apoio motivante que o seu trabalho engendrou na minha pesquisa. À Dra. Marta e Filipa, da Gesentrepreneur e ao Dro. Nuno da ANJE que partilharam comigo as suas experiências empreendedoras.

A todos os meus amigos e amigas, às minhas xiquipucas da Covilhã e Coimbra, em especial à xuxu, ninix e pauricas, pela preocupação e apoio. A todos os/as colegas de curso que partilharam comigo experiências que levo para a vida.

Um grandíssimo agradecimento vai para a minha pedra filosofal, meu querido “nono”, que em dias claros ou escuros me transmitiu a segurança e a força de contornar os desafios e obstáculos da vida, valorizando cada partícula do meu ser.

Como os últimos são sempre os primeiros, um caloroso e intenso agradecimento vai para a minha família, pois é a vocês que dedico todo este trabalho. Aos meus Pais e Irmão (“go”), que em todo e qualquer momento me acarinharam lágrimas e recolheram sorrisos, por toda a garra que me transmitiram ao longo destes anos de vida, sem eles este trabalho não teria o mesmo sentido. Aos meus avós, vocês que me ajudaram a ter confiança e crença nas minhas capacidades, hoje com estas palavras vos quero agradecer, mesmo longe olhas-te por mim, meu querido marinheiro.

RESUMO

O objetivo deste estudo recaiu na análise de programas de educação para o empreendedorismo aplicados em Estabelecimentos Prisionais Portugueses, Leiria e Sintra. A pertinência do estudo reside na análise do empreendedorismo no âmbito prisional, que se apresenta como um enorme desafio na aquisição de novas competências, em alternativa ao ensino convencional, e na incorporação de maiores oportunidades para a reintegração social de populações reclusas.

Tratando-se de um estudo qualitativo foram entrevistados desde os promotores ou dirigentes de Centros/Empresas de formação no contexto prisional, passando pelos órgãos máximos/dirigentes de Estabelecimento Prisionais (Leiria e Sintra), depois pelos técnicos de reeducação (Psicólogos/as, Assistentes Sociais...) e por fim, os formandos. Como principais conclusões pudemos identificar pelos discursos recolhidos que: indivíduos reclusos, através de iniciativas de educação para o empreendedorismo, podem tornar-se sujeitos mais capazes, autónomos, criativos, dotados de saber ser, aprender, fazer e empreender, revelando capacidades que os próprios desconheciam; os cursos para o empreendedorismo neste contexto revelam-se pertinentes, pois não só sustentam conhecimento e competências, como também uma orientação maior em termos operativos, práticos. Na ótica dos entrevistados reclusos a experiência adquirida poderá revelar-se um recurso potenciador de projetos de vida empreendedores.

Palavras-chave: educação, empreendedorismo, competências, reintegração social, meio prisional.

ABSTRACT

The research of this study was based in the analysis of education programs for entrepreneurship, applied in the Portuguese Prisons of Leiria and Sintra.

The pertinence of the study lies in the analysis of entrepreneurship in the scope of prisons, which presents itself as a huge challenge in the acquisition of new entrepreneurial skills, as an alternative to conventional teaching and in the incorporation of greater opportunities, for social reintegration of prisoners.

Since this is a qualitative study, were interviewed, not only the promoters or directors of Centers/ Training Companies in the prisons context, but also the maximal bodies / Prison directors (Leiria and Sintra), the reeducation technicians (Psychologists, Social Care Workers ...) and finally the learners. As main conclusions, it was possible to

identify, by the collected speeches that: prisoners through education initiatives for entrepreneurship, may become people more capable, autonomous, creative, equipped with knowing how to learn, to be, to do and to undertake, revealing capabilities ignored even by themselves. The courses for entrepreneurship, in this context, prove to be relevant, because they not only sustain knowledge and skills, but also provide a greater guidance in operational or practical terms. In the perspective of the interviewed prisoners, the acquired experience may eventually, turn out to be an enhancer resource of entrepreneurs life projects.

Key - Words: education, entrepreneurship, competences, social reintegration, prison environment.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es el análisis de los programas de educación para el emprendimiento aplicados al ámbito de las prisiones portuguesas de Leiria y Sintra. La importancia del estudio reside en el análisis de la iniciativa empresarial dentro de la prisión, la cual supone un gran reto para la adquisición de nuevas competencias empresariales, como alternativa a la educación tradicional, y también en la incorporación de diversas oportunidades para la reinserción social de la población reclusa.

En este estudio cualitativo, se entrevistó a los promotores o directores de los centros y empresas de formación en el contexto penitenciario, a los órganos superiores y jefes de prisiones (Leiria y Sintra), a los profesionales para la reeducación (psicólogos, trabajadores sociales) y, finalmente, a los aprendices – los reclusos. Las principales conclusiones que podemos identificar en los discursos son: que los presos a través de iniciativas de educación empresarial pueden llegar a ser personas más autónomas y creativas, así como más capaces de saber ser, aprender, hacer y emprender, de forma que pueden llegar a desarrollar capacidades individuales que ni siquiera ellos conocían. Los cursos para el emprendimiento en este contexto son importantes porque no solo ayudan a adquirir crean conocimientos y habilidades, sino también a desarrollar una mayor orientación desde el punto de vista operativo y práctico. Los reclusos opinan que la experiencia puede llegar a ser una manera de construir proyectos emprendedores.

Palabras clave: educación, espíritu empresarial, habilidades, la reinserción social, prisión.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PRISÃO E REINTEGRAÇÃO	3
1.1. Evolução no conceito de prisão: as suas práticas e especificidades	3
1.2. Os desafios associados à reintegração social	7
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO	12
2.1. A problematização do empreendedorismo, uma combinação com a inovação	12
2.2. O fomento de uma aprendizagem desafiante: a educação para o empreendedorismo	15
2.3. Educação e formação: a conceptualização da construção de competências	20
2.4. A acoplagem da educação no contexto prisional	23
2.5. Iniciativas de apoio ao empreendedorismo: uma breve caracterização	25
CAPÍTULO III - ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	28
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS	39
6.1. As diferentes formas de reconhecimento do ensino para o empreendedorismo em contexto geral	39
6.2. Educação para o empreendedorismo: (re)descobertas no contexto prisional	42
6.3. Dos limites às potencialidades em meio prisional	46
6.4. Da mobilização dos saberes à construção de competências empreendedoras em indivíduos reclusos	51
6.4.1. Diferenças entre as motivações no pré-formação e pós-formação (avaliação das motivações antes e depois do ponto de vista dos formandos)	56
6.5. Educação para o empreendedorismo: o caminho para a reintegração futura	58
6.6. Empreendedorismo e mutações: as expetativas produzidas em projetos de empreendedorismo (PERSR e ANJE)	60
6.7. A acoplagem: das competências empreendedoras às novas oportunidades reeducativas	64
6.8. Da mobilização à concretização: um olhar sobre o percurso pessoal dos indivíduos reclusos - Casos exemplificativos da realidade	66
6.9. Estratégias/aspetos a melhorar ou a transformar no domínio da educação para o empreendedorismo	69
CONCLUSÕES	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caraterização das instâncias de formação	31
Tabela 2 - Caracterização física do Estabelecimento Prisional de Leiria e de Sintra ...	31
Tabela 3 - Caraterização dos copos diretivos e técnicos de reeducação do Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra	32
Tabela 4- Caraterização da população reclusa do Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra.....	33
Tabela 5- Caraterização dos promotores/mentores responsáveis pela formação de empreendedorismo.....	33
Tabela 6 - Análise SWOT	61

LISTA DE ANEXOS

Anexo I- Resposta da autorização para a pesquisa, endereçada pela DGSP.....	1
Anexo II – Guiões de entrevista aos diversos públicos-alvo	
2.1. Guiões de entrevista aos diretores	3
2.2. Guiões de entrevista aos técnicos.....	4
2.3. Guiões de entrevista aos promotores/mentores de formação.....	6
2.4. Guiões de entrevista aos formandos.....	8
Anexo III- Termo de consentimento informado.....	10
Anexo IV – Grelha de análise de conteúdo – interpretação dos dados	
4.1. Diretores.....	11
4.2. Técnicos.....	28
4.3. Formandos.....	50
4.4. Promotores.....	63

LISTA DE SIGLAS

ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários

CEFP- Centro de Estudos e Formação Penitenciária

CPCJ- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPJ- Centro Protocolar da Justiça

DGRS- Direcção-Geral de Reinserção Social

DGSP – Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

EFA –Educação e Formação de Adultos

EP- Estabelecimento Prisional

FSE – Fundo Social Europeu

GPS – Gerar Projetos Sociais

IRS- Instituto de Reinserção Social

PERSR – Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos

PGISP – Projeto para Gerir e Inovar os Serviços Prisionais

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

RAE – Regime Aberto no Exterior

RAI – Regime Aberto no Interior

RAVI- Regime Aberto Virado para o Interior

INTRODUÇÃO

O mundo atual tem vindo a sofrer uma acelerada transformação, geradora de novas dinâmicas que coloca grandes desafios à sociedade portuguesa. Nos últimos anos, tem-se verificado uma intensificação do interesse no tema do empreendedorismo por parte de políticos, de investigadores e da sociedade em geral. Este facto deve-se à pertinência que o empreendedorismo enquanto prática e atitude ganhou ao nível do bem-estar social, do desenvolvimento sustentado das economias e do emprego.

Estes desafios tendem a potenciar características positivas numa conjugação de esforços e reforços da educação e da formação ao longo da vida. Todo o indivíduo que passa por processos educativos torna-se um cidadão em melhores condições de exercer o seu papel, pois a educação é a base constitutiva da formação do ser humano e da defesa dos seus direitos sejam eles económicos, sociais e culturais.

A importância da educação para o empreendedorismo adquire cada vez mais e, em particular, no contexto prisional uma mudança positiva que deve ser promovida nas práticas de reeducação.

A atualidade da problemática da reinserção social de indivíduos em situação de reclusão dá origem ao propósito desta investigação, como inseridas no conjunto de preocupações atuais. O principal objetivo da investigação é compreender a relevância que é dada à aquisição de competências empreendedoras em indivíduos alvo de reclusão.

A nossa sociedade, apesar de estar em constante mutação, continua a estigmatizar e a dissolver ideias preconcebidas que influenciam o modo de ver a realidade, nomeadamente sobre a comunidade prisional. Sempre que falamos de reclusão não devemos esquecer que essas pessoas aprisionadas já estiveram cá fora, e vão voltar, um dia. Comprova-se, portanto, o facto de este ser um problema de todos nós, e não unicamente daqueles que estão diretamente envolvidos, tais como familiares, reeducadores, guardas prisionais, etc.

Desta forma, ao falarmos de reintegração social é relevante que consigamos discutir os limites e desafios neste tipo de práticas. Este estudo pretende problematizar o campo da reclusão, focalizando a importância da construção de competências, por

intermédio do empreendedorismo, como uma forma de potenciar e valorizar os reclusos perante os seus saberes, o que eles sabem fazer e aprenderam.

O ato de empreender ao revelar-se numa atitude dinâmica perante a realidade associa-se, também, à inovação. Neste sentido, pensar a inovação neste estudo é, pois contribuir para aperfeiçoar as respostas, políticas e medidas de apoio no que concerne às competências que são necessárias construir ou reconstruir, para que a reintegração de públicos em situação de reclusão, seja propiciadora de oportunidades e modificação nos padrões de vida do delinquente.

Deste modo, considera-se fundamental a intervenção com os reclusos em conexão com o meio circundante permitindo uma mobilização das suas ações e aptidões em ambiente escolar e profissional, a fim de atenuar os efeitos da delinquência. É neste âmbito que surgem os programas/formações de cariz ressocializador como é o caso dos projetos implementados no Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra, mais recentemente e incisivo no estudo o designado de “Empreender para a Empregabilidade” e, também, no ano de 2006/2007 do “Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social dos Reclusos/as”.

Este estudo estrutura-se em quatro partes. O capítulo I e II pretendem dar conta do enquadramento teórico da conceptualização e evolução do conceito de prisão até aos desafios associados à reintegração social dos indivíduos reclusos, bem como da educação que é possível construir para o empreendedorismo em populações excluídas como é o caso dos reclusos. No capítulo seguinte, iremos debruçar-nos sobre as considerações metodológicas que nortearam esta investigação. O capítulo IV será reservado à reflexão e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas elaboradas. Por fim, apresentaremos as conclusões e as ilações a retirar desta investigação, bem como as eventuais pistas ou estratégias futuras articuladas com as questões teóricas que delinearam a nossa investigação.

CAPÍTULO I – PRISÃO E REINTEGRAÇÃO

1.1. *Evolução no conceito de prisão: as suas práticas e especificidades*

Na 2ª metade do séc. XIX a temática do crime adquiriu para a sociedade portuguesa e para os investigadores de então um crescente interesse. A conceção de prisão esteve ligada à penalização, quando alguém tinha de ser afastado do convívio social durante um tempo determinado (Vaz, s.d.) e onde a principal pena prevista na legislação penal passava, também, pela privação de liberdade, na época oitocentista, o entendimento dela estava relacionado com a punição ou a ideia de crime. Esta conceção estava presente em estabelecimentos prisionais não repensados para a recuperação do indivíduo delincente, nem a “regenerá-lo” como indivíduo. Para Ferrão a “ação da sociedade deve recair essencialmente na prevenção dos crimes e que apenas a sua negligência ou impotência na prevenção a obriga a ter de colocar em prática providências punitivas” (Ferrão *apud* Vaz, s.d.). Estas eram ideias conotadas nos processos e mentalidades da época.

Desde os anos setenta e a partir das tendências integradoras da 2ª Guerra Mundial, foi-se incorporando uma maior e mais flexível intolerância para a exclusão social, chegando mesmo a haver uma transformação nos pressupostos de integração e proteção da sociedade/comunidade, designada de “exclusive society”, com “preocupações de integração social, como se pode ver – entre outros indícios – pela tolerância social a enormes taxas de encarceramento e todas as práticas securitárias a que tais taxas estão ligadas e que de algum modo representam” (Dores, 2004:6).

Compreender a conceção e todas as conexões daquilo que é hoje a prisão e do que se entende por ela é algo emaranhado, que ultrapassa as mais simples linhas fronteiriças de uma instituição destinada ao cumprimento de medidas privativas de liberdade.

A prisão, segundo Foucault (1999), é uma peça essencial no conjunto das punições, sendo, por excelência, a imagem do castigo. Segundo este mesmo autor, em muitas situações a prisão é inútil, perigosa e inconveniente, mas apesar disso continua a ser um mal necessário, do qual, por falta de outras soluções, não se pode abdicar. É na privação da liberdade que reside o seu verdadeiro segredo, enquanto castigo e agente de reeducação, pois visto a liberdade ser um direito igual para todos, também a privação dela, será um castigo.

Dores (2003: 2) refere as prisões modernas, como sendo um fenómeno social controverso. “São lugares de controlo de delinquentes e criminosos, onde estes não apenas se reproduzem através de treinamentos cruzados, mas onde trabalham de forma mais ou menos forçada em atividades de economia paralela”. Por outras palavras, as prisões contemporâneas apresentam duas vertentes de polos opostos, pois se, por um lado, existe uma aposta na reeducação de um recluso, ou seja, em aspetos positivamente compensatórios de formação e construção de competências, por outro, os mesmos mantêm atividades de economia paralela, em ligação com o exterior. Isto, por sua vez, vai anular os efeitos dessa formação e toda a atuação da educação para a ressocialização, efetivando-se um sintoma de anomia.

Segundo Gonçalves (2000), a prisão pode ser considerada através de dois pontos de vista, sendo o primeiro como “escola de crime”, na qual, pela diversidade dos reclusos e das respetivas infrações, possibilita a aprendizagem de novas tipologias de crime; e a segunda como espelho da sociedade, no qual se diferenciam dois caminhos, o desviante e o não-desviante. Deste modo, o autor afirma que a liderança informal dos reclusos, conseguida maioritariamente com base em comportamentos agressivos, torna-se num fator basilar no que toca à dinâmica interna das prisões, especialmente no que diz respeito à “cultura prisional” e à “cultura delinvente” (Gonçalves, 2000:145). Assim, refere ainda que, especificamente no caso das prisões portuguesas, muitos dos reclusos vivem sob alto clima de repressão, quer por parte dos guardas, quer por parte do próprio sistema. Neste contexto, pode-se afirmar que existem dois tipos de reclusos, os que aderem à cultura criminal e aceitam o código criminal, sendo este o conjunto de regras concebidas pelos reclusos e ajustadas à sua conduta, e aqueles que se caracterizam por aceitar a condenação como um castigo pelo crime cometido, estes vivem mais isolados dos outros reclusos e, ao contrário desses, não provocam atos de desordem.

Uma outra perspetiva prisional, conhecida por muitos investigadores, é a conceção totalitária. Erving Goffman integrante da Escola de Chicago é o autor que estudou os cinco agrupamentos de instituições totais, onde classificou as cadeias e penitenciárias como instituições protetoras da comunidade contra perigos intencionais. Na sua obra, intitulada de “Manicómios, Prisões e Conventos” (1974), Goffman ressalta a perceção e o modo como é vivenciado o mundo das instituições totais, sendo elas definidas “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por

considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974:11). Este autor focaliza a sua abordagem no fechamento, no sentido em que não permite a existência de contacto entre o recluso/”internado” e o mundo exterior. Assim, pretende-se que seja excluído e colocado à margem do mundo social de origem, por forma a assimilar todas as regras prejudiciais ao seu processo de aprendizagem.

É importante referir que, independentemente do objetivo ou finalidade da pena de privação de liberdade, o encarceramento é:

“sempre um acto de coerção, pois a detenção é, por natureza, não voluntária e a prisão tem sido, desde sempre, um mundo fechado sobre si. Nela, toda a informação é tida como um segredo e obrigada a circular por canais próprios que a deformam e onde tudo se regula ao abrigo dos olhos e ouvidos indiscretos da sociedade envolvente” (Moreira, 1994:115).

Entre as diversas instituições da nossa sociedade ocidental é possível observar que, umas são mais fechadas que outras. Esse fechamento ou carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão envolvidas no esquema físico (por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arames farpados, florestas ou pântanos).

Estas instituições, além de terem determinadas características de fechamento e de forte individualização, também, têm por base um nível acrescido de controlo das necessidades humanas na sua organização burocrática, que passa pela existência de uma farda, passa pela atribuição de um número, o despojamento de bens pessoais. Os seus “habitantes” passam por processos enraizados de estranheza a si próprios e ao que os rodeia. Dá-se uma modificação das suas condutas, quer pelo processo de institucionalização ou por iniciativa própria, pois o indivíduo é “despido da sua personalidade real” que lhe é induzida, pela própria instituição ou sociedade.

Assim, Goffman define este estado como a *mortificação do eu*, mesmo não sendo intencional. Neste processo ocorre uma inibição do desenvolvimento pessoal do indivíduo, onde o indivíduo perde a sua identidade e o seu amor-próprio. Neste sentido, tal como Dores (2000) refere a instituição prisional exerce um fechamento quer no seu campo de domínio de pessoas e comunidades existentes gerando-se, assim, exclusão e usurpação.

Contrariamente a esta perspetiva podemos ver um outro prisma, o do processo analítico que Goffman estabelece, onde subjaz a questão ligada à reabilitação, central para a presente pesquisa. “Será que me vou conseguir dar bem/triunfar e ter uma vida

dita normal quando sair?” (Goffman, 1974: 66-67). Esta é uma questão que está intrínseca no processo de reclusão e que nós pretendemos compreender.

Tal como Goffman, aborda no seu livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1975) é preciso uma linguagem de relações e não de atributos, uma vez que este tem sido usado em referência a um atributo profundamente depreciativo.

Cunha referencia o encadeamento entre sociedade e prisão, onde situa as instituições totais – de que fazem parte as prisões – no campo de “micro-sociedade”. Por outras palavras, o seu carácter total contrasta com a segmentação das sociedades modernas, ditas complexas, onde os seus domínios eram dissociados de relações e de diferentes pertenças e identidades, fazendo dela parte, um grupo inusitadamente restrito e “invulgarmente abrangente” (2008:21). Assim, podemos dizer que é fruto desse carácter total que as prisões focalizam os indivíduos numa alienação longe da mudança e transformação da realidade.

Neste sentido há ainda muitas mudanças a fazer, no hoje, agora e no amanhã, no que toca ao indivíduo que comete um crime, o sujeito incumpridor de normas sociais. Há, desta forma, uma enorme discussão sobre a realidade prisional, no sentido em que para uns, os mais conservadores e cétricos, acreditam na severidade das penas, ou seja, que a sanção penal deve significar sofrimento na perda de liberdade e que deve existir um endurecimento na lei e na aplicação das penas mais severas; para outros, a severidade das penas não contribuem para uma prevenção eficaz e reabilitadora, defendendo que é necessária a criação de meios e métodos alternativos ao simples encarceramento.

É, portanto, neste segundo postulado, digamos assim, que a presente pesquisa se debruça. Todavia, é fulcral questionar se deve ser anulado tudo aquilo que permite ao indivíduo afirmar-se enquanto indivíduo, fechando-o para as vivências e aprendizagens sociais. Neste sentido, subjaz um caminho terrivelmente catastrófico que é importantíssimo desmistificar e acrescentar-lhe refutabilidade.

Concluindo, perante tal cenário de realidades tão diversificadas entre si, constata-se que o sistema prisional e todos os fatores inerentes a este como, por exemplo, as condições materiais e humanas existentes nos estabelecimentos prisionais, o contexto pessoal e social ou, também, individual e coletivo presentes, a influência que esses têm nos reclusos e reclusas, tanto a nível psicológico como a nível físico, etc., contribuem para a complexificação de uma instituição já de si complexa.

O objetivo social da instituição prisão é, então, posto em causa. Com o intuito de punir aqueles que cometem crimes, isto é, desestabilizam a harmonia social, as prisões apresentam-se, também, como a via para a (re)socialização desses indivíduos.

O que, então, se subentende é que as prisões foram criadas e existem para corrigir os comportamentos dos indivíduos que, por razões aparentemente ligadas ao contexto social vulnerável em que viviam, se tornaram delinquentes e perigosos para a sociedade no geral. E, assim, ao invés de promoverem estratégias que realmente apoiem e reintegrem os/as reclusos/as, as prisões funcionam, tal como referido, como “escolas de crime”, onde se adquirem novos hábitos e costumes que põem em causa a vida desses/as, ao mesmo tempo que são regidas pelo silenciamento dos que têm o poder para mudar algo.

1.2. Os desafios associados à reintegração social

A questão da reinserção social têm vindo a integrar as agendas de reforma em muitos países da Europa. É uma matéria complexa em virtude das dificuldades e constrangimentos associados aos processos de inserção socioeconómica, mas também devido à associação das políticas definidas para o subsistema prisional, bem como para o sistema judicial globalmente considerado. Assim, esta questão depende em grande parte das políticas determinadas e executadas para os vários setores do sistema prisional, como as políticas de saúde, de emprego, do ensino, etc (Santos, 2003).

Um dos fenómenos que mais tem marcado as sociedades contemporâneas é sem dúvida o agravamento das desigualdades sociais entre os indivíduos e conseqüentemente a exclusão social. O indivíduo encontra-se inserido numa determinada sociedade, porém, muitas vezes, é esta mesma sociedade que o exclui.

As desigualdades sociais e a marginalização relacionam-se não só com as condições económicas a que os indivíduos estão sujeitos, mas também afetam negativamente as oportunidades educativas e profissionais.

Em termos sociais, a passagem pela prisão tem uma série de conseqüências negativas tanto para os indivíduos, como para a comunidade a que eles pertencem, desde a estigmatização, a etiquetagem social/ rótulo, a interrupção das estratégias escolares e profissionais, a desestabilização das famílias, até mesmo a amputação das redes sociais, dado que a reclusão leva a toda uma série de sofrimentos e problemas interpessoais e pode contribuir, sobretudo na execução de penas longas para ampliar e manter a fragilidade social e a insegurança que a sustenta.

“O tempo de reclusão não é, em muitos casos, aproveitado para reinserir o recluso, funcionando, aliás, nessas circunstâncias, como escola de maus hábitos, maus princípios e de comportamentos viciosos. No fundo, as prisões, salvo algumas honrosas exceções, continuam a ser meros depósitos de pessoas, com a agravante de na sua maioria serem portadoras de graves doenças” (Provedor da Justiça, 1997:32).

Difícilmente alguém dá emprego ou acolhe quem esteve preso. A própria família é muitas vezes conotada com o ato praticado, comprovando-se assim que as prisões exercem os seus efeitos muito para além dos seus muros. Em paralelo, como obstáculos à reintegração e estímulo à reincidência, acresce a ausência de apoios e as ideias preconcebidas da reclusão. Os processos de discriminação associam-se à valorização de défices e falhanços, dificultando a identificação de atributos e competências que os indivíduos poderão possuir e reduzindo, conseqüentemente, as suas oportunidades de vida.

“Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (Foucault, 1999:261).

De facto, a prisão

“favorece a coabitação de indivíduos em grupos fortemente segregados, criando assim a oportunidade para aprendizagem de novas *habilidades* e fortalecendo a crença de atitudes de perpetuação da carreira desviante e de alienação em relação ao resto da sociedade” (Gonçalves, 2000: 148).

Hoje em dia, o conceito de prisão em Portugal desencadeia transformações e mudanças nas suas formas de perceção e interação, pois nela se consideram funções de readaptação e reeducação.

Os grupos não incluídos têm vindo a ser objeto preferencial de políticas visando quer a sua assimilação, quer a sua integração propriamente dita (Rodrigues, 2011:30).

Segundo Vaz (s.d), “mais do que punir, a pena deve possibilitar a reabilitação do delinquente recuperando-o para a vida em sociedade”.

Por sua vez e de acordo com o artigo 42.º, nº1 do Código Penal,

“A execução da pena de prisão, servindo a defesa da sociedade e prevenindo a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer mais crimes.”

Se antes a punição estava na base do sistema penitenciário, hoje esta instituição tem o intuito de servir a sociedade. No sentido em que além do seu caráter protecionista na possibilidade de repetição no incumprimento formal das leis que a regem, incide

também na contribuição para a reinserção social do indivíduo, preparando-o para os contextos que pode vir a defrontar e evitando a reincidência no crime cometido.

A reinserção social é uma etapa indissociável da reeducação, sem a qual não se pode considerar que o indivíduo se encontre verdadeiramente integrado na sociedade. Desta forma, os indivíduos estigmatizados e submersos em exclusões necessitam de estratégias cada vez mais eficientes e inovadoras de ressocialização¹ e (re)inclusão, pois não é suficiente punir-se um indivíduo porque comete crimes, a par da punição é preciso a reabilitação.

A reinserção social é entendida como um “processo de vinculação efectivo e activo à realidade cultural, económica e social, que um sujeito realiza depois de um período de isolamento ou crise” (Azevedo, Barbosa e Brandão, 2004:12).

Entendemos como (re)integração o (re)acesso reconhecido ao grupo, a (re)adaptação a um novo “*modus vivendi*” próprio de um coletivo que o indivíduo abandonou temporariamente (Maia, 2002: 209).

Como defende Rocha (2003:2), a reinserção social não constitui um ato isolado no espaço e no tempo, constitui um processo dinâmico e evolutivo. O contexto prisional carece de melhorias, mais incisivas e contextualizadas, nas suas práticas quotidianas. Há que olhar e incidir nas dinâmicas e complexidades de um estabelecimento prisional, no sentido de uma eficaz articulação entre mecanismos internos e externos.

Reforçando esta ideia, podemos salientar a importância e o contributo da abordagem sistémica, uma vez mais, para este tema que, por sua vez, alimenta e conduz à junção de mecanismos dentro e fora do meio prisional. Indo mais além, a abordagem sistémica das competências de que fala Pires (2005) é uma abordagem de carácter global, integrador e dinâmico que articula os atributos do sujeito com o contexto onde este se situa. “Esta abordagem vê as competências como combinações complexas de atributos (conhecimentos, atitudes, valores e perícias) que são usados para compreender e funcionar em situações particulares nas quais os indivíduos se situam” (Pires, 2005: 290).

¹ Qualquer processo de socialização pode ser considerado uma ressocialização, sempre que tal implique, por parte do actor que nele se envolve, uma mudança significativa no comportamento. Não se trata propriamente de um corte radical com aprendizagens e vivências anteriores, mas sim da aquisição de novas experiências, que lhe fazem interiorizar outras normas e valores eventualmente diferentes daqueles a que estava habituado e que o ensinam a viver socialmente em conformidade com a nova condição que passa a deter.” (Maia, 2002: 324)

Teater (2010) autor da Teoria dos Sistemas Sociais defende que as diferentes partes ou elementos de um sistema não funcionam isoladamente, mas dependendo e interagindo umas com as outras para completar o sistema principal. Quero com isto dizer que, a prisão é um sistema de lógicas próprias, onde as suas formas de agir e de habitar no sistema, também, elas lhe são próprias e, por isso, é um sistema peculiar, de interações, ou seja, um subsistema dentro do sistema. Como tal, é importante ser discutido e percebido na sua dimensão integrativa.

Nos dias que correm, com a evolução da justiça penal, através da nova legislação, a concessão de saídas precárias, a colocação de reclusos em RAE (Regime Aberto no Exterior), concessões de liberdades condicionais, podemos verificar uma abertura ao meio, como diz Gonçalves (2000:187). Assim, através desta abordagem é possível olhar para a prisão como um microsistema que é tangível de ser aberto e fechado ao exterior.

Portanto, tendo em conta as condições que envolvem os reclusos no ambiente prisional, torna-se também fundamental compreender quais os mecanismos utilizados pelos mesmos nos respetivos processos de aquisição de competências empreendedoras. O principal objetivo de educar e formar indivíduos com base na construção de competências empreendedoras, traduz uma melhor preparação dos indivíduos para o regresso à vida ativa.

Acredita-se que este tipo de aprendizagem irá proporcionar ao recluso melhores possibilidades de viver economicamente independente, facilitando o processo de reintegração social (Rodrigues, 2002). Além disso, contribui ainda para um aumento da autoestima, da motivação pessoal e de oportunidades de sucesso, contrariando e reagindo efetivamente às situações de exclusão social pela via da educação e formação empreendedora.

O trabalho, tal como a escola e a frequência de ações de formação, é também uma forma de ocupação dos reclusos, pois ao conseguir mantê-los ocupados, a tensão dentro do estabelecimento acaba por diminuir, visto que “enquanto trabalha, não só não está a pensar em actividades nocivas à ordem e à segurança, como nem sequer tem tempo para as executar” (Webster, 1997:91).

Contudo, a reintegração pode ser entendida desde o nível mais micro ao nível mais macro, tal como Franco (2011:158) argumenta: ao nível do próprio conceito, pois os desafios da reintegração são hoje diferentes daqueles que eram há dois séculos atrás e dos que serão no futuro; ao nível do desenvolvimento individual, onde o percurso de

vida é crucial e decisivo para todo o processo; ao nível das instituições e das suas respostas, porque o seu carácter inclusivo antecede a sua ação, isto é, as respostas inclusivas permitem uma sociedade inclusiva se organizar para responder às necessidades dos indivíduos alvo de respostas segregadoras e vulneráveis; até ao nível dos contextos, pois não há inclusão/reintegração sem a existência de contextos e atitudes integradoras.

Em suma, esta reflexão toma conta da existência de estratégias de inclusão e reintegração mais eficientes numa procura sistémica de equilíbrios, agindo entre o projeto e desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e mecanismos de acompanhamento muito atuantes, ou mais ativos, de ambas as partes, a sociedade e o indivíduo.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO

2.1. *A problematização do empreendedorismo, uma combinação com a inovação*

Num mundo cada vez mais global, a palavra empreendedorismo tem uma utilização abrangente, aludindo-se a ações inovadoras e dinâmicas em todas as esferas ou áreas da sociedade. No entanto, a natureza/conceção do empreendedorismo e o modo de atuação, do que se entende por indivíduo empreendedor, está longe de se tornar uma definição clara e consensual. Bygrave e Hofer (1991) são autores que defendem que deve competir a cada investigador/cientista explicitar claramente o que entende pelo termo, advogando, até mesmo, que nunca existirá um consenso na sua definição.

Neste sentido, é importante, cada vez mais, ter em consideração e perceber as razões que determinam, incentivam ou restringem a atitude empreendedora.

Como refere Bucha (2009) devemos ter na nossa vivência diária uma faceta de empreendedor que se deve traduzir em conhecimentos que, por sua vez, resultará numa maior capacidade de preparação e de atuação para os desafios da realidade.

“O empreendedorismo baseia-se no desenvolvimento de conhecimento, que deve estar sempre a incluir novas áreas necessárias à melhoria do desempenho das pessoas no respectivo contexto profissional, social ou pessoal” (Sousa, s.d:8).

A importância do estudo do empreendedorismo é abordada por diversos autores, mas também pelo poder político de diversos países, tal como Raposo e Silva (2000) argumentam.

Para Reynolds *apud* Gaspar e Pinho (s.d:3), o fenómeno do empreendedorismo é compreendido, mais genericamente, referindo que *“o subsistema empreendedor, enquanto parte do sistema social e económico duma sociedade, desempenha duas funções, a de arbitragem entre subsistemas (nomeadamente entre o financiamento, a inovação e os fornecedores de factores produtivos), e a de integrador do subsistema económico”*.

Para além desta ideia mais genérica, há também autores ou organizações que trabalham o conceito de empreendedorismo social. Neste sentido, o papel da intervenção social encontra-se intimamente ligado ao conceito de empreendedorismo social. Na visão de Dees (2001) o empreendedorismo está associado à noção de mudança, valor social, impacto social, liderança e ainda a um conjunto de características associadas ao empreendedor como a paixão, a motivação e o espírito de missão. Os empreendedores são inovadores no modo como respondem a uma situação. Este autor

distingue os empreendedores sociais dos empresariais na medida em que aqueles adotam uma missão social que acresça de valor social e que tenha um impacto na comunidade. A geração de riqueza é para os empreendedores sociais um meio para atingir um fim, enquanto para os empreendedores empresariais é uma forma de medir a criação de valor social. Em acréscimo, considera-se que o empreendedorismo social anda associado ao desenvolvimento de projetos que visam alcançar o interesse geral ou dar resposta a necessidades sociais não satisfeitas (Portela *et al.*, 2008).

As discussões e as conceptualizações sobre este tema são extensas e aprofundadas. Desta forma, sabendo e conhecendo as várias abordagens teóricas não coube aqui esmiuçar as suas minuciosidades. Apenas coube, situar e explicitar o fio condutor, de maior realce para a presente pesquisa.

É necessário ter em conta que, o empreendedorismo refere-se à atitude da pessoa empreendedora, bem como à aquisição e aprendizagem que a mesma tem ou apropria da sociedade. O empreendedorismo enquanto atitude é entendido como a qualidade de criar, renovar, mobilizar recursos, modificar ou até conduzir a atividades inovadoras e movidas pelo espírito de iniciativa. A vertente do empreendedorismo que conduz esta pesquisa é o empreendedorismo que prevê a aquisição e promoção de competências empreendedoras, desde o saber fazer, pensar, viver, partilhar, dizer, como Grand'Maison *apud* Bertrand (2001) concebeu para a educação.

Com a necessidade de alcançar a inovação e novas maneiras de intervir, surge um novo paradigma de intervenção social e económica, direcionado para os pontos fortes e as competências dos indivíduos e comunidades. Neste sentido, o ensino e a formação do empreendedorismo atingem uma relevância suprema. Este novo paradigma vai criar valor social através da capacitação dos indivíduos e, por sua vez, do desenvolvimento social, económico, comunitário e sustentável, gerando, assim, sinergias e mudanças sociais significativas e sistémicas (Sloymossy, 2008).

A eficácia e eficiência do/a empreendedor/a é uma construção morosa e complexa que envolve competências inerentes ao indivíduo (cognitivas, emocionais), mas também capacidades técnicas, designadas de *habilidade empreendedora* (Drucker *apud* Leite, 2006).

DEEP/MTSS² (2003) alerta também a importância de fatores socioeconómicos e ambientais relativos a contextos que podem influenciar positiva ou negativamente a propensão ao empreendedorismo.

É importante argumentar que o empreendedorismo não pode nortear-se apenas por uma orientação individual, perspetivando ou postulando as características de indivíduos de forma racional e intencionalmente, e deixando de lado os processos e contextos. Desta forma, é necessário, tal como refere Ferreira (2006), articular uma visão individualista com uma estruturalista, onde o empreendedor é visto segundo uma perspetiva de transformação sistémica. Assim, *“considerando que se, por um lado, existem constrangimentos sociais que ultrapassam a capacidade de acção de indivíduos ou grupos, por outro lado, existe por parte destes a capacidade de mudança dos contextos em que estão envolvidos”* (Ferreira, 2006: 1).

O ato de empreender revela dinamismo e audácia perante a realidade, onde se imaginam e focalizam respostas de modificação dessa realidade em determinados contextos, quer sejam eles internos ou externos. É, desta forma que podemos associar o empreendedorismo à inovação, na medida em que o/a empreendedor/a é visionário e tende a realizar as suas ações de forma diferente, para obter resultados, também eles, diferentes.

Para Schumpeter (1934) a inovação é uma forma de acesso à prosperidade e desenvolvimento, pela substituição da anterior forma de fazer, é o que ele denomina por “destruição criativa”, onde os empreendedores são os “protagonistas da mudança”.

Há que salientar que muitas vezes inovamos sem que assim nos apercebamos. Deste modo, o verdadeiro desafio é refletir sobre essas práticas inovadoras que inconscientemente desenvolve-mos. Drucker (1997) define o empreendedor como aquele que muda ou transforma valores e pratica a inovação sistematicamente, procurando fontes de inovação e criando oportunidades.

Há ainda que ter em linha conta o que alegam Isabel André e Alexandre Abreu relativamente à **inovação social**, é uma:

² É um estudo, com carácter exploratório, efetuado sobre “Indicadores de Empreendedorismo e Inovação” preparado por uma equipa do Centro de Investigações Regionais e Urbanas do Instituto Superior de Economia e Gestão (CIRIUS) pelo Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP) e Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS). Pretende dar conta do desenvolvimento do espírito empresarial e como ele constitui um processo decisivo na modernização da estrutura nacional. A sua análise centra-se sobre as novas empresas/estabelecimentos criados como também sobre os empreendedores dessas novas empresas, entendidos como os “patrões” das novas iniciativas.

“resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder. Admitir que a inovação social visa e gera mudança social, contribuindo para a alteração das relações de poder, exclui do campo os efeitos sociais que quase todos os processos de inovação tecnológica ou organizacional inevitavelmente acabam por gerar por via do emprego, do consumo ou por outros meios menos directos” (2006:124).

Nesta ótica, mais do que conhecer em que medida as ideias iniciais dos/das empreendedores/as são inovadoras, torna-se importante conhecer como a inovação é pensada e praticada ao longo do processo. A ideia de inovação tem de ser pensada continuamente, pois:

“Nos casos em que a eficácia do produto ou do processo no combate à exclusão social é institucionalmente reconhecida, a inovação social é “absorvida” pelas instituições, o que, mais cedo ou mais tarde, lhe retira a feição inovadora, passando a fazer parte das rotinas” (André e Abreu, 2006: 129).

Se por um lado, a reintegração social faz parte das agendas de reforma de muitos países da Europa e, concretamente de Portugal, propiciar condições dignas que contribuam para o processo de reintegração social faz parte dos esforços de implementação de estratégias que a tornem uma realidade. Por outro lado, é no empreendedorismo enquanto atitude e enquanto mecanismo potenciador de novas respostas aos problemas do contexto social, económico e profissional que vemos uma possibilidade de pensar e agir diferentemente perante os desafios dos sujeitos.

Em suma, “**Empreender** é fundamentalmente encarar a realidade como um conjunto de oportunidades de mudança e de inovação, assumindo o desejo e mobilizando a energia necessária para a sua transformação” (Pereira *et al*, 2007: 9).

2.3 O fomento de uma aprendizagem desafiante: a educação para o empreendedorismo

A educação e a formação para o desenvolvimento do espírito empreendedor têm vindo a integrar as estratégias da Comissão Europeia e são hoje fatores preponderantes e decisivos para o desenvolvimento económico e cultural em toda a Europa e, também, para o fomento de uma cultura empreendedora europeia. Elegem o empreendedorismo como uma das oito competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida, onde a

necessidade de incitar a satisfação pessoal, a inclusão, a cidadania ativa e a empregabilidade foram elementos base da recente proposta da Comissão para uma Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, COM (2005) 548 final. (CCE, 2006 – lexuri CCE)

“A educação para o empreendedorismo é um motor de crescimento futuro e ajudar-nos-á a inspirar os empresários de amanhã. Se a Europa se quiser manter competitiva terá de investir nas pessoas, nas suas competências e nas suas capacidades de adaptação e inovação. Significa isto que temos de promover uma verdadeira alteração das mentalidades na Europa para favorecer o empreendedorismo, começando por promover esse espírito desde os níveis precoces de educação” (Comissária Responsável Androulla Vassiliou).

O grupo de peritos da Comissão Europeia para o programa de trabalho especializado sobre as competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida definiu o empreendedorismo como uma competência essencial, considerando que:

“Empreender engloba uma componente activa e uma componente passiva, podendo este conceito ser entendido como uma propensão para inovar mas também como a capacidade para acolher e desenvolver a inovação proveniente de factores externos. Inclui acolher a mudança, assumir responsabilidades pelas próprias acções, a formulação de objectivos e a tentativa do seu cumprimento e a vontade e motivação para o sucesso” (Pereira *et al*, 2007: 19).

Filion (1999) entende que o “empreendedorismo se aprende”, considerando ser possível adotar uma lógica de definição e estruturação de contextos e um entendimento das várias etapas da sua evolução, para os sistemas de aprendizagem.

Não podemos esquecer que, a aprendizagem deve desenvolver uma relação pró-ativa, entre o recetor (indivíduo que aprende) e o emissor da mensagem (indivíduo que ensina), impulsionando uma energia transformadora nas mudanças.

A educação baseada no empreendedorismo torna-se fundamental diante dos novos desafios impostos pela sociedade (a nível macro) e pelo mercado de trabalho (a nível micro), pois sustenta e dissemina uma cultura diferente para gerar novas oportunidades e diferentes maneiras de um indivíduo aprender a olhar e a se posicionar perante a realidade. Muitos são os autores que referem a educação para o empreendedorismo como uma forma de estar no mundo. Assim, este novo paradigma

estimula a criatividade, a experimentação da inovação, as ideias “correrem soltas até se transformarem em oportunidades” (Duarte, 2010: 45).

Concluindo este raciocínio, Dolabela refere que “o ensino de empreendedorismo significa uma quebra de paradigmas na nossa tradição didática, uma vez que aborda o saber como consequência dos atributos do ser” (s.d:1). Considera-se, portanto, que há que desenvolver o potencial de cada indivíduo, podendo ser estimulado ou inibido pelas relações que o mesmo estabelece, ou seja, partindo de vontades ou caminhos desenhados por ele próprio. Isto diz respeito à visão do mundo e a uma adoção de estratégias que favorecem posturas como: autonomia, autorresponsabilização, iniciativa, participação, valorização pessoal. O autoconhecimento e a autoestima são elementos fundamentais na aprendizagem e na construção da essência empreendedora, influenciando tanto o processo cognitivo quanto as relações do indivíduo com o outro e com o mundo.

“A capacidade de imaginar novas realidades é determinante para a sociedade, seja para o/a jovem que quer ser cientista e inventor/a, seja para o/a jovem em contexto de exclusão social” (Capucha *et al*, 2006:13). É de salutar que, a importância da construção de competências ao longo da vida é crucial para o bem-estar social dos indivíduos, sentindo-se mais aptos para enfrentar respostas desafiantes e constrangimentos, quer sejam ou não alvo de vulnerabilidade social.

Não podemos esquecer que,

“A aprendizagem do empreendedorismo e a aquisição das capacidades empreendedoras podem e devem começar muito cedo a acompanhar não só todo o percurso escolar curricular (...) como também os contextos de formação não formais” (Sousa, s.d:8).

Os contextos de formação formais e não-formais adquirem uma forte relevância desde cedo na aprendizagem e na aquisição de competências empreendedoras dos indivíduos, a fim de originar-se uma transformação ao nível do aumento educacional. “Ninguém aprende apenas através da memorização, mas sim percebendo o porquê do aparecimento dos conceitos e como se aplicam” (Bucha, 2009:133).

Diversos autores, em particular Krueger (2008) e Solymossy (2008), referem a existência do paradigma da educação construtivista, como sendo propiciadora para a mudança, onde os indivíduos desenvolvem as suas próprias formas de organização do conhecimento, refutando, portanto, os modelos históricos de educação, onde a aprendizagem se baseava na memorização, a designada abordagem/aprendizagem behaviorista.

Também Nobre (2004) defendendo uma posição em conformidade com os autores anteriormente mencionados, declara que os novos desafios associados à educação e formação como instrumento de mudança são potenciadores da construção deste novo paradigma de aprendizagem construtivista, em que a maneira de construir o saber é muito mais ampla, desde o redescobrir, inventar até ao (re)criar.

Esta aprendizagem centrada no indivíduo baseia-se, segundo Kreuger (2008:4), numa aprendizagem com a sua vida diária, “por tentativa e erro num ambiente social”. O sujeito interage com o meio, respondendo a estímulos externos, observando, organizando e construindo um conhecimento.

Oliveira (2010:58) posiciona a educação empreendedora também no desenvolver da autoestima e valorização do potencial de persistência dos indivíduos diante de resultados não esperados, diante do erro e do que os outros consideram fracasso.

Dolabela autor que confronta a educação tradicional e moderna diz-nos que:

“Não estou fazendo críticas ao ensino convencional e não acho que ele seja deficiente em termos metodológicos. A escola é muito competente para desenvolver conhecimentos e propagá-los e isso é muito bom, mas precisa também preparar pessoas capazes de transformar conhecimentos em riqueza para a coletividade”. (2008:15)

Portanto, há que confrontar o paradigma da aprendizagem tradicional, em prol de um novo paradigma centrado num processo de estimular os envolvidos a pensarem nas forças e fraquezas como oportunidades, isto é, de encontro com a capitalização de recursos que se traduzirão em experiências funcionais (Solymossy, 2008). Neste sentido, a educação empreendedora pode ser significativa, ou seja, resultante de impactos/efeitos positivos na aprendizagem, mudando a forma como pensamos. Parafraçando Solymossy, os empreendedores “need to learn how to learn, rather than learn how to do” (2008:6).

Contrariamente ao ensino tradicional a educação para o empreendedorismo vê o professor/educador como o seu agente, onde ele irá preparar e perspetivar um ambiente favorável para que o aluno/educando construa por si próprio esse saber empreendedor.

Segundo Oliveira (2010:58):

“O papel do educador pode ser visto como o de alguém que provoca o desequilíbrio nas relações do aluno com o mundo, através de perguntas, desafios, questionamentos, e ao mesmo tempo oferece o apoio necessário para que ele, diante dos conflitos cognitivos, desenvolva uma ação auto-organizadora”.

A motivação, a autoestima, o pensamento crítico, entre outras competências pessoais e sociais são eixos fulcrais para uma atitude empreendedora que deve ser promovida duradouramente (Albuquerque e Marques, 2012). Esta motivação vai também gerar e capitalizar recursos para um conhecimento ativo de desenvolvimento social, económico, cultural, entre outros.

Contudo, não esquecendo que para aqueles que têm motivações insuficientes e baixos níveis de atitude empreendedora é preciso criar ou dotá-los de capacidades mais eficazes e desenvolvidas, numa visão de aprendizagem centrada de que fala Krueger, 2008 e Perkins³ (1992), ou seja, uma aprendizagem mais vincada, mais construtivista (Solymossy, 2008), de métodos mais focalizados e orientados para a transformação social.

Sendo assim, num contexto de procura de integração social há que ter em atenção e direcionar as competências a construir em função do público-alvo. Há, portanto, que ajustar, tal como Ferreira (2009) advoga, a aprendizagem às características e constrangimentos sociais da população, dotando-os de certas características, como a resiliência, a autoconfiança, a iniciativa, ou seja, uma metodologia baseada no desenvolvimento da pessoa, direcionando-a e projetando-a no saber ser, como Dolabela (2008), Solymossy (2008) e Bucha (2009) defendem.

Concluindo, é possível provar em contexto de exclusão social que as tendências de educação por via do empreendedorismo são mais atraentes, onde contrariamente ao ensino convencional se manifesta uma forte motivação. De acordo com o World Economic Forum (2009) as oportunidades da inclusão social colocam esta pedagogia como criadora de um forte entendimento da comunidade, aumentando a autoconfiança e reduzindo a sensação de desamparo e desespero dos indivíduos.

Este pode ser o caminho ou o paradigma que traz para populações alvo de vulnerabilidade social uma aprendizagem sustentável concentrada nas oportunidades dos indivíduos e que, por sua vez, responde às necessidades dos mesmos de forma inclusiva e diferente. Portanto, é através de estratégias pedagógicas cada vez mais práticas, incisivas e determinantemente desafiantes ligadas ao ensino empreendedor que, sobretudo, populações com estas características precisam no seu dia-a-dia.

Tal como Sousa e Machado (s.d) alegam, o desenvolvimento das competências empreendedoras constitui uma das dimensões onde a formação profissional pode criar

³ David Perkins (1992:78) escreveu no seu livro *Smart School* “*Learning is a consequence of thinking*”.

estímulos à educação ao longo da vida. É, neste desenvolvimento de aprender a empreender que a capacitação e a construção de competências da população reclusa, pode assumir uma postura pró-ativa e preponderante, de maneira a dar relevância a um pilar importante, e cada vez mais, decisivo na junção/ligação e até aproximação entre vários agentes intervenientes/*stakeholders* do processo, a nível micro, macro e meso. Por outras palavras, interligando os agentes ativos e passivos no processo de aprendizagem para a reintegração social.

É de todo importante promover a capacidade de iniciativa dos indivíduos preparando-os e capacitando-os para a sua concretização. Quando se fala de cultura empreendedora é muitas vezes centrada na promoção de iniciativa dos indivíduos, esquecendo que essa iniciativa (essa passagem de iniciativa à concretização) pressupõe algo mais que a mera vontade, a mera motivação das pessoas, para que seja concretizável. Por outras palavras, não basta existir uma cultura empreendedora para que as possibilidades de reintegração sejam asseguradas é necessário ir mais longe, produzindo um conjunto de valores, de estruturas na sociedade desde um nível mais micro até ao mais macro, para que a mudança exista e as potencialidades de reintegração se façam sentir verdadeiramente.

2.3 *Educação e formação: a conceptualização da construção de competências*

A educação é a base constitutiva da formação do ser humano, servindo para fornecer às pessoas instrumentos para melhor ler, interpretar e atuar sobre a sua realidade.

Educação e formação, hoje, mais do que nunca, deverão estar na base de um desenvolvimento pessoal, social, económico e cultural sustentado, sem o qual as comunidades locais, regionais e mundiais não poderão progredir e terão dificuldade, em muitos casos, em subsistir.

Barbosa (1990:15) refere que a relação entre formação e educação pressupõe uma dialética social. Ao passo que, a educação se centra no modo de atuação sobre o indivíduo, fazendo desabrochar todas as suas potencialidades; já a formação atua sobre o indivíduo, exercendo sobre ele um regime de constrangimentos imprescindíveis para o equilíbrio dos seus comportamentos futuros.

Já Bernardo (2004:73) refere que a relação entre educação e formação profissional deve ser vista enquanto eixos complementares ou dimensões para o

desenvolvimento e atualização permanente das componentes pessoais e profissionais dos indivíduos.

A formação por si só não gera competência é necessário que o sujeito se situe num contexto onde possa desenvolver e projetar a sua experiência (Pires, 2005). Neste sentido, o conceito criado em 1980, de que Ferreira fala, “aprendendo fazendo” adquire evidência, pois vai aprofundar os processos pedagógicos, ou seja, criando contextos onde os indivíduos devem ou têm que obrigatoriamente praticar as suas competências (Ferreira, 2009).

Segundo o produto da Equal – Balanço de Competências-chave para o Empreendedorismo, falar em competências

“Integra uma teia complexa de aspectos determinantes para a sua produção, tais como, a imagem que cada pessoa tem de si, a autoconfiança, o sentido que a situação representa para cada sujeito e as condições de comunicabilidade e de relação deste com as outras pessoas”. (Lourenço *et al*, 2008:13)

Neste sentido, as designadas *soft skills*⁴, podem desempenhar um papel de interesse, no sentido em que relacionam atitudes e os comportamentos dos indivíduos em interação uns com outros. Ter uma atitude positiva, autoconfiança, competências comunicacionais, resolução dos problemas por si mesmo, colaborar em sinergias para o alcance dos objetivos comuns e capacidade de trabalhar em equipa são alguns dos elementos fundamentais que as *soft skills* comportam. Através destas competências é possível estudar, treinar e, até mesmo, aperfeiçoar um conjunto de qualidades pessoais, hábitos e comportamentos que favorecem a eficácia pessoal e profissional dos indivíduos.

Para compreender o conceito de competência, segundo a abordagem de influência das correntes da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, também a corrente cognitiva/construtivista se agrega. Pires (2005:288) diz que esta abordagem, relativamente ao nível das situações de trabalho, tem como enfoque os conhecimentos e as estratégias desenvolvidas pelos agentes onde, por sua vez, os contextos em que eles se situam não são neutrais.

Além disso, é importante a perspetiva de Le Boterf (1997), no sentido em que reconhece que a construção de competências se produz a partir da educação formal, da atividade profissional e da experiência social e de vida. Este autor e Wittorsky (1998)

⁴ Soft skills são as competências que através de um conjunto de mecanismos são adquiridas de forma interna ou externa, ou até mesmo, intrínsecas aos indivíduos.

defendem uma visão sistémica de competências que é percecionada pela mobilização de saberes, ou seja, recursos pessoais incorporados e recursos do meio objetivados, sendo eles selecionados, integrados e combinados. Trépos (1992) defende também uma abordagem construtivista das competências, onde o contexto é crucial na aprendizagem, não somente em termos pessoais, mas também sociais (*apud* Pires, 2005: 305). Assim, para que haja essa capacitação o agente envolvido no processo de reintegração social, entendido como catalisador de mudança, deve ter um contexto e um ambiente social favorável, para que as suas ações e atitudes no desenvolvimento socioeconómico e sociocultural, também elas sejam favoráveis.

É de grande relevância, na articulação das competências numa perspetiva integrativa, fazer evoluir os sistemas educativos, onde o adulto passa de “consumidor de aprendizagens para ator da sua formação e do seu percurso pessoal e profissional” (Pires, 2005:306).

Bowden e Marton (*apud* Pires, 2005:359), autores da abordagem educacional (educação/formação) avaliam o conceito de competência segundo quatro perspetivas ou níveis, sendo eles: behaviorista; aditivo; integrativo e holístico. Todavia, os mesmos defendem que qualquer abordagem educacional deve ser orientada pelas perspetivas integrativa e holística. Assim, centrando a abordagem na perspetiva holística, esta situa o conceito de competência numa visão contextualizada que só é compreendida a partir da relação estabelecida entre a pessoa e o meio, onde se integram as dimensões cognitivas, relacionais, interpretativas, comportamental e ética. Portanto, existe uma relação intrínseca entre estes dois agentes.

Bertrand defende uma nova competência, designada de ecossocial, proposta por Shor nas teorias sociais da educação. Esta competência atua de uma forma mais global na compreensão e resolução dos problemas ecológicos, sociais, políticos e culturais.

“ O currículo de uma teoria da educação deve compreender estudos das relações multiculturais, dos impactes positivos e negativos do desenvolvimento económico, da ecologia e dos princípios da Democracia. Também deve incluir estratégias educativas cooperativas que apostem no trabalho de equipa e na cooperação com os meios atingidos pelos problemas a resolver” (Bertrand, 2001:231).

Nesta pesquisa é altamente relevante referir o papel desta aprendizagem como uma nova solução capaz de “revolucionar” padrões que se encontram desatualizados nas suas formas de atuação e, é aí que entra o *empowerment*, as redes colaborativas e o trabalho em rede.

Considerando que a educação para o empreendedorismo revela potencial dinâmico e utilidade evolutiva em cada indivíduo, podemos dizer que esse potencial pode ser despertado e impulsionado pelo desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas. Tal como referenciou Drucker “*O empreendedor não é alguém “diferente”, com particulares ou especiais capacidades inatas, mas alguém que teve a sua/seu potencial estimulado*” (apud Marques; Albuquerque, 2012:3)

Paralelamente às respostas convencionais, o valor acrescentado trazido pela prática de capacitação, tem sido a chave para o sucesso de muitas soluções que promovem a autonomia e responsabilidade dos indivíduos vulneráveis. Pois, ao desenvolverem novas habilidades e novas formas de aprendizagem, sentem ativa uma participação em processos de mudança, sob as suas próprias aptidões e contribuidor de recursos coletivos (Equal, 2007).

2.4. A acoplagem da educação no contexto prisional

A partir de 1989 o Comité de Ministros do Conselho da Europa reconheceu insuficiências e entraves na experiência escolar dos reclusos, avaliando-a de forma deficitária ou de pouco sucesso (Santos, 2003:80). Desde então, houve uma adoção na recomendação de 89, considerando o ensino da prisão, com grande valor, no desenvolvimento do indivíduo e da comunidade.

Assim, promulgou-se o reconhecimento de que “a educação na prisão deve ter como objetivo o desenvolvimento da pessoa como um todo, tendo em atenção o seu contexto social, económico e cultural”⁵.

É nesta análise, centrada no desenvolvimento dos indivíduos que a educação da comunidade reclusa assume um lugar de destaque, no sentido em que, ao envolver os mesmos na formação de competências sociais possibilita-lhes lidar melhor com o seu dia-a-dia na prisão, assim como um regresso menos difícil, mais próspero à sociedade, nunca descurando a contínua formação em meio livre.

⁵ Ponto 5 da Recomendação (89) 12, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 13 de Outubro.

Esta poderá ser uma resposta que possibilita colmatar as necessidades existentes e, por sua vez, gerar fatores facilitadores na inserção do mercado de trabalho, no emprego, no aumento da autoestima e motivação pessoal (SEU, 2002:44).

Educação, formação e trabalho são os três pilares considerados fundamentais ao processo de integração social que vêm justificando a adoção de novas metodologias no que respeita ao tratamento prisional, a fim de preparar o recluso para a adesão ao processo de inserção e (re)integração na comunidade. Este é um fenómeno crescente nas sociedades contemporâneas que têm, segundo Furtado e Condeço (2009:40), “origem na desagregação das instâncias formais como a família, a escola e o trabalho, aliadas à precariedade social, económica, cultural e identitária”.

Sendo inúmeras as fragilidades do sistema e dos indivíduos neste contexto, há que referir que não é possível descurar as relações a que um indivíduo, em situação de reclusão, está envolvido, sendo elas o futuro-presente-passado, o seu *background* cultural. Neste sentido, a educação surge como uma âncora capaz de oferecer condições, para que ele possa conviver no presente e projetar o futuro de uma outra maneira, ou seja, com diferentes formas de olhar, pensar e de se posicionar, positivamente, perante a realidade social, coisa que anteriormente tinha sido adquirida de forma pejorativa.

Os estudos sobre a educação no contexto prisional⁶ têm mostrado a possibilidade de se construir uma educação nas prisões como um espaço diferenciado das prerrogativas prisionais. Esta forma de olhar e situar as prisões numa nova abordagem, tendo por base o empreendedorismo deve ter sempre em conta as conceções e as aspirações dos indivíduos enquanto indivíduos e seres humanos, situados no mundo e em sociedade, ou seja, no seu contexto, mas também com direito à educação e à aquisição de conhecimento. Assim, toda a educação deve promover o indivíduo e dar-lhe ferramentas para transformar a sua trajetória em aspetos benéficos para a sua qualidade de vida, refutando a ideia que também Onofre (s.d.: 3) contraria de “um instrumento de ajuste à sociedade”.

Neste sentido, a educação para o empreendedorismo pode ser tida em conta, ou utilizada, como um veículo de incentivo para a (re)inserção social assente na

⁶ Educar o outro. “As questões de género, dos direitos humanos e da educação nas prisões portuguesas”. (Humana Global);
Dissertação da Faculdade do Porto, *Competências Sociais e Pessoais: Actividades Prisionais num Estabelecimento Especial da Região do Norte*;
A prática pedagógica na educação de estudantes privados de Liberdade: desafios e possibilidades (Universidade Federal do Panamá)

capacitação e formação pessoal e social de reclusos/as. Quer-se com isto dizer que, a educação para o empreendedorismo permitirá mobilizar no recluso a vontade de aprender, de superar os constrangimentos e superar-se, até mesmo, a si próprio.

Contrariando a perspectiva defendida por Goffman, a prisão como instituição total, podemos assistir a uma forma de inculcar e incrementar nos indivíduos privados de liberdade, através da aprendizagem empreendedora, um novo posicionamento face à realidade, traçando um caminho diferente e sustentável, facilitando, assim, de forma holística capitalizar recursos e gerar oportunidades futuras de uma reintegração de sucesso.

2.5. *Iniciativas de apoio ao empreendedorismo: uma breve caracterização*

O objetivo das iniciativas de educação ou apoio ao empreendedorismo centram-se na forte e concisa estimulação da criatividade, no reforço da autoestima e na capacidade para ser bem-sucedido na vida pessoal e profissional para que, além de ter um emprego, a pessoa realize os seus sonhos e esteja preparada para enfrentar riscos e mudanças.

De forma a garantir o sucesso desta educação/formação para o empreendedorismo, é necessário ter em conta que sejam criadas e potenciadas as oportunidades para aprender, pensar e agir de forma ativa, inovadora e empreendedora, em contextos tão adversos como são os de exclusão social.

Assim sendo, a sociedade tem que se transformar e reorganizar, eliminando os fatores que conduzem à exclusão. Existem hoje, estratégias nacionais no domínio social que incluem programas ou iniciativas visando a reintegração social das populações reclusas.

De salientar que o POPH (Programa Operacional Potencial Humano), participado pelo FSE (Fundo Social Europeu) visa superar os entraves/lacunas na qualificação e promover o conhecimento científico, a inovação e a igualdade de oportunidades no combate à exclusão social. Nas suas 10 tipologias de intervenção, o eixo prioritário 6 – *Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social* – tem o intuito de prevenir e reparar fenómenos de exclusão social e criar condições de maior equidade social, privilegiando respostas no domínio da formação e emprego de públicos como os reclusos, ex-reclusos, entre outros. A tipologia de intervenção 9.6.1 e 6.1 – *Formação para a Inclusão* destina-se a promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais junto de grupos excluídos ou socialmente desinseridos.

No ano de 2006 a 2007 iniciou-se um projeto desenvolvido e integrado no Projeto Gerir e Inovar os Serviços Prisionais (PGISP), intitulado de “Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos/as” (PERSR), protagonizado pela DGSP e financiado pela iniciativa comunitária EQUAL. Este programa teve por base conteúdos elaborados pela *CG Internacional* em colaboração com a *Gesventure* e foi adaptado pela DGSP para os Serviços Prisionais Portugueses. Foi um projeto-piloto realizado nos Estabelecimentos Prisionais de Castelo Branco, Leiria, Sintra e Beja. Teve, então, por objetivo criar opções viáveis e sustentáveis de reinserção socioprofissional dos reclusos e evitar a sua reincidência na prática de crimes, aprender a definir objetivos pessoais e profissionais, descobrir por si próprios as respetivas características empreendedoras, os seus métodos de aprendizagem e as suas capacidades de adaptação, treinar métodos de resolução de problemas e de tomada de decisão. Todas as atividades realizadas pretendiam estimular a capacidade de comunicação, a criatividade, a autoconfiança e a autoestima. Segundo Vicente (2008:2) criou “a capacidade interna necessária ao desenvolvimento de uma abordagem de excelência na administração penitenciária: mais centrada nos destinatários, mais empenhada em conceber modelos, metodologias e soluções organizacionais inovadoras”.

Mais recentemente, a ANJE promoveu no ano de 2010 a 2011, no Estabelecimento Prisional de Leiria, um curso “Empreender para a Empregabilidade”. Entre o ano de 2011 e 2012 realizaram-se duas ações no EP de Sintra “Empreendedorismo nas artes e ofícios do património”. A primeira ação foi centrada nos estuques e a segunda na cantaria, envolvendo assim as áreas de recuperação do património. Esta associação procurou capacitar os jovens reclusos para a atividade empreendedora, acompanhando-os no amadurecimento das suas ideias de negócio, no sentido de fazer com que estas se tornem efetivos veículos de reinserção profissional e pessoal. É uma formação da tipologia de intervenção que anteriormente foi referida, do POPH, de Formação para a Inclusão, em que a participação da ANJE no projeto tem origem na parceria estabelecida entre a associação e a Direcção-Geral de Serviços Prisionais. Trata-se, portanto, de uma colaboração instituída há já vários anos, no âmbito de um projeto EQUAL: Rumos de Futuro – Da Prisão para a Inclusão.

Estas iniciativas pretendem distinguir-se da habitual formação prestada nos Estabelecimentos Prisionais devido ao facto de atuar de forma mais cirúrgica no conhecimento, capacitação e na aquisição de ferramentas para a mobilização das capacidades de ação e vontades/vocações empreendedoras, inatas ou não, presentes em

cada recluso, estimulando e “reciclando” aquilo que eles já aprenderam/ adquiriram e o que de melhor sabem fazer.

Em jeito de conclusão, subsiste uma orientação comum destas iniciativas para a equidade social como forma de aproximação dos indivíduos em situação de reclusão, privados de liberdade, à dita sociedade, ao mundo externo à prisão. São iniciativas que procuram trazer aos EP's conteúdos e aprendizagens diferentes, centradas em práticas quotidianas da própria realidade social, reduzindo ou minimizando a discrepância e todos os problemas sociais que enfrentam após a saída e, por sua vez, preparando-os para a vida ativa.

CAPÍTULO III - ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Dolabela (2008: 14), afirma que “A educação empreendedora no mundo todo é universalizada, e não específica. Eu uso a metáfora do verbo *develop*, em inglês, quando utilizado na acepção de revelar fotografia. A fotografia está no filme e ainda não é visível, até que um processo químico a revele. Também é assim o potencial empreendedor. Ele pode não estar visível, mas está latente, esperando que a educação empreendedora traga-o à tona, dinamize-o, torne-o utilizável”.

É nesta perspectiva que o objeto de estudo ganha relevo. Na nossa pesquisa empírica, a teoria foi um ponto de partida essencial e o elemento que conduziu os seus momentos e opções fundamentais à construção do quadro teórico onde se definiram os principais conceitos e problemáticas que serviram de base à presente pesquisa. Neste trabalho tratamos a teoria como um *modus operandi* que orienta e organiza a prática científica (Bourdieu, 1989).

Partindo da revisão da literatura e da análise documental da compreensão dos mecanismos de formação e ensino em contexto de reclusão, de forma particular, através das iniciativas de educação para o empreendedorismo pode-se verificar a efetividade de “instrumentos” facilitadores de reintegração social em populações reclusas.

3. Opções metodológicas

No campo metodológico, os modos de investigação e as técnicas utilizadas na recolha e tratamento da informação decorrem, e são parte integrante, de todo o processo de construção do objeto de estudo.

3.1. Objetivos e finalidades

O presente estudo surge no sentido de compreender as iniciativas de educação para o empreendedorismo, dirigidas à população reclusa, como formas de gerar e impulsionar-lhes conhecimentos, competências/habilidades e, até mesmo, oportunidades futuras ao nível social, profissional, económico, cultural, e cognitivo.

Esta temática incide na **importância da construção de competências**⁷ empreendedoras. Neste sentido, com os desafios do empowerment⁸ e da pedagogia

⁷ A competência é entendida como a capacidade que cada sujeito tem para operacionalizar um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades numa situação concreta, de modo a ser bem-sucedido (Jardim, Jardim, J. *et al apud* Lourenço, A. *et al*, 2008)

⁸ Pinto (1998: 247) entende empowerment como “um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmo e no meio envolvente,

empreendedora, de que fala Dolabela (2003), nas sociedades modernas é preponderante perceber a importância destas iniciativas. Como a educação para o empreendedorismo pode ou não promover reconhecimento/valorização, gestão de autoestima, isto é, capacitando públicos vulneráveis para caminhos sustentáveis de reintegração social.

O objetivo geral da pesquisa é assim a compreensão dos processos de promoção e estímulo de competências empreendedoras em dinâmicas prisionais e a importância que lhes é reconhecida/atribuída pelos diversos agentes envolvidos, numa ótica de (re)integração social, no momento de reclusão.

- **Questões-chave ou questões investigativas**

- Que tipo de metodologias e estratégias processuais de construção de competências empreendedoras são utilizadas ou potenciadas em contexto prisional?

- De que modo as iniciativas de educação para o empreendedorismo contribuem para a (re)construção de competências, relevantes para a (re)integração socioprofissional pós-prisão, de populações em situação de reclusão?

- De que forma as práticas de educação para o empreendedorismo podem influenciar nos processos de reeducação, valorizando o saber-ser, saber-aprender e o saber-fazer?

- Qual a importância reconhecida a tais iniciativas pelos dirigentes prisionais, os técnicos de reeducação, os reclusos/as e as entidades formadoras?

- Quais as lacunas, insuficiências, constrangimentos e potencialidades existentes ou que se associam à educação para o empreendedorismo em contexto prisional?

Neste sentido, os **objetivos** da pesquisa são:

Caracterizar as iniciativas de educação para o empreendedorismo, em contexto prisional, conhecendo e percebendo o processo, os instrumentos, as finalidades que este tipo de iniciativas advoga e incita.

- Identificar e caracterizar os agentes envolvidos/*stakeholders* desta iniciativa;

- Analisar objetivos, módulos de formação e metodologias de ensino de forma a perceber como se associam à construção de competências e as especificidades/adaptações que comportam;

- Aprender se as metodologias de ensino demonstram adequabilidade à população reclusa;

que se traduz num acréscimo de poder psicológico, sócio-cultural, político e económico, que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania."

- Analisar a percepção da importância que é reconhecida às iniciativas, ao nível das suas competências, por forma a gerar oportunidades futuras de reintegração social;
- Compreender a pertinência, as lacunas, insuficiências e oportunidades reconhecidas às iniciativas de educação para o empreendedorismo na ótica dos técnicos de reeducação;
- Perceber do ponto de vista dos órgãos dirigentes dos estabelecimentos prisionais a relevância que é dada a este tipo de práticas de incentivo ao empreendedorismo, no âmbito prisional;
- Compreender na ótica das entidades formadoras a importância da construção de competências empreendedoras neste tipo de população, o tipo vantagens ou limitações que isto pode gerar e as estratégias de atuação;
- Perceber de que forma as iniciativas de educação para o empreendedorismo poderão ser facilitadoras e desinibidoras no processo de reestruturação da vida de um recluso;
- Compreender, na perspectiva dos reclusos, a aposta de competências empreendedoras ao nível dos impactos, a nível pessoal, interpessoal e profissional;
- Perceber se as iniciativas de empreendedorismo, dentro de estabelecimentos prisionais, fomentam uma lógica de cultura empreendedora;
- Identificar e compreender se na ótica dos destinatários há alterações nos padrões comportamentais ou ações/planos individuais.

4. Modelo de Análise

A construção da pergunta de partida é fulcral na elaboração de uma investigação, de forma a exprimir o mais exatamente possível o que o investigador/a procura saber. Deste modo, uma boa questão de partida deve garantir a coerência da pesquisa, assente em três características, sendo elas clareza, exequibilidade e pertinência.

Assim, **a questão desta investigação é “Em que medida as iniciativas de educação para o empreendedorismo contribuem para a promoção e construção de competências empreendedoras junto de populações em situação de reclusão?”**.

A finalidade deste estudo empírico debruça-se numa pesquisa científica que procure respostas a problemas de investigação pouco explorados. Desta forma, elaborar-se-á uma investigação qualitativa, de forma a trabalhar com representações, hábitos, atitudes e opiniões, ou seja, os dados que expressam qualidades e não são representados por valores numéricos.

4.1. Contextos de Investigação

Como espaços de investigação foram considerados dois dos estabelecimentos prisionais portugueses, o de Leiria e Sintra. A escolha destes estabelecimentos centrou-se no critério da existência de iniciativas de educação para o empreendedorismo no contexto prisional. Desta forma, nestes EP's foram ministradas formações de empreendedorismo, não só no âmbito do PGISP, como também mais recentemente, ou seja, tendo por base um primeiro programa, projeto-piloto decorrido no ano de 2006-2007 - o PERSR, no âmbito do PGISP, e mais recentemente o programa “Empreender para a Empregabilidade” promovido pela associação ANJE.

Tabela 1 - Caracterização e atuação das instâncias de formação

EP	Entidades mentoras	Missão	Medidas/Programas de âmbito prisional
Sintra	Gesventure/ Gesentrepreneur	Formação na área da educação para o empreendedorismo a diferentes públicos-alvo.	PERSR - Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos, enquadrado no PGISP implementado em quatro estabelecimentos prisionais: Beja, Sintra, Leiria e Castelo Branco
Leiria	ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	Fomento do empreendedorismo em Portugal, dinamização do tecido empresarial; formação na área dos negócios, apoio e criação de empresas, na área da gestão, do Marketing, da estratégia, da Internacionalização	Projeto “ Empreender para a Empregabilidade ”, implementado em Leiria e Sintra

Tabela 2 - Caracterização física do Estabelecimento Prisional de Leiria e de Sintra

	EP Leiria	EP Sintra
Nº de reclusos	Capacidade máxima é 347 ⁹ Capacidade atual tem 230 (está no limite) 195 reclusos em regime comum 35 - 40 reclusos em regime aberto	Capacidade atual tem 770 reclusos 650 reclusos em regime comum 120 reclusos em regime aberto
Regime	Regime Comum*; RAI	Regime Comum*; RAI e ERA (parceria com a Câmara de Sintra, no parque de Sintra Monte da Lua)
Idades da população	16 anos - 25 anos	18 anos - 80 anos A média ronda os 30 anos

⁹ A capacidade real fica bastante abaixo devido a um pavilhão estar encerrado com falta de higiene e a precisar de obras.

*Atual designação do regime fechado

4.2. População da Amostra e as suas características:

A estruturação de um público a abordar é relevante para a concretização da investigação, pois dificilmente é possível chegar a todos os atores intervenientes, no que respeita as iniciativas de educação para o empreendedorismo em contexto prisional.

O universo/população da amostra foi definida segundo os seguintes critérios de seleção: agentes envolvidos, internamente e externamente ao sistema prisional, iniciativas de educação para o empreendedorismo realizadas em meio prisional. Deste modo, a amostra centrou-se em: Diretor/a dos Estabelecimentos Prisionais em questão (Leiria e Sintra); 2 Técnicos/as de reeducação de cada um dos EP's; 2 reclusos que tenham participado em programas de educação para o empreendedorismo, em cada um dos EP's; 2 mentores/promotores responsáveis pelas iniciativas de educação para o empreendedorismo (Gesventure e ANJE); 1 Dirigente do Centro de Estudos e Formação Penitenciária (CEFP).

A população da amostra reúne características particulares e centrais para a investigação, assim sendo, pretende-se caracterizar não só o espaço físico como humano da nossa amostra.

4.2.1. Caracterização dos copos diretivos e técnicos de reeducação do Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra

Tendo um papel decisório no processo de ancoragem, atuação e reeducação dos reclusos no contexto prisional, foram contactados os Diretores e os Técnicos Superiores de Reeducação dos respetivos EP's que facultaram informações relevantes para o estudo.

Tabela 3 - Caracterização dos copos diretivos e técnicos de reeducação do Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra

	EP de Leiria				EP de Sintra		
Entrevistados	E1 (AD3)	E2	E3 (D1)	E4 (T2)	E1	E2 (T1)	E3 (D2)
Género	F	F	M	M	F	F	F
Cargo	Adjunta	Técnica Superior de Reeducação	Diretor	Técnico Superior de Reeducação	Técnica Superior de Reeducação	Técnica Superior de Reeducação	Diretora
Habilitações/ Formação base	Sociologia	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Direito

4.2.2. Caracterização dos Formandos (reclusos)

Tabela 4- Caraterização da população reclusa do Estabelecimento Prisional de Leiria e Sintra

	EP de Leiria		EP de Sintra	
Entrevistados	n. 1 (R1)	n.2 (R4)	n. 2 (R2)	n. 1 (R3)
Género	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	24 anos	24 anos	36 anos	34 anos
Nacionalidade	Portuguesa	Portuguesa	Portuguesa	Adquiriu a nacionalidade portuguesa, anteriormente tinha a de Guineense
Habilitações Literárias	9ºano	9ºano	9ºano	9ºano
Ensino e formações usufruídas nos EP's respetivos	-Frequência do 9ºano -Frequência da formação de empreendedorismo	-Frequência no curso de eletricidade -Frequência na formação de empreendedorismo	-Frequência no EP de Alcoentre de um curso de podador de vinha e pomares. -Frequência da formação de empreendedorismo fruto da reincidência	-Frequência na formação de empreendedorismo
Entidade formadora	ANJE	ANJE	ANJE	ANJE
Tempo de reclusão	Cumprido 7 anos; por cumprir 5 anos. Pena de 12 anos e meio	Cumprido 4 anos e 3 meses; por cumprir 3 anos no máximo.	Cumprido 1 ano e meio; por cumprir 3 anos e meio. Pena de 5 anos	Cumprido 1 ano e 7 meses; por cumprir 3 anos e 2 meses. Pena de 4 anos e 9 meses

4.2.3. Caraterização das entidades externas – responsáveis pela formação em contexto prisional

Tabela 5- Caraterização dos promotores/mentores responsáveis pela formação de empreendedorismo

Estabelecimentos Prisionais	Sintra		Leiria
Instâncias de formação	Gesventure	CEFP	ANJE
Entrevistados das entidades de formação/Centro	P1	C1	P2
Género	Feminino	Feminino	Masculino
Cargo	Coordenadora de projetos – Project Manager	Ex-diretora do CEFP	Técnico Superior de Formação
Habilitações/Formação	Psicologia Social e das Organizações	Política Social	Gestão de Empresas

4.3. O trabalho de campo

Abertura institucional e o acesso ao terreno

O primeiro contato, o processo de divulgação da pesquisa, foi dado a conhecer, efetivamente, por via carta postal, aos vários *stakeholders/intervenientes*, entidades públicas e privadas, embora, de antemão saibamos a quem cabe o consentimento de autorização para a realização de estudos a efetuar sobre a problemática prisional – a Direção-Geral de Serviços Prisionais, cuja missão é garantir a gestão do sistema prisional português, por sua vez, tutelado pelo Ministério da Justiça.

De Janeiro a Abril de 2012 e com algum reforço na parte de obtenção de resposta, foi alcançada uma resposta com sucesso por parte da DGSP (cf. Resposta de autorização da pesquisa pela DGSP no **anexo I**). Após essa obtenção da autorização para a concretização da pesquisa, iniciou-se o contacto com os respetivos EP's e o Centro de Estudos e Formação Penitenciária. O contacto com o EP de Leiria foi disponibilizado de imediato. Quanto ao EP Sintra, esse contacto foi mais demorado, embora com alguma persistência, o processo foi acelerado e alcançado com êxito.

Relativamente às entidades formadoras, a resposta foi um pouco demorada, no entanto sob várias tentativas, esse contato foi bem conseguido

Fruto da não obtenção de resposta por parte do Centro de Estudos e Formação Penitenciária depois de várias tentativas e, posteriormente, decisão e estratégia individual foi contornada a situação através do contacto com a antiga diretora do Centro de Estudos e Formação Penitenciária, envolvida esta no PERSR. Este contato foi, desde logo, muito bem recebido pela mesma, demonstrando-se muito interessada e participativa no estudo.

A recolha dos dados decorreu entre os meses de Março e Abril, somente uma entrevista foi realizada no mês de Junho. Este trabalho não teria sido possível sem a abertura institucional que culminou não só com o acesso à instituição (EP's) e a todos os agentes envolvidos, desde os técnicos até aos reclusos, bem como as instâncias formativas, como o caso da Gesentrepreneur e a ANJE. Em momento da entrevista, todos os diálogos fluíram com bastante participação, demonstrando, os entrevistados, interesse e disponibilidade em colaborar e em responder a dúvidas posteriores. É crucial ressaltar que sem esta participação e apoio, a presente pesquisa teria sido alvo de maiores dificuldades.

4.4. Metodologias e Técnicas

No âmbito da investigação que realizamos a metodologia a utilizar é o método qualitativo, na medida em que os objetivos de que partimos nos obrigam à compreensão e entendimento dos projetos de empreendedorismo como forma de motivar e potenciar nos reclusos o desenvolvimento e (re)construção de competências empreendedoras, consideramos, assim, esta abordagem como a mais adequada.

Entrevistas

“Os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana” (Quivy e Campenhoudt, 2005:192).

Para analisar qual a importância dada à educação para o empreendedorismo em meio de reclusão e do que daí decorre, utilizou-se a entrevista semiestruturada, como sendo a técnica mais ajustada para a recolha de dados e a prossecução dos objetivos delineados para a pesquisa. Assim, esta pela maior flexibilidade, embora preservando um nível mínimo de estruturação, permitiu, verificar e compreender o modo como os estabelecimentos prisionais percebem, perspetivam e atuam, ao nível da construção de competências empreendedoras relevantes para uma reintegração social futura dos reclusos.

Este tipo de entrevista incide em toda a população da amostra, desde os promotores ou mentores das instâncias de formação, passando pelo corpo Diretivo e Técnico, ou seja, os órgãos máximos/dirigentes dos Estabelecimentos Prisionais em questão (Leiria e Sintra), técnicos de reeducação (Psicólogos/as, Assistentes Sociais...) e por fim, os formandos. A não esquecer que, também, foi pertinente entrevistar a ex-diretora do Centro de Estudos e Formação Penitenciária, visto ter trabalhado na investigação e na realização de estudos no âmbito penitenciário, além de ter desenvolvido projetos nacionais e transnacionais, como foi o caso do Programa Gerir para Inovar os Serviços Prisionais, onde se inseriu o PERSR.

A avaliação é possibilitada a partir da análise documental de registos produzidos e disponibilizados pela instituição mentora, Gesventure e ANJE, da iniciativa de educação para o empreendedorismo, Estabelecimentos Prisionais de Leiria e Sintra e pela literatura específica, sobre os estudos e as práticas nacionais e internacionais relacionadas com o ensino empreendedor no âmbito prisional.

Para o efeito foram elaborados quatro guiões (**Anexo II**), mediante o público-alvo, compostos por aspetos que se pretendem conhecer e sob a forma de questões abertas, de modo a permitir a liberdade de resposta por parte do/a entrevistado/a. Os guiões destinados aos técnicos/as de reeducação e aos órgãos diretivos dos EP's encontram-se divididos em três secções principais: caracterização enquadramento; educação para o empreendedorismo em contexto prisional – a sua importância e especificidades; educação para o empreendedorismo em contexto prisional: avaliação.

Os guiões destinados aos promotores/mentores e aos formandos estão divididos em quatro secções principais: caracterização dos entrevistados e o seu enquadramento; educação para o empreendedorismo em contexto prisional: importância reconhecida e estruturação; educação para o empreendedorismo em contexto prisional: metodologias de ensino, aprendizagem e competências; educação para o empreendedorismo em contexto prisional: avaliação.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio do gravador para, posteriormente ganharem corpo no registo escrito, possibilitando a análise dos dados aí contidos.

Nas entrevistas foram utilizados os estilos de intervenção de Blanchet *et al.*, (1985) incidindo particularmente o estilo reiterativo de forma a fazer reformulações ou pedir aprofundamentos do tema ou de algum aspeto em particular. É importante, também, salientar que já com o gravador desligado a conversa continuou e foram referidos alguns aspetos enriquecedores das entrevistas, os quais foram registados de modo a preservar elementos para a análise. Esta adoção surgiu, no sentido em que para o/a entrevistado/a, o modo *off* do gravador, permitia um discurso mais espontâneo e relaxado. Além disso, esses elementos, considerados relevantes para a pesquisa, foram analisados da mesma maneira e integrados no discurso do indivíduo entrevistado.

O tempo de duração de cada entrevista era variável, havendo entrevistas em que os entrevistados tinham tendência para se alongarem mais e outros para resumir e sintetizar, tal como as entrevistas feitas aos reclusos. Todavia, a duração média de entrevistas rondou os 50 minutos. A postura foi sempre a de respeitar o ritmo da conversa, sem tecer comentários e juízos de valor, ouvindo sempre com a mesma atenção, de modo a demonstrar importância nos depoimentos dos/as entrevistados/as.

As entrevistas decorreram num tom informal de conversa e embora houvesse o cuidado de a sua realização ser executada em locais sossegados nos EP's e empresas de formação, houve momentos em que estas sofreram interrupções que, por vezes, acabaram por ser vantajosas, na medida em que pausar o discurso possibilitava refletir

sobre o assunto e fazer reformulações mais aprofundadas sobre aspetos mais interessantes ou não tão perceptíveis. Porém, as entrevistas efetuadas aos formandos, em particular no EP de Leiria, tiveram lugar junto às celas prisionais o que provocou um ruído perturbador aquando a transcrição. A estratégia adotada enquanto investigadora foi a anotação das suas respostas e, nos casos em que estas respostas não tivessem clareza suficiente, era pedido novo esclarecimento, por forma a não perder qualquer informação.

É importante referir que os reclusos entrevistados foram sinalizados por cada um dos EP's e a aplicação das entrevistas foi feita após o consentimento informado de cada um dos formandos (cf. Termo de Consentimento Informado no **anexo III**).

As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo. Não obstante, apenas foram selecionadas 12 entrevistas para análise, num total de 14 entrevistas realizadas, visto duas delas não apresentarem conteúdo significativo e substantivo para a investigação. O trabalho de transcrição foi enormemente importante, na medida em que possibilitou obter uma visão em pormenor dos discursos, proveitosos na elaboração da grelha de análise. A construção dessa mesma grelha foi feita de modo a classificar o discurso, por parte de todos os grupos de entrevistados, com base nas perceções face aos vários assuntos abordados (cf. Interpretação dos dados no **anexo IV**). Essa grelha foi elaborada tendo por base uma das análises - a temática - de que é composta a análise de conteúdo (Quivy e Campenhoudt, 2005).

5. Limitações da recolha de dados

Note-se que esta é uma pesquisa particular e minuciosa com algumas limitações em que a população da amostra assim o exige. Primeiramente, há que referir que estamos perante uma amostra tão diferenciada o que exige à investigadora um maior rigor e compreensão da informação, nomeadamente, no caso dos formandos. Os reclusos efetuavam respostas pouco profundas e precisas, em que repetidas vezes as mesmas se situavam na categoria “sim” e “não”, não permitindo explicações mais penetrantes, mesmo quando voltados a questionar. Em alguns momentos, a ansiedade e os desassossegos faziam parte dessas respostas taxativas. Não esquecendo que, a população com quem contatei nem sempre revelou uma total compreensão da temática problematizada é, pois, necessário compreender as suas características. A falta de competências básicas, de meios socioeconómicos desprotegidos, sistemas familiares desajustados são alguns dos condicionantes de risco que limitam esta população, no

desenvolvimento dos seus backgrounds. Não obstante, uma outra razão restritiva prende-se com o facto de a formação ter decorrido há muito tempo e em alguns casos, as ideias e opiniões, já não estavam totalmente clarividentes.

Comprovamos que, o facto de as entrevistas serem gravadas foram um elemento constrangedor e limitativo, pois devido ao próprio constrangimento do contexto em questão, alguns entrevistados não se sentiam à vontade de nomear ou relatar acontecimentos, achando por bem não o fazer, ficando, assim, coisas por dizer.

Um outro elemento fortemente destacado é o fato de em Portugal os projetos de intervenção social não terem uma continuidade efetiva. O fator de constante mudança da própria DGSP leva a que o trabalho e os objetivos de quem dirige não tenham um prosseguimento duradouro, pois os indivíduos entram e saem de forma rápida, não permitindo haver um projeto continuado no espaço e tempo.

A inovação é um elemento, por inerência, fundamental à realização de qualquer tese. Para além do rigor, a criatividade e originalidade do estudo é um requisito essencial. Considerando que a inovação está no modo como olhamos para a realidade e que inovar é mais que ter uma ideia brilhante, é pensar nela como algo simples, como diz Drucker (1997). Logo, inovar é ir mais além, fazendo um paralelismo com a Sociologia, como diz o sociólogo Giddens, é olhar para além das fachadas. Desta forma, pretende-se ir mais além e não centrar a abordagem apenas na componente dos indivíduos, mas sim compreender os processos formativos e a importância reconhecida aos mesmos pelos diversos agentes envolvidos, quer no contexto prisional, quer nas instâncias de formação para o empreendedorismo. Incidindo, portanto, numa abordagem sistémica que, por sua vez, conduzirá a uma reflexão sobre como promover uma inovação incremental e/ou radical, combinando fatores a montante e a jusante.

Seguindo a ordem de pensamento de Ashoka, mais do que ensinar a pescar, é imprescindível ensinar a construir a cana, e só descansar quando se revolucionar a indústria da pesca (Ashoka *apud* Ferreira, 2005). Queremos com isto dizer, que numa fase inicial é crucial dotar os indivíduos de competências empreendedoras - pessoais, sociais, entre outras (construção da cana) o que numa fase final, lhes permitirá alcançar a mudança social (revolucionar a indústria da pesca).

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

Pretende-se com este capítulo apresentar os dados recolhidos e analisar os resultados obtidos através da análise de conteúdo. Esta análise **posiciona a investigação que desenvolvemos - o empreendedorismo numa ótica de educação em contexto prisional**, permitindo identificar as características a incluir em cada dimensão, categoria e subcategoria. Em cada uma das categorias e subcategorias apresentam-se as unidades de registo, ou seja, discursos das respostas dos indivíduos entrevistados, que ilustram significativamente as suas opiniões, crenças, expectativas e experiências.

6. Educação para o empreendedorismo: a rota transiberiana de ensinar e aprender em contexto prisional

6.1. As diferentes formas de reconhecimento do ensino para o empreendedorismo em contexto geral

Educar para empreender é uma lógica de aprendizagem desafiante que se traduz no desenvolvimento de competências empreendedoras para aumentar a criatividade e a iniciativa em contexto real. Estudado e analisado o reconhecimento efetuado ao nível da importância da educação para o empreendedorismo na sociedade em geral, vemos que para os diferentes públicos-alvo este tema é situado e perspectivado também ele de forma distinta.

Os órgãos diretivos de cada estabelecimento prisional destacam essa importância em dois pontos centrais: ao nível da autonomia e da criatividade/inação para o futuro.

“(...) eu acho que o empreendedorismo é mais uma questão de espírito, de inculir nas pessoas um espírito empreendedor, as pessoas perceberem que podem através das suas capacidades fazer o seu percurso, de uma forma independente e sabe-se lá, ate onde é que podem ir. E, portanto, ultrapassando a velha perspectiva de procurar emprego, não é?!, criar o seu próprio negócio, o seu próprio emprego, ser autónomo (...) ter as suas próprias ideias, isto é, também uma questão de ideias, isto é, de ser original, isto depois é, também, relacionado com as novas tendências de inováção, não é?!. Os empreendedores têm que ser inovadores, senão não conseguem triunfar no mercado, portanto isto está diretamente relacionado”. **D1**

Já os técnicos de reeducação introduzem uma nova vertente para esta importância ao nível de educar para construir, salientando de forma progressiva um conjunto de conhecimentos a dotar e a despertar, tais como: aprender a pensar, “o que é que eu posso fazer e quais é que são as minhas ferramentas”**T1**, apresentar ideias, saber ouvir os outros e ser ouvido, pedir ajuda, ir à procura. Estes conhecimentos têm por

base a autonomia e independência que deve ser conquistada no processo educativo dos indivíduos, não só em contexto escolar, como também familiar.

“Acho que, essas competências que eu estou a falar, no fundo, aprendem-se, também, em casa e são fruto de uma idade escolar, onde as pessoas começam a ter a noção de que: *tenho que apresentar as minhas ideias, tenho que saber ser ouvido, tenho que saber ser escutado, tenho que saber pedir ajuda e ir à procura de...* E não estar sempre à espera que as coisas cheguem ao pé de mim. É essa a noção, na formação escolar, da idade escolar, de as pessoas começarem a ser mais autónomas e ser menos dependentes. Para mim, o empreendedorismo faz as pessoas sentirem essa autonomia para ir à procura de. E isso faz, de facto, um pouco falta às pessoas”. **T2**

Todavia, falar da importância em educação para o empreendedorismo é também incutir o fomento da consciencialização empreendedora, no dia-a-dia de todos os indivíduos. Neste âmbito, este é o argumento central do posicionamento das entidades formadoras onde são perpetuados, contrariamente ao ensino tradicional, novos comportamentos e atitudes que pela via do ensino do empreendedorismo ganham atratividade. Evidenciam-se, portanto, dinâmicas de mudança em processos inovadores e pró-ativos que o empreendedorismo labora e incute nas pessoas.

“Cada vez mais torna-se importante e imperativo que as pessoas tenham uma consciência empreendedora, não apenas no sentido de criarem empresas, criar a sua própria empresa mas também no seu dia-a-dia”. **P2**

“ (...) eu acho e sinto é que isso é muito importante porque o empreendedorismo trabalha muito a pró-atividade, o empowerment, a confiança, a noção de que as coisas se gerem, portanto que eu tenho intervenção na forma, não é o destino, não é sorte, pode ser uma componente dela mas não é...não é se houver ajuda disto ou daquilo, não...Eu posso desenhar o meu percurso de vida e essa ideia é muito trabalhada com dinâmicas e, portanto, tem uma capacidade superior de ficar gravada nas pessoas...pronto, e desse ponto de vista acho que é muito interessante”. **C1**

Pode dizer-se que a importância incitada pelo empreendedorismo conduz à emergência de impactes fruto de uma visão repercutória na e para a sociedade. Esta visibilidade revela-se nos nossos dias ainda precoce e embrionária, não obstante a longo prazo alcançará uma maior efetividade na vida dos indivíduos. É nesta ótica que os técnicos constatarem que embora hoje ainda não consigamos ver o impacto que é desejado ou pretendido em práticas quotidianamente empreendedoras, ela é entendida como a segunda via para a vida.

“Agora dizer que hoje já se vê, vê, mas ainda não tem aquela relevância que se calhar daqui a dez anos vai ter. Aí sim, eu penso que vai haver muita

relevância e que as pessoas vão pensar, simplesmente, como uma segunda via para a vida”. **T1**

É de forma análoga que a frase de Drucker, (1997:116), “Mas isto é óbvio. Por que é que eu não pensei numa coisa destas?” é percebida pela diretora entrevistada, na medida em que olha para o impacto do empreendedorismo na sociedade, de forma criativa, ajustando problemas em oportunidades.

“(…) nota-se muitas pessoas a recorrer à criação do seu próprio emprego e às vezes de coisas tão...que ninguém faz ideia que daqui poderia sair um negócio e, portanto, isso revela uma grande criatividade e uma capacidade de se adaptar aos problemas e transformar um problema numa oportunidade”. **D2**

Considerando que hoje em dia, ainda não há essa visibilidade enraizada, segundo o parecer do promotor da ANJE, também não é inata aos indivíduos, é pois um processo que deve ser trabalhado numa aprendizagem gradual ao longo da vida, ou seja, que depois de semeada, irrigada no presente poderá dar frutos no futuro.

“Nós não podemos querer que as pessoas sejam empreendedoras mas depois não ensinamos a sê-lo, é como lhe disse o empreendedorismo não nasce com a pessoa, é uma coisa que cresce dentro de nós...e para ele crescer é preciso regá-lo, adubá-lo, tal e qual como se fosse uma planta ou uma árvore. *Só porque o meu pai, os meus filhos, os meus familiares têm uma empresa e criaram uma empresa, não quer dizer que esse espírito esteja dentro de mim*”. **P2**

Já os formandos, dois deles, revelam uma forte consciência da situação atual em que o país atravessa, onde o desemprego existente é explicado pelo fator da não tentativa, como podemos ver em seguida. Deste modo, introduz-se a ideia na sociedade em geral e mais particularmente nos jovens, do dever de agir diferentemente, de se darem a conhecer através do empreendedorismo.

“Sim, acho que sim, mas não tanto aqui dentro...mas todos os jovens em geral acho que se devem dar a conhecer, vendo como está o mercado de trabalho hoje em dia, o desemprego... acho que o não se tentar, foi um pouco desse desemprego”. **R4**

Filion (2003) advoga que a peça-chave para o desenvolvimento da sociedade e o instrumento mais adequado para a valorização dos recursos humanos é o empreendedorismo e recomenda que este seja incluído em todos os níveis do sistema educacional. Neste sentido, refere-se um ponto fulcral para a discussão dos dados, em que o estímulo ao desenvolvimento, conhecimento e aquisição de competências empreendedoras podem e devem começar o mais cedo possível, tal como é defendido nas estratégias de 2020 em Bruxelas (Sousa e Machado, s.d). Assim sendo, podemos

constatar uma relação existente e ancorada entre competências e população. A escola é aqui decisiva no sentido em que promove e cria nos jovens verdadeiros empreendedores de sucesso, tal como reconhece a Diretora do EP de Sintra.

Relativamente a esta componente relacional o ponto de vista do técnico de reeducação posiciona o seu entendimento na faixa etária dos 14 aos 18 anos, a idade escolar, como sendo a fase mais importante para aprender os vários saberes, onde as pessoas devem ter a conceção do que é ir à procura, ser autónomo, do que é o empreendedorismo, jamais descurando uma continuidade na fase do jovem adulto dos 18 aos 24 anos.

Já do ponto de vista da instância de formação, particularmente a ANJE, destaca a idade dos 30 aos 40 anos como a fase mais oportuna a estímulos e capacitação empreendedora, pelo facto de ser uma idade mais amadurecida onde as ideias são mais realistas, em que os indivíduos experienciaram inúmeras vivências conquistando, assim, um maior crescimento e *know-how* ao longo da vida, por sua vez estarão mais aptos e preparados para a criação e estruturação do seu próprio negócio.

Tal como pudemos constatar, fruto da entidade formadora Gesentrepreneur, ter uma forte atuação prática na temática do empreendedorismo nas escolas revela a importância das competências empreendedoras serem desde cedo estimuladas, sendo certo que são muito vivas na fase escolar do 1º ciclo, mas também junto dos jovens, em termos escolares e académicos “não tendo repercussões no amanhã, mas sim no depois de amanhã e sucessivamente”.

“é importante estimular o desenvolvimento deste género de competências porque elas são muito vivas e nós aproveitamo-las muito no 1º ciclo, estão muito vivas, e é onde se aproveita imenso o empreendedorismo é nessas áreas e depois começam a morrer ao longo do desenvolvimento escolar” **P1**

Para finalizar este eixo, a entrevistada considera que não há uma população específica para atingir competências deste âmbito, o que há são populações ou públicos-alvo que já tenham vindo a desenvolver este tipo de ensino diferente e por isso, têm uma maior facilidade nestas aprendizagens.

6.2. Educação para o empreendedorismo: (re)descobertas no contexto prisional

Numa tentativa de perspetivar para o contexto prisional a importância reconhecida de sinergias educativas, com vista ao empreendedorismo, deparámo-nos com descobertas desafiantes. Diferenciando as opiniões tidas pelo público-alvo relativamente ao que esta categoria contempla em meio de reclusão, verificamos que os diretores

colocam o aspeto pessoal, de autonomia, em consonância com o campo profissional. Quer com isto dizer-se que, o empreendedorismo delega nos indivíduos reclusos habilidades de independência e autonomia para “se governar” percebendo, dessa forma, as suas potencialidades individuais, de imaginação e de relacionamento, como preponderantes para a criação do seu próprio negócio em alternativa ao trabalho por conta de outrem. Não esquecendo que este reconhecimento ganha relevo, no sentido em que se diz ser imperativo dotar os indivíduos de ferramentas essenciais para a sua qualificação, preparando-os, assim, para o mercado de trabalho.

“(...) Acho que é fantástica, acho é que...devia ser mais desenvolvida, mais trabalhada, mais imperativo quase. Devia ser mais assumida como...fundamental no processo de formação dos reclusos, porque acho que lhes dá ferramentas essenciais para poderem conduzir uma vida socialmente responsável, sem voltar a cometer crimes... é o que nos diz a lei e é a nossa missão”. **D2**

Tendo em conta que esta população carece de competências básicas, sociais e de trabalho associadas a problemas de contexto, por sua vez, transpõem para esta temática alguns desejos e ambições em receber informações sobre novas formas de inserção no mercado de trabalho.

“(...)eles não têm competências de trabalho, de responsabilidade e justifica-se...neste estabelecimento sobretudo. (...)estes têm muitos problemas ligados à toxicodependência, famílias completamente destruturadas, vêm de meios sociais muito desfavorecidos e, portanto tudo para eles, nada existe, e tudo para eles é novo...e também eles têm uma capacidade de receber informação e um desejo talvez, também, que ajuda ao emprego (...)”. **D2**

Esta categoria é compreendida pela conceção dos técnicos não só numa lógica profissional e pessoal, bem como social. O empreendedorismo assume uma grande relevância em aspetos muitíssimo positivos na qualidade de vida dos indivíduos reclusos, conduzindo a níveis de organização e criação do pensamento. Rodrigues (2007:121) salienta a reabilitação, segundo a perspectiva do “pessoal penitenciário prefere que a sua actividade seja orientada pela finalidade de reabilitação – o que é profissionalmente mais compensatório do que exercer uma actividade de mero controle, para além de que favorece este mesmo controle”. Neste sentido, compreender o empreendedorismo como orientador de formas alternativas ao tratamento penitenciário, contrariando aquilo que é tradicional, através da possibilidade de exercício de uma característica humana – o pensar, é a posição adotada pelos técnicos de reeducação, como nos ilustra o seguinte discurso:

“ (...) através do empreendedorismo porque de outra forma não. Porque com conversa com a técnica só, do batalhar e daquelas lições de moral que nós... Quando eu vim para cá, ainda havia alguma lição de moral, *tens que ser assim, tens que ser assado* e isso não vai lá! Tem que ser a pessoa a pensar por ela própria...e aí o empreendedorismo poe-os a pensar muitas vezes nas coisas (...) Mas tem, eles já se apercebem que o fato de estarem a pensar por eles, pela cabeça deles, o que é que têm ou não que fazer...é benéfico para eles próprios”. **T1**

A necessidade interior da mudança, de perspetivar de forma motivacional a aprendizagem como ganhos e não como perdas é uma perspetiva muito pertinente, no entender do técnico, para que assim estes indivíduos se sintam acompanhados no experimento de novas formas de ser;

“As pessoas têm que ter essa necessidade interior e pensarem que, *se eu não mudar isto*, têm que ter essa vontade própria, senão torna-se muito mais complicado, até o nosso trabalho. É preciso que eles se motivem para essa mudança e que se sintam acompanhados ao experimentar formas de ser, diferentes (...) alguns indivíduos acham que devem mudar, porque sentem alguns ganhos com isso, sentem-se mais fortes, mais felizes, mais cheios como pessoas e não tão cheios de raiva, de estarem mais depressivos, mais ansiosos, que se torna mais difícil de lidar”. **T2**

Neste ponto de vista, os ganhos devem ser inerentes ao processo de aprendizagem, de forma a atuar e trabalhar os receios e constrangimentos da população reclusa, articulada e equilibradamente, dando-lhes ferramentas de informação e conhecimentos para que possam superar esses mesmos receios.

Todavia, subsistem receios ao próprio sistema, na medida em que, por vezes, pode não sentir-se capaz de controlar a sua abertura, podendo esta ser abusiva. Isto explica-se pelo facto de, o sistema prisional ser um meio com muitas particularidades e especificidades que envolve riscos diversos na lide da população reclusa, dado ser uma população com características muito próprias.

“Esses limites, no fundo, têm que ser trabalhados por nós, nós temos que ter a noção do que o recluso pode fazer cá dentro em termos de empreendedorismo, mas também temos que ter a noção que, isso tem muito a ver com a falta de informação que existe do sistema e dos receios que existem, não é?!, que as pessoas possam cometer atos ilegais num curso de empreendedorismo. Isto porquê, porque o sistema vai obrigar a que entrem pessoas, que haja outros conhecimentos, que haja internet, que haja outro tipo de pesquisa e o sistema prisional tem receio de não saber controlar esses aspetos todos (...) estes limites têm que ver, um bocadinho, com a (...), nós para trabalharmos os indivíduos, temos que trabalhar em coordenação, dar cursos às pessoas do que é que se pretende fazer, mas no fundo temos que trabalhar os receios das pessoas. As pessoas possam ter menos medo de chamar pessoas de fora da prisão que possam dar as suas

ideias dentro da prisão e no fundo os limites, aí, temos que ponderar, ter o equilíbrio da parte da lei, dos órgãos que temos que respeitar e, também, da parte da reinserção social. E senão houver um equilíbrio entre estes dois aspetos, as coisas torna-se muito mais complicado. E este equilíbrio só se atinge havendo uma boa capacidade de negociação e relacional entre todos”.

T2

O empreendedorismo, no parecer da população entrevistada – técnicos, conduz também a novos caminhos, novas perspectivas que, anteriormente, estes indivíduos não tinham e que beneficemente adquiriram, possibilitando-os de dar respostas mais participativas, de inclusão no mercado de trabalho, como podemos confirmar pelo seguinte depoimento:

“E o empreendedorismo para o trabalho, virado para o trabalho, como a criação do próprio emprego para eles, abre-lhes uma série de perspectivas que não tinham, enquanto trabalhadores por conta de outrem: *Ah porque não são pagos para pensar, ah porque trabalho muito ou trabalho pouco, recebo muito ou recebo pouco*, assim não, eles sabem que se trabalharem muito, recebem muito mais...e acho que eles próprios têm essa noção”. **T1**

A aprendizagem de Jacques Delors (1996) adquire pertinência neste contexto, pois entende a educação em torno de quatro pilares fundamentais para o conhecimento - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver/conviver com os outros e aprender a ser – integrando assim, uma particular utilidade na própria aprendizagem ao longo da vida. É possível perpetuar, na perspectiva da reeducação, uma relação incisiva e compensatória entre a educação para o empreendedorismo e aspetos da vida em sociedade, numa conquista de preencher o percurso prisional do indivíduo com aspetos positivos de fortalecimento e crescimento nas relações pessoais, relacionais e até profissionais, perante o grupo de pares e a realidade social.

“O empreendedorismo deverá sentir-se como uma forma de eles poderem preencher o seu percurso prisional com maior número de aspetos positivos (...) No fundo, eu vejo o empreendedorismo no meio prisional como uma forma de os reclusos se preencherem com algo de bom, porque lá fora não o tiveram. (...) Eu vejo o empreendedorismo como dar, fornecer instrumentos ao recluso para que ele possa crescer, desde a fase escolar, desde a fase relacional, profissional, competências do saber estar com a família, de perceber a sua história de vida, de projetar no futuro”. **T2**

Para acrescentar, os indivíduos que cometem atos ilícitos podem ser considerados atores estratégicos, pois planeiam toda uma ação, com vista a alcançarem os seus objetivos. Desta forma, segundo a entidade formadora estamos perante indivíduos com uma atitude empreendedora e pró-ativa que ao invés de estar voltada para o lado positivo e construtivo se encontra voltada para o lado negativo.

“A educação para o empreendedorismo em contexto prisional é extremamente importante por uma única razão...pronto, eles já são empreendedores, quando praticam atos ilícitos eles já são empreendedores, eles têm uma estratégia, não é?!, eles têm um plano, eles planificam, portanto, eles tomam a iniciativa, eles são extremamente pró-ativos. Eles têm um conjunto de competências e de características que nós identificamos num empreendedor típico. Portanto, é aquilo que é a educação para o empreendedorismo no sistema prisional é...mudar o indivíduo é difícil, o que nós fazemos não é mudar o indivíduo, o que nós fazemos é que ele reconheça que ele já tem muito potencial e dar-lhes ferramentas para ele usar esse potencial, de uma outra maneira...que é exatamente isso que aconteceu no PERSR. Não foi dizer assim, tu não podes fazer isso, não. Ele próprio é que tem que reconhecer que não deve e, portanto, é com um conjunto de atividades e de reforço da autoestima, reforço da autoconfiança, reforço da capacidade que eles já têm e que ele já utiliza noutras situações, portanto...em situações mais oportunas”. **P1**

Ninguém nasce empreendedor, mas as características empreendedoras podem ser desenvolvidas ao longo da carreira pessoal e profissional dos indivíduos. Assim, sob o juízo desta entrevistada, o empreendedorismo estabelece-se como um fenómeno cultural, fortemente relacionado no processo educacional. Revela-se pois necessário que o indivíduo reconheça, em primeiro lugar, o seu potencial, dotando-o de ferramentas para que possa utilizar esse mesmo potencial de forma diferente, reconhecendo assim, os seus limites com reforços de autoestima e responsabilidade.

Pode dizer-se que para que este trabalho tenha mais frutos e que alguns receios sejam minimizados é necessário que haja um equilíbrio a montante e a jusante, ou seja, em termos do sistema legal, dos órgãos envolventes no sistema prisional e da parte da reintegração. A este respeito, Silva (2009) defende que a reabilitação e a reeducação têm de assumir maior preocupação no poder central, em que a aposta deve ser na promoção de competências pessoais e sociais que diminuam os fatores de risco e que promovam os fatores de proteção contra a perpetuação de comportamentos delinquentes.

6.3. Dos limites às potencialidades em meio prisional

Reconhecendo uma instituição prisional composta por um conjunto de normas e princípios rigorosos, verificamos que existem obstáculos que limitam a formação e até a aprendizagem dos formandos. No entendimento dos técnicos de reeducação, as limitações fundamentam-se na medida em que o corpo da guarda prisional apresenta alguma austeridade nos seus comportamentos, sem flexibilizar o espaço dos formandos, ou seja, a necessidade de um recluso procurar muitas das vezes, um local de abstração,

mais reservado, era no entender do corpo de vigilância sinal de que ia fugir, como vemos nas seguintes palavras:

“Foi porque o fato de eles não estarem, no caso do corpo de vigilância não estar alerta para as situações, porque nós levamos um curso também lhes damos espaço para eles pensarem, para eles se moverem, para não ficarem tao centrados no mundo da prisão. E às vezes, a parte da vigilância não percebia isso, e só se concentrava na vigilância, para a segurança... pronto, ok, é o seu trabalho (...) Se um indivíduo vai...sai um bocadinho da área da formação, não quer dizer que vá fugir, pode ir procurar um bocadinho de qualquer coisa e...eu acho que é por aí mas nós estamos numa cadeia, não é?! também não nos podemos esquecer”. **T1**

Sendo esta uma população com enormes entraves e comportamentos de risco onde o suporte familiar e a escola fracassaram na transmissão correta de regras e saberes, o que daí resulta um processo de desenvolvimento desajustado, Cunha (2004) alega que “os reclusos não deixam o seu *background* cultural fora de portas, e que aquilo que costuma dar pelo nome de «cultura prisional» na verdade é mais uma combinação contextual destes *backgrounds* do que propriamente um puro produto endógeno”.

Apresentamos os três fatores ilustrativos que sob o ponto de vista dos técnicos entrevistados, se destacam do seguinte modo: restrições ou défices de natureza pessoal, restrições na influência dos apoios financeiros e influência nos apoios informais, ligados às variáveis de contexto. O primeiro constrangimento explica-se, no entender dos profissionais da reeducação, pela falta de concentração, motivação, inadequação dos comportamentos em contexto de sala de aula e também por sentimentos como o medo e receio de arriscar.

“Porque há pessoas e estes miúdos têm muita dificuldade, eu refiro-me aos reclusos como miúdos, em acatar ordens e a figura da...que lhes obrigue, ali a figura que imponha, para eles é muito complicado (...) Os limites passa muito pela falta de competências pessoais, que nós tentamos diariamente mas passa muito por aí e uma orientação a nível de pessoa e enquanto pessoa”. **T1**

“De facto, continuam com alguns défices, com algumas dificuldades na escrita, no português e isso faz com que, este curso de empreendedorismo, não tenha tido o sucesso que nós gostaríamos que tivesse porque faltou aquelas bases. Ao faltarem as bases, na escrita, no português, dados conhecimento de Excel, do Word, conhecimentos de informática, havendo essas falhas, a realização de um curso de empreendedorismo não é aquilo que nós pretendíamos que fosse, porque estes indivíduos ainda têm algumas falhas a esse nível”. **T2**

Assim, podemos constatar que esta população regista falta de competências escolares que, por sua vez, dificulta o conhecimento e o trabalho. Embora esta formação

incite e desperte os indivíduos para aspetos adaptativos ao meio, muitas vezes o que acontece é que após a saída, a absorção do conhecimento não foi adquirida, como nos diz a Adjunta de Leiria “temos ideia de que, independentemente, da situação atual para estes jovens sempre foi muito difícil, porque muitos deles chegam aqui sem hábitos de trabalho e saem daqui sem hábitos de trabalho”. **AD3**

Esta população revela constrangimentos, segundo as palavras da técnica de reeducação, que se explicam pelo fator da restrição na influência de apoios financeiros ou de empreendedorismo, como o recurso do microcrédito:

“Até o fato deles não conseguirem o microcrédito, o fato de terem algum...de terem uma descrença grande em relação às entidades e ao fato de não poderem dar ou de não quererem. O facto de não terem acesso, por algum motivo, ao microcrédito poderá ser um entrave muito grande para...”

T1

Um outro aspeto, não com menos importância, é a influência nos apoios informais, ligados a variáveis de contexto. Concretamente foi exequível confirmar que a instabilidade da estrutura social dos indivíduos reclusos coloca rótulos, estigma e rejeições nestes indivíduos.

“O que é difícil é, porque eles levam uma coisa atrás que é, eu sou ex-recluso e tive estes comportamentos durante vinte anos ou trinta, portanto, eles têm a própria história e isso não se apaga (...) estão fechados e depois é assim, a própria estrutura social em que eles estavam inseridos não ajuda, também”. **T1**

Contudo, podemos dizer que os limites assumem uma forma bipolar, na medida em que se, por um lado constituem destruição, por outro geram impulsionamentos para a construção. Deste modo, não podemos descurar que, estas limitações devem ser incisivas em práticas mais estruturais e funcionais ao nível dos processos e dinâmicas da reclusão, ou seja, onde os problemas se convertem em sinergias e oportunidades.

“Eles têm que ter a noção que se vivemos a sociedade, temos que ter a capacidade de estar com os outros e que, de facto, ninguém muda sozinho, ninguém consegue mudar de uma forma isolada e face às potencialidades do empreendedorismo no percurso da vida de uma pessoa, de facto é muito individual (...) se as pessoas, todos nós, tiverem mais consciência de vivermos aspetos positivos e não só de aspetos negativos, temos depois logo essa visão. (...) Temos que tentar perceber que estes indivíduos estão privados de liberdade, mas ao mesmo tempo têm que sentirem-se pessoas úteis. E se estes indivíduos não se sentem úteis, se não se sentem olhados e escutados, de facto, eles não vão ultrapassar os limites”. **T2**

O primeiro passo para a mudança é trabalhar as competências básicas desta população, como nos revela o discurso do Diretor do EP de Leiria:

“ Muitos deles nunca tiveram grandes referências, quer dizer que se criaram a si próprios, a sua personalidade (...) Indivíduos que estão habituados a puxar pelo cigarro, quando querem e vão ter que esperar no intervalo para, vão ter que estar calados, vão ter que respeitar o formador porque senão vêm para a rua e perdem a bolsa. Estes indivíduos, de um modo geral, o problema deles, o cidadão comum pensa que, é pô-los a trabalhar, a trabalhar e há muito mais, há as questões de, inclusivamente, de higiene, muitos deles nem sabem lavar os dentes (...) há indivíduos que têm défices cognitivos tremendos”. **D1**

Na medida em que são necessárias e fundamentais a existência de competências básicas desta população (pessoal-comportamental), o corpo diretivo acrescentar a ideia da possibilidade de ineficácia do ensino do empreendedorismo para estes indivíduos.

Do ponto de vista da promotora de formação existe uma clivagem entre o caráter de fechamento que rege o próprio sistema prisional e o ensino de práticas diferentes para este contexto, pelo que as especificidades que o sistema têm transporta obstáculos para o ensino do empreendedorismo.

“O sistema prisional é exatamente a mesma coisa, está muito fechado sobre as suas próprias regras, limitações, sobre aquilo que é...aquilo que eles conceberam como sistema prisional, não é?!, e depois há uma clivagem muito grande, como é que os indivíduos conseguem passar de um lado para o outro. Essa é a grande limitação ou o grande obstáculo a entrar no programa, não é?!, é que nós procurávamos algo e o sistema prisional tinha tantas regras que era muito difícil conseguir ultrapassá-las”. **P1**

Na perspetiva dos formadores entrevistados, é pertinente destacar as falhas cruciais que cada vez mais, fazem parte das políticas de atuação do nosso país, onde a falta de continuidade introduz entraves esmagadores na transformação social. Esta privação deve-se ao escasso investimento público e financiamento no campo social. Comparando as formações de empreendedorismo ministradas no âmbito do PGISP e as mais recentes, como a da ANJE, foi possível ver alguns retrocessos significativos tanto para o contexto prisional, como para os próprios indivíduos. Tal como enuncia a promotora de formação, vemos hoje que a tendência do nosso país é assente nos designados “investimentos de projeto”, onde assistimos a apostas fortes em mudanças paradigmáticas e depois uma “morte súbita” das mesmas:

“As pessoas vão mudando, se houvesse continuidade, houve grandes mudanças depois do PERSR, houve grandes mudanças nos quatro estabelecimentos prisionais. Se tivesse havido continuidade dessas pessoas, mantendo-se no sistema prisional, naquela prisão, pronto, a maior parte delas mudaram, poderíamos inferir ou analisar se na realidade essas pessoas utilizaram tudo aquilo que adquiriram ao longo de 12 meses de projeto e se reutilizaram, não o programa em si, mas reutilizaram as aprendizagens para

benefício do sistema e da reeducação do sistema (...) É pena...temos um bocado tendência em Portugal de investir e depois abandonar...” **P1**

Dentro do contexto de reclusão, não podemos esquecer o leque de potencialidades que os indivíduos reclusos possuem e que conquistam por intermédio do empreendedorismo e alcance na inovação.

André e Abreu (2006) referem precisamente que a inovação social implica sempre uma nova forma de pensar ou de fazer algo, em alternativa aos processos tradicionais. Como já anteriormente referido no segundo capítulo, os sistemas educativos devem fazer-se evoluir, passando de uma conceção rotineira que entende o adulto como *consumidor* de conhecimentos, para passar a *ator na sua formação* e da sua trajetória peculiar e profissional (Pires, 2005: 306). Os resultados mostram que as práticas educativas para o empreendedorismo traduzem-se num nível de inovação altamente satisfatória, como salienta a Diretora do EP de Sintra “ (...) porque a própria iniciativa já é uma abordagem nova ao processo de reeducação” **D2**

“É um pouco diferente do habitual, digamos, em que nós pensamos...nós, o sistema tenta encontrar um trabalho para quando eu sair ter alguma coisa que fazer...que é quase que oferecer uma coisa já feita, é diferente do que criar ferramentas e competências para ser a própria pessoa a criar. Portanto, é uma nova abordagem da vida em liberdade, acaba por ser (...) É fundamentalmente isso, o aspeto relevante dos programas é o facto de serem inovadores, a criatividade e serem empreendedores... e cria na sociedade...a sociedade tem que se organizar nesse sentido, não é só os reclusos (risos)... e cada vez mais”. **D2**

No entender dos técnicos, o indivíduo através do empreendedorismo é conduzido a conquistas anteriormente desconhecidas ou “adormecidas”, que os leva a pensar e a agir de forma inovadora e criativa. De forma ilustrativa a Técnica de Superior de Sintra diz-nos “se calhar se não tivessem sido presos, nunca tinham sido postos a pensar nestas situações”. **T1**

“E eu costumo dizer que eles às vezes aqui presos descobrem coisas que não sabiam que faziam, uns fazem tapetes de arraiolos, os dos estuques fazem coisas maravilhosas... É assim, eu acho que eles todos têm um bocadinho de empreendedores...todos...estavam é canalizados as energias deles ao contrário (...) estavam levar para o lado do bandido, como é que me vou safar da polícia, como é que escondo isto e aquilo...e eles agora estão a redescobrir essas coisas, o que é que podem fazer com o gesso, o que é que podem fazer na pintura...portanto eu acho que sim”. **T1**

Por sua vez, o Técnico Superior de Leiria acrescenta declarando que, “ao passar por uma ação de empreendedorismo as pessoas ficam a ser mágicas (...) despertando-os

para outro tipo de realidade, outro tipo de leque de conhecimentos que eles precisam”

T2

Pudemos verificar, então, como devemos entender o contexto prisional - como uma oportunidade de usar novas estratégias educativas de reeducação e o empreendedorismo como uma estratégia de intervenção que prevê e atua na redução de comportamentos delinquentes.

Numa ótica de descoberta e mudanças ocorridas, como aponta o promotor da formação, constatamos que o que à partida parece tão complexo, ou seja, onde as ideias pré-concebidas, criadas e estigmatizadas relativamente aos indivíduos reclusos são desconstruídas revelando, o que seriam meros atores na realidade, verdadeiros atores de inovação.

“(...) nós notávamos uma grande evolução do próprio formando e da sua capacidade em termos de inovação, de mentalidade. Os reclusos são, ao contrário daquilo que eu também pensava, pessoas extremamente inovadoras, eles conseguem fazer coisas que não passa pela cabeça de ninguém. Eu quando vi um formando a aquecer um copo de água, unicamente, com dois fios de eletricidade e um prego, eu fiquei completamente passado...isto, não é uma ideia que dê para vender mas são coisas inovadoras que eles já tinham e começam a aprender a desenvolver...e é para isso também que serviu este curso e continua a servir”. P2

6.4. Da mobilização dos saberes à construção de competências empreendedoras em indivíduos reclusos

A perceção da construção de competências é o eixo fundamental da nossa análise, deste modo, é nesta abordagem que defendemos uma visão sistémica de competências, (Le Boterf), autor já referenciado, a partir da mobilização de saberes. Por este prisma, a educação para o empreendedorismo impulsiona saberes mobilizados na ação como processos nunca finalizados e em permanente recomposição (*apud* Pires, 2005).

Esta componente de aquisição de competências, na opinião dos diretores, converge-se em faculdades sociais, da visão do mundo por vezes estranha ou desconhecida aos indivíduos, num reconhecimento do outro, de troca e diálogo, como podemos comprovar: “Da vida em sociedade, da vida familiar, da relação com os outros, com as instituições, com tudo. Acho que tem todas as ferramentas para, lá está para uma vida socialmente responsável, acho que a frase diz tudo”. D2

Deste modo, os diretores reenviam um conjunto de competências socialmente reconhecidas para o exercício de uma profissão, desde um repertório de saberes codificados e complexos segundo a tipologia de Le Boterf *apud* Pires (2005), a

operacionalização em competências teóricas, cognitivas, instrumentais e sociais que se traduzirá em saberes experienciais face ao mercado de trabalho e por sua vez, possibilitará combater as limitações desta população.

“Uma das competências que é muito importante aqui no EP, é como manter um posto de trabalho, que comportamentos é que devem ter para que o posto de trabalho se mantenha (...) eles têm que aprender a lidar com o mercado, com as dificuldades, com a competitividade, com a...promove todas as competências. (...) o trabalho é mais árduo nesse sentido de primeiro fazê-los perceber, fazê-los crer, fazê-los entender...até a fazer-fazer, é um processo complexo...trata-se das restrições próprias desta população”. **D2**

O reconhecimento de apoios existentes na sociedade é destacado pelo corpo diretivo dos EP's como forma de garantir oportunidades para um projeto de vida sustentável. Assim, foi possível tirar ilações numa vertente económico-social onde aspetos como os recursos existentes na comunidade, ferramentas de procura de emprego, estabelecimento de redes de parceria, como recorrer a apoios e fundos, capitalizaram, assim, um diversificado conhecimento sobre os meios necessários para concretizar o produto - o próprio negócio.

“(...) também nestes programas de empreendedorismo é-lhes facultado como...recorrer aos microcréditos, como fazer parcerias, como se candidatar a outros fundos. Pronto, os próprios programas, pelo menos aqueles que nós tivemos aqui dão essas ferramentas de procurar, claro é difícil, é cada vez mais o acesso ao crédito, ao banco (...)”. **D2**

Através desta formação, na ótica dos técnicos, os formandos ficaram a conhecer e a compreender todos os instrumentos necessários na criação do próprio negócio, desde os recursos humanos, os recursos materiais e financeiros que um projeto deve mobilizar - da ideia à sua concretização. O trabalho de implementação de um projeto de empreendedorismo passa assim pela tarefa de que é necessário trabalhar as ideias, ou seja, não basta somente tê-las, é preciso também amadurecê-las para que a viabilidade desse trabalho se torne concreta e definida. Com esta formação podemos encontrar habilidades mais teóricas, no EP de Leiria, como podemos constatar:

“Sobretudo competências de terem a noção de que têm que fazer contas, porque estes jovens nunca tiveram a noção de ter que fazer contas, porque se eu fizer isto, quanto é que me vai custar, se eu tenho esta ideia, o que é que eu tenho que fazer, que tipo de pessoas tenho que procurar para concretizar esta ideia, que tipo de conhecimentos de direito eu tenho que ter para saber em termos do código de trabalho. Tiveram que ter um leque de conhecimentos que, para eles era impensável alguém ter, aqueles conhecimentos todos, para abrir um negócio, para serem empreendedores.

(...) Que tinham que pesquisar tanto e que tinham que saber tanto de direito, como de contabilidade, da parte de psicologia, dos recursos humanos, saber estar com os outros, da parte da informática, da internet”. **T2**

“(...) julgo que eles perceberam que têm que ser pró-ativos, que podem ter ideias, mas não basta ter ideias, é preciso trabalhar para as concretizar e pensar nos envolvimento, de fazer, não digo um estudo de mercado, mas ter a ideia de se aquele negócio é viável ou não, todas essas coisas foram trabalhadas e são importantes, não só para as ideias de negócio, mas para a vida de uma maneira geral, para a tomada de decisões, no fundo”. **AD3**

Ao passo que a formação ministrada no EP de Sintra revela uma componente mais dinâmica e mais experienciada que pode ser explicada pela possibilidade do estabelecimento ter o regime de aplicação prática no exterior, o RAE, além de que aproxima instrumentos e estratégias, tal como a criação de um novo *atelier*, possibilitando aos sujeitos descobrir novos talentos conduzindo, assim, a uma maior abertura de novas perspetivas de carreira.

“Ao nível das partes práticas do curso, eles não sabiam fazer nada e neste momento daquelas mãos saem coisas extraordinárias. Eles sabem que têm que fazer uma medida certa para o silicone, mais o aditivo para fazer o molde, eles adquiriram na totalidade, para a prática adquiriram na totalidade. (...) Nós temos uma parceria com eles que os nossos reclusos de RAE trabalham lá, portanto, estes reclusos assim que passaram para o Regime Aberto ao Exterior irão trabalhar na área do estuque no Parques de Sintra, não estarão direcionados para a floresta, como nós temos lá homens, estarão para aquela área. Aí sim, sei que vai dar frutos”. **T1**

Não obstante, o corpo técnico entende a obtenção e a manutenção de um emprego como uma dualidade, porque se por um lado, é considerado como um fator de extrema importância para a reintegração e prevenção da reincidência dos reclusos é, por outro lado, um objetivo muito difícil de alcançar.

Esta formação, sob a ótica dos formandos reúne aprendizagens construídas ou competências adquiridas ao nível pessoal, social e profissional. Os formandos avaliam essas aprendizagens de forma positiva e contribuidora, onde novos conhecimentos são despertados, tal como podemos ver:

“Eu gosto de aprender sempre, eu tenho sempre necessidade de aprender sempre... e para mim, desde que aprenda para mim já fico feliz. (...) Só me ajudou e mostrou a perceber aquilo que eu não sabia, aquilo que eu não conseguia fazer”. **R4**

O facto de vivermos em sociedade, participarmos em grupos sociais, faz de nós seres sociais, desta forma, valorizar a importância do outro, num modo de olhar, pensar e conhecer a realidade são alguns dos aspetos valorados nos discursos dos reclusos,

onde a compreensão relacional é um aspeto de aprendizagem que ganha forma nos contextos em que se inserem estes indivíduos e no contato com a sociedade. Como vimos anteriormente, esta aprendizagem remete para um dos pilares de que fala Delors, aprender a viver/conviver com os outros.

“Sim, também para o outro, para os colegas que eu tive com eles e para as pessoas...sim aprendi para mim, também (...) aquilo para mim é...grandes coisas para mim, aprender alguma coisa para social, com a família e amigos e colegas de trabalho também”. **R3**

“Eu acho que as competências mais importantes foram a nível do conhecimento, a pessoa ficou a conhecer um pouco como o mundo funciona (...) Olhar para o mundo, para as pessoas lá fora com um outro pensar, com outra maneira de ver isso, sim. Agora com mais capacidades também, porque aprendi, não é?!, ganhei um pouco mais de conhecimento. Lá fora eu ainda não estou, mas os aspetos é a maneira de ver as coisas. Eu via muito para mim, e o curso ajudou-me e outros programas que tive, ajudou-me a ver que as coisas não dependem só de mim. Uma pessoa tem que perceber as pessoas, tem que saber lidar com elas, às vezes olhamos só para nós e não damos valor às outras pessoas. Isso também é ensinado, é uma forma que eu sabia também, se viesse para aqui muito novo, que tinha que sair do colégio e ainda era muito novo e só olhava para mim e os outros, que se danem...ajudou-me também aí”. **R1**

Assim, podemos dizer que esta formação introduz uma nova aquisição nos reclusos - a retrospectiva, onde o formando ao relacionar-se em contexto, concretamente em meio prisional, avalia o mundo e os outros em nexos articulados, por oposição à consciência individualista e egocêntrica que anteriormente fazia parte das suas condutas.

Esta formação é também entendida e enriquecedora do ponto de vista profissional, pelos reclusos, onde são salientados e dados a conhecer aspetos que englobam o mercado de trabalho, o seu funcionamento e processos de candidatura. Efetivamente, os formandos ao reconhecerem a situação económica que atravessa o país veem, assim, esta formação como uma hipótese e/ou oportunidade de aproximação e inserção no mercado de trabalho, na empregabilidade.

“Para mim, para possivelmente arranjar um emprego, também, lá fora. Se houver a possibilidade de eu ir para os parques de Sintra e eles lá depois...quando acabar o meu tempo de reclusão podem empregar-me logo diretamente, que já houve esses casos. E é uma maneira de a gente sair logo daqui e ter, logo, emprego e é uma mais-valia, não é?!, como se encontra agora o país”. **R2**

O campo profissional é entendido segundo estes formandos em duas vertentes. A primeira é respeitante às competências socioprofissionais onde se insere o aprender a

conhecer, todos os procedimentos teóricos voltados para o mercado de trabalho. Aspectos sobre as leis de trabalho, os processos envolventes do meio profissional e os procedimentos necessários que envolvem a criação de um negócio foram algumas das aprendizagens destacadas pelos formandos, como podemos verificar pelos seguintes discursos:

“É importante porque primeiro porque entrei aos 18 anos, nunca trabalhei praticamente e não tinha experiência e isso é importante, porque quando sair, se ainda tiver interessado dirijo-me a eles e ajudam-me. Pode ser para eu começar de novo, foi isso que me interessou mais, foi isso, foi o projeto. (...) Foi importante porque uma pessoa também ficou a saber, um pouco mais, sobre o mercado de trabalho e como se faz uma entrevista, como temos que estar numa entrevista, como somos avaliados e etc. Na entrevista, nas leis de trabalho, nos contratos de trabalho, porque há vários tipos de contratos de trabalho, também estudámos isso (...) e como nós devemos dirigir o negócio para as pessoas, para o mercado, para os vários tipos de idades (...) Sim, também como patrão, saber selecionar as pessoas, os recursos humanos, saber tipo: eu *tenho aquele negócio e será que é bom para aquele tipo de pessoas*, saber rentabilizar o negócio, saber se é bom só para aquela faixa etária ou não, saber gerir”. **R1**

“Claro, para mim, montar um negócio...consegui passar a minha teoria num papel, montar um negócio, espero pô-lo em prática quando sair (...) O que eu aprendi...aprendi, aprendi sobre as normas de trabalho e de segurança, a fazer um curriculum, a ler contabilidade, mais...relação interpessoal, competências de informática, sabia mas aprendi na mesma... talvez um pouco de tudo o que envolve o meio de trabalho”. **R4**

A segunda é respeitante ao técnico-profissional, isto é, engloba todo o aprender a fazer/saber-fazer, a passagem da teoria para a prática, com base em conhecimentos experienciais como podemos verificar nas seguintes palavras:

“ (...) estamos a tratar das videiras, com a poda, agora vamos plantar, esses aspetos todos, que eu antes tinha na teórica e agora tenho na prática. Agora nestes 3 meses é a prática, já é um outro curso que vem complementar o outro”. **R1**

“Foi isso, foi a fazer os restauros, a fazer tetos, a fazer sancas, em base o curso foi...na base do estuque... restauro”. **R2**

“Eu aprendi a esculpir, primeiro aprendi a fazer moldes...até porque é uma caixa de madeira, eu acho, eu faço aquilo e faço a massa, encho nessa caixa. Primeiro encho a caixa com base, depois faço a massa, deixo a frescar, depois faço o desenho em cima...desenhar e depois esculpir”. **R3**

Sob o ponto de vista dos mesmos é ressaltada também uma vertente económica, justificada por razões monetárias que sobressaem para esta importância, onde se dá

ênfase à obtenção da bolsa de formação, segundo as palavras de **R2** que “ (...) também faz parte e faz falta”.

“ (...) com este curso ganha, chega no fim do mês ganha um dinheiro, dá para fazer alguma coisa dentro da ala, comprar alguma coisa”. **R3**

Neste sentido, o fator monetário prevalece sobre o fator da aquisição de conhecimento. Autores como Gomes, Duarte e Almeida (2004) salientam a existência de bloqueios, ou seja, onde a participação da formação se instrumentaliza no usufruto de bolsa de formação.

Em suma, não podemos descurar a ligação intrínseca que é estabelecida entre a aprendizagem pessoal e a reintegração futura que segundo o ponto de vista de todos os formandos é unânime. Essencialmente é uma ajuda e uma aprendizagem nova e consciente de mudança, não só no percurso prisional como em meio pós-prisional, no sentido em que possibilita uma preparação e integração futura na família, na sociedade e emprego, tal como se pode ilustrar pelas palavras do formando:

“Eu fiz esse curso, eu fiz aquilo para a reinserção social aqui na prisão, é bom, também, lá fora com o meu certificado, com o que eu já fiz, se eu sair, eu vou procurar para ser integrado num emprego qualquer. Foi importante e aqui na prisão e lá fora, também,...e para a minha vida com a minha família que é, se eu sair e tiver condições de criar uma empresa para mim é bom”.

R3

Portanto, este ensino permitiu a aquisição de um conjunto de conhecimentos, ferramentas que possibilita indivíduos reclusos aproximarem-se da sociedade, conhecendo e compreendendo contextos entre o grupo de pares, contextos de trabalho mais participativos e cooperativos.

6.4.1. Diferenças entre as motivações no pré-formação e pós-formação (avaliação das motivações antes e depois, do ponto de vista dos formandos)

Foram apontados os principais motivos que levaram à frequência da formação, no momento pré-formação, por parte dos formandos, sendo eles de diversas índoles. A natureza ocupacional explica-se a partir de duas perspetivas, pois se por um lado, pode ser explicada pela reabilitação relativa ao trabalho e/ou formação.

“(...)eu inscrevi nela porque estava desocupado e havia um curso, no fundo, para desenvolver o projeto e eu achei que era importante para aprender mais do que tivesse a ver com a terra, para voltar aos costumes antigos. Eu tinha acabado o 9ºano e não tinha mais nada pra fazer, estava inativo. E falaram-me neste curso e eu escrevi-me. Aqui ou se trabalha, ou se tiram cursos ou se estuda. E como eu já tinha tirado o 9ºano e não havia 10º, nem 12º, fui para este curso. **R1**

Por outro lado, pelo reconhecimento de algum desânimo quando enfrentam períodos de inatividade, como podemos ver nas palavras de **R3** “...estar ali sem fazer qualquer coisa, para mim custa”.

A frequência do curso por parte de um formando, é herdada não de forma direta e mecânica, mas antes como um resultado de um processo de socialização incorporado de expectativas, estratégias que desempenham um papel decisivo no percurso de alguns formandos, tal como aconteceu no caso do seguinte recluso:

“Partiu do Doutor [Técnico Superior de Reeducação], a ver como é que me sinto nesses cursos e eu... faço-lhes as vontades. Porque eu já tive em muitos... desde que entrei num estabelecimento, coloquei logo os meus objetivos até sair para a rua. Às vezes tem que se saber estes certos desvios mas ...” **R4**

Um outro aspeto também evidenciado é ao nível dos benefícios que a formação incita na (re)integração social, tanto presentemente no meio prisional como no futuro:

“Eu fiz esse curso, eu fiz aquilo para a reinserção social aqui na prisão, é bom, também, lá fora com o meu certificado, com o que eu já fiz, se eu sair, eu vou procurar para ser integrado num emprego qualquer”. **R3**

No momento pós-formação, podemos avaliar que foram reveladas aprendizagens ou competências adquiridas, de uma mais-valia pessoal que se traduz numa aprendizagem mobilizada de saberes, onde novos conhecimentos, inexistentes ou desconhecidos, ganharam relevância para a vida pessoal dos formandos, ilustrando-se da seguinte maneira:

“É sempre...para mim também...porque essa cultura...eu acho foi bom em todos os aspetos. O empreendedorismo, agora fala-se muito disso, não é?! e a gente tem que ter mais ideias...não é só na base do que a gente sabia fazer na rua... é aprender outras coisas”. **R2**

“Senti, fiquei contente porque já aprendi alguma coisa aqui dentro, já sei fazer alguma coisa com este curso. Enriqueceu, porque acho que o curso está bem, enriquece a qualquer pessoa”. **R3**

“Eu acho que é sempre importante uma pessoa aprender sempre um pouco mais sobre as coisas, então sobre o empreendedorismo até crer acho que faz bem, até se aprende um pouco mais”. **R4**

Na opinião dos mesmos face às respostas obtidas é possível comprovar que esta foi uma formação que mobilizou vontades e motivações, na medida em que apesar de algumas dúvidas acerca de serem ou não capazes de executarem as tarefas, sentiram o apoio dos formadores o que permitiu findar alguns desses receios. Como podemos ver

pelas palavras do seguinte recluso, esta foi também uma formação que gerou motivações e implicações dentro e fora de muros.

“Sim, motivou porque eu posso sair este ano, posso sair para o ano e é bom saber que me está a ser útil. Eu numa precária que fui arranjei trabalho, eu no ano passado estava no meio da pena e fui, eu numa precária arranjei trabalho. Acho que foi importante, foi motivante, arranjar trabalho motivou-me, senti vontade e fui à procura”. R1

Não obstante, a fraca participação e empenho de formandos que não aproveitam e provocam distúrbios na aprendizagem, provocou em indivíduos mais interessados e motivados em aprender, expetativas negativas e até algum descontentamento, como podemos ver:

“(…) não dão o devido valor a nós formandos. Porque nós eramos 15...e havia eu e colegas meus que nos esforçámos para sermos os melhores e não (...) Sim, e depois no final deram a mesma nota a toda a turma... e nem toda a turma merecia ter a nota máxima...e isso deixou-me um pouco triste, mas não posso fazer nada...são coisas que acontecem”. R4

Assim, o que *a priori* se considerava mais distante e até impossível de alcançar, pelos apresentados receios dos formandos, já *a posteriori* foi possível obter níveis de resiliência e motivação mais elevados na construção de saberes desta mesma população.

6.5. Educação para o empreendedorismo: o caminho para a reintegração futura

É um raciocínio frequente na população reclusa, incutir à sociedade, ao meio social, o sucesso ou insucesso da sua reintegração. Se por um lado a existência de um contexto favorável leva a um futuro de sucesso por outro lado, caso o meio o assim não for, fruto de um desenvolvimento desajustado, podemos ver um regresso à reincidência.

“Um dos aspetos que caracteriza muito a população reclusa é...o controlo externo, no fundo acham que se o ambiente externo for favorável, eles até têm a sorte, e a vida corre bem, se o ambiente externo não é favorável, paciência, e voltam ao crime. Isto é um ciclo de raciocínio básico, muito comum na população reclusa, quando pergunta a um recluso como é que vai ser lá fora, percebesse logo isto porque há aqueles que dizem nunca mais, agora tenho tudo pensado, vou mudar e há aqueles que dizem depende, vamos lá ver como é que está tudo lá fora...e nós percebemos que este tipo de recluso tem uma enorme probabilidade de voltar a reincidir”. C1

Pode-se assim, comprovar esse raciocínio pela perspetiva dos formandos em que os apoios e ajudas externas revelam-se fundamentais elementos facilitadores no acompanhamento de projetos futuros, por forma a superar a existência de adversidades ou dificuldades, como podemos atentar:

“Não posso dizer que vou ter logo o meu negócio, porque não me posso atirar de cabeça, não é?! , primeiro tenho que organizar a minha vida. Ao fim de ter a minha vida organizada, quem sabe. Se tiver apoios, se me ajudarem, quem sabe não aproveito o meu projeto que fiz cá em casa, eu gostava, gostava porque se formos a ver na minha terra havia muita terra abandonada. (...) e é complicado sair lá para fora e atirar-me de cabeça para o desconhecido”. **R1**

“Por isso é que existe a ANJE, não é?! , a ANJE é uma empresa que aconselha a formar empresas e explicar logo o que pode acontecer... pelo menos tentar alertar as coisas, os pagamentos, as obrigações que a gente tem e essas coisas... foi fundamental para poder tentar montar um negócio”. **R2**

É na perspetiva dos técnicos de reeducação que a educação para o empreendedorismo ganha uma grande importância para trabalhar o indivíduo, em contextos como este, conduzindo a uma maior predisposição para a mudança e, desta forma, a via para uma maior conquista de oportunidades futuras de reintegração social, na passagem do momento prisional para o pós-prisional.

“É assim, eu penso que, neste momento, seja a via porque nós temos homens que já foram *n* coisas, que nunca fizeram nada, nunca tiveram a obrigação de trabalhar. E, neste momento, com estas capacidades todas, que nós lhes estamos a dar... eles já estão predispostos a... não quer dizer que o façam mas pelo menos eles já... Eu acho que, o bichinho pelo menos, nós conseguimos lá pô-lo, agora o resto”. **T1**

No entanto, não podemos considerar a relação causa-efeito, educação/formação para o empreendedorismo – reintegração social, na medida em que são inúmeros os fatores sociais associados ao sucesso ou insucesso dos indivíduos. Para além do contexto sociocultural da família são diversas as variáveis que podem influenciar o sucesso dos reclusos, nomeadamente as capacidades individuais, o trabalho desenvolvido pelos agentes de acompanhamento abrangendo a motivação, a confiança e autoestima. Neste prisma, a problemática da reintegração social é de difícil aplicação, não existindo, portanto, uma articulação prática necessária entre os dois ambientes, onde vemos receios derivados da falta de acompanhamento dos indivíduos aquando a sua liberdade, tal como podemos ver pelo seguinte depoimento:

“(...) há sempre um conjunto de fatores que é a mudança pessoal que não foi inteiramente conseguida, as condições exteriores que não foram facilitadas, há sempre um conjunto enorme de fatores que pode contribuir para a reincidência. Porque aqui eles vão fazendo, porque estão muito enquadrados, têm orientação que são constante do sistema, e depois quando ficam sozinhos têm muita dificuldade em se adaptar e eu noto isso”. **AD3**

“Mas a reinserção social dos indivíduos é muito difícil. Porque vão para os meios, para os ambientes onde cometeram crimes, continuam a sentir-se um

bocadinho rejeitados, mas a reinserção social dos reclusos é uma coisa que não depende só de nós, depende da sociedade onde estamos inseridos. Por muito que nós façamos aqui, um projeto da reinserção social, mesmo que o recluso, durante a pena, faça um plano dos objetivos, quando está lá fora as coisas são muito mais complicadas, por falta de acompanhamento, de oportunidades, são inúmeras e de facto dificulta a reinserção social deles. O que nós pretendemos aqui é que eles saiam daqui com algumas ferramentas, com certificados, com formações específicas que possam lá fora, depois demonstrar”. **T2**

Deste modo, tal como Gonçalves (2002) refere a adaptação que se verifica dentro de um EP poderá levar a uma desadaptação após reinserção. Defendendo Boaventura Sousa Santos (2003:108), a realidade é que “muitas vezes não existe coordenação entre os programas de ensino e formação em meio prisional com iguais oportunidades existentes em meio exterior”. Neste sentido, a inoperante passagem do ambiente prisional para o contexto pós-prisional leva a que os indivíduos, em liberdade, percam, a orientação e instrução conquistada em meio prisional. Como podemos ver: “(...) De facto, eles não têm e essa falta de informação e essa falta de acompanhamento, no sistema e, também, por existirem muitos receios e, por existir, a noção de que primeiro está a segurança e depois é que está a reinserção”. **T2**

A equipa técnica comprova assim que a necessidade de abertura, é uma estratégia necessária e crucial para aproximar as oportunidades de populações excluídas por intermédio do ensino do empreendedorismo.

“(…) há sempre aspetos *intra* muros, dentro das prisões que se pode fazer... Podemos no fundo ter uma abertura melhor com a sociedade ou a fazer cursos de empreendedorismo que, supostamente, vai obrigar que os reclusos saibam o que é que se faz lá fora, bem como existam mais contactos e que as pessoas, no fundo a sociedade, possam vir a transmitir as suas ideias (...). Portanto, por esses aspetos, a existência de um curso de empreendedorismo dentro de um sistema prisional é importante, porque vai obrigar a que a prisão fique mais flexível e mais aberta ao exterior. Em termos de vantagens, esta é a que eu vejo maior em termos de troca de ideias, de troca de contactos entre o meio prisional e o meio exterior”. **T2**

6.6. Empreendedorismo e mutações: as expetativas produzidas em projetos de empreendedorismo (PERSR e ANJE)

Tabela 6 - Análise SWOT

	Forças	Fraquezas
Internos	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Ensino e aprendizagem inovadora, criativa, diferente do ensino tradicional; ♣ Criação de laços de aproximação da prisão à sociedade e ao mundo empresarial; ♣ Estímulo e capacitação de saberes e aptidões empreendedoras ♣ Valorização dos indivíduos ♣ Impulsionamento de oportunidades de reintegração futura em populações reclusas. 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Défices cognitivos, comportamentais, sociais e profissionais; ♣ Caráter de fechamento da prisão; ♣ População altamente vulnerável, alvo de fatores inibidores, nos apoios, meio envolvente; ♣ Formadores inadequados à população e ao contexto prisional; ♣ Receios na abertura desmedida da prisão à sociedade; ♣ Falta de feedback por parte dos agentes formadores.
	Oportunidades	Ameaças
Externos	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Canalizar a aprendizagem em energias positivas em detrimento do negativo; ♣ Otimização das potencialidades “inatas” ou desconhecidas dos reclusos; ♣ Novas oportunidades para a integração no mercado de trabalho; ♣ Aumento do empowerment, do <i>know-how</i> dos reclusos; ♣ Fomento da consciência e atitude empreendedora em mecanismos de exclusão social; ♣ Envolvimento de todos os <i>stakeholders</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Não corresponder ao esperado; ♣ Reintegração social deficitária; por falta de acompanhamento no momento pós-prisional; ♣ Falta de financiamento, recursos humanos, logística; ♣ Falta de informação dos percursos dos ex-reclusos; ♣ DGSP em constante mudança o que dificulta um trabalho continuado e centrado em objetivos virados para o empreendedorismo.

Numa tentativa de destacar as diferenças registadas nas iniciativas de educação para o empreendedorismo entre o ano 2006/2007 pelo PERSR, promovido pela entidade Gesentrepreneur, e no ano de 2010-2012¹⁰ pela ANJE, podemos ver significativas distinções. Enquanto a primeira iniciativa de empreendedorismo, no âmbito prisional, através do depoimento revelado pela ex-diretora do CEFP, traduziu um aumento do

¹⁰ 2010-2011 – aplicado pela ANJE no EP de Leiria; 2011-2012 aplicado pela ANJE no EP de Sintra

desenvolvimento da cultura organizacional e alcançou um eficaz envolvimento de todos os profissionais do sistema prisional, desde diretores, técnicos, funcionários e guardas prisionais permitindo revolucionar as práticas prisionais. Foi então, uma iniciativa bastante aberta à sociedade, com dinâmicas no exterior, onde os reclusos puderam desenvolver ideias de negócio e vendê-las no exterior, para a rua.

“Na altura eu acho que este programa foi muito importante porque foi muito...revolucionário em relação aquilo que são as práticas prisionais. Portanto, foi um programa que apostou muito no *empowerment* da população reclusa, foi um programa que desafiou o status-quo da prisão, desenvolvendo atividades que foram interessantíssimas e que eu acho que foram muito marcantes para estes reclusos. Foi muito fraturante, no bom sentido, para a prisão porque, efetivamente, aliás todo o PGISP foi fraturante para a prisão, no bom sentido porque abriu, realmente, mais a prisão à comunidade e deixou que a comunidade entrasse mais na prisão, com benefícios e sinergias, na altura, muito interessantes”. C1

Na segunda iniciativa o mesmo envolvimento não se verificou, pois foi uma formação mais funcional e operativa para a cultura prisional. Nesta iniciativa podemos detetar também diferenças entre os dois estabelecimentos prisionais. O contato exterior, na opinião da adjunta de Leiria, não é oportuno, “nem o caminho para nada, porque também correríamos o risco de ser muito mal aceites, por parte da população de uma maneira em geral, que está menos tolerante para com os reclusos, os criminosos”. Neste sentido, este EP adquire algum desfasamento entre o que foi realizado no PGISP e o que foi ministrado pela ANJE, explicando-se pelas perspetivas de quem dirige, onde as metas do empreendedorismo permutam por novos objetivos e finalidades. Tal como salienta **AD3**, dizer que há uma cultura empreendedora seria abusivo:

“Dizer que há uma cultura empreendedora seria abusivo. Eu acho que em determinados momentos, há empreendedores da parte dos serviços, há pessoas com espírito empreendedor, funcionários, técnicos que conseguem impulsionar determinados projetos, determinadas atividades ou então pelo menos ter capacidade para deixar os outros fazer...depende também de quem esta a dirigir os serviços prisionais para impulsionar coisas mais inovadoras e desafiantes... Grandes limitações porque o nosso primeiro objetivo é a segurança e a seguir a reinserção social” **AD3**

Já o EP de Sintra assume dinâmicas prisionais mais ativas e com alguma inovação, que se comprova pelo discurso da Diretora “(...) estamos sempre à procurar de inovar alguma coisa...e tentamos transmitir isto, também, para os reclusos e para as pessoas. Porque não são só os reclusos que precisam, os funcionários também... eles precisam é que lhes tragam novidade, não é só na reclusão, acho que é em tudo”. **D2**

Os resultados globais da formação revelaram um caminho audaz no despertar para a construção e o desenvolvimento dos indivíduos, trabalhando diariamente os seus problemas e as suas capacidades. Se em primeira instância, a formação foi alvo de pouca receptividade e alguma resistência, por parte do EP de Leiria, colocando em dúvida a transformação de capacidades/competências pejorativas em capacidades construtivamente positivas, como salientou a técnica-adjunta; já ao longo da sua implementação estas dúvidas foram combatidas e desmistificou-se o que se entende hoje por indivíduos reclusos. São hoje indivíduos com enormes faculdades empreendedoras, sendo necessário capitalizar todas as suas potencialidades. Pretende-se com isto salientar que as entidades formadoras através destas formações conseguiram ver o mundo prisional, de uma forma diferente daquela que não lhes era, anteriormente, concebida.

Embora o objetivo da ANJE fosse a criação do próprio negócio, após a reclusão, sendo isso impossível de obter, considera-se na opinião da ex-diretora do CEFEP que esta é uma formação com benefícios e sinergias para a prisão, no sentido em que abre portas à comunidade e deixa que a mesma entre igualmente na prisão, de forma acautelada.

Perante as respostas obtidas, por parte dos diretores, esta é a via para um sucesso mais participado no mercado de trabalho. A Diretora do EP de Sintra salienta uma avaliação muito positiva na aquisição de conhecimentos para a empregabilidade, no trabalho independente e/ou por conta de outrem, ilustrando-se da seguinte forma:

“ (...) ganharam ferramentas, competências para poderem vingar numa outra situação qualquer e são sempre mais-valias dos programas. A avaliação é sempre muito positiva, quer seja na criação do seu próprio emprego, quer seja nas competências adquiridas para trabalharem por conta de outrem ou em outra coisa qualquer”. **D2**

A criação do próprio negócio sobrepõe-se ao trabalho por conta de outrem, é esta a ideia que prevalece sob a ótica do Diretor do EP de Leiria.

“Hoje em dia, nós já temos presos que chegam ali e dizem, *eu estou a pensar fazer a minha própria empresa*. Depois destas ações que houve aí, já temos presos que aparecem a dizer que, *eu não vou trabalhar para ninguém, eu tenho uma ideia de negócio, eu quero por o meu negócio a andar*.” **D1**

É de ressaltar que na opinião dos formandos, segundo os dados alcançados, existiram melhorias conquistadas através deste ensino de empreendedorismo, onde algumas barreiras foram percecionadas de forma benéfica “(...) com este tempo eu percebi muitas coisas que eu podia fazer e não podia”. **R4**

Em relação aos resultados práticos/impacto socioprofissional pela via da educação para o empreendedorismo identificaram-se, no entender dos técnicos, projetos de vida empreendedores, pensados e trabalhados para a concretização aquando a liberdade ou no caso do EP de Sintra, quando estiverem em regime aberto ao exterior, nos Parques de Sintra, como as seguintes palavras o ilustram:

“...Nós temos uma parceria com eles que os nossos reclusos de RAE trabalham lá, portanto, estes reclusos assim que passaram para o Regime Aberto ao Exterior irão trabalhar na área do estuque no Parques de Sintra, não estarão direcionados para a floresta, como nós temos lá homens, estarão para aquela área. Aí sim, sei que vai dar frutos” **T1**

6.7. A acoplagem: das competências empreendedoras às novas oportunidades reeducativas

Na opinião dos Diretores dos Estabelecimentos Prisionais, as estratégias dos saberes/competências e do próprio ensino para o empreendedorismo, só têm resultados se na sua base os contributos despertarem os indivíduos para a mudança, a mudança de mentalidade, como forma de “desabrochar” e de transformação de elementos negativos em elementos construtivamente benéficos, sendo necessário um acompanhamento institucional:

“(...) o resultado do nosso trabalho, tudo o que nós damos, eu digo-lhes, muitas vezes, todas estas ferramentas que nós lhes damos, as competências que nós damos, etc, só funcionam se houver uma mudança de mentalidade. Isto é uma árvore onde tentamos pendurar frutos, mas pode cair tudo porque, de facto, a base, a raiz, se a raiz não for trabalhada, se não houver alicerces e se os alicerces não forem trabalhados e, aí é que, os programas também entram tá a ver?!, para mudar a mentalidade e a perceção de vida. Portanto, se o indivíduo, efetivamente, não mudar de atitude, tudo o que nós fazemos por eles não tem resultados”. **D1**

“(...) criamos os programas, antes de saírem criarem essas relações com as entidades financeiras ou com outras associações, com outras instituições que os possam ajudar. (...) e de fato na prisão consegue-se encontrar pessoas com muitas competências empreendedoras (...)ver como se pode canalizar essas apetências empreendedoras para construir algo positivo, em vez de ser negativo”. **D2**

Além disso, ao trabalharmos o próprio indivíduo nos diversos contextos, estamos também, a trabalhar toda uma mentalidade, numa reflexão da própria vida e das próprias escolhas ou decisões tomadas. De referir é, que a aprendizagem centrada em testemunhos, ou seja, centrada em experiências de casos reais estimula a obtenção de conhecimento e “chamada de atenção” dos reclusos, sendo esta uma preponderante estratégia no entender do Diretor do EP de Leiria.

“Aliás, há dias, teve aí um indivíduo que esteve preso, durante anos e que tem uma obra num bairro problemático de Lisboa, bastante interessante. E ele explicou (...) Ouvir aquele indivíduo a falar, nós podemos dizer aquilo tudo como ele, mas é um indivíduo que passou porque esteve atrás das grades. E ele consegue transmitir aos outros, aquilo de uma maneira muito interessante”. **D1**

No que se refere à articulação de apoio ou incentivo na construção e implementação de projetos individuais (teóricos ou práticos), através desta formação, verificámos a existência de metodologias ou práticas incentivadas no domínio da valorização dos reclusos, melhorando a perceção que têm de si e sentindo-se mais participativos. Estas práticas são estratégias consistentes após a formação, englobando os indivíduos em projetos ou ações onde praticam saberes, o saber aprender, o saber fazer e o saber empreender. Foi assim que no EP de Sintra criou um ateliê inovador, como já foi mencionado, para dar respostas à autonomia e criatividade dos indivíduos.

“Criámos um ateliê, por exemplo, que não tinha nome para o ateliê, há o atelier de pintura, o de azulejo, de tecelagem, há esses todos...e houve um atelier (...) dar asas à imaginação, quando alguém quer construir alguma ideia ou têm alguma apetência (...) o ateliê das novas ideias, que não lhe demos nome, onde eles podem praticar o que queiram”. **D2**

Também no EP de Leiria, segundo as palavras do técnico superior, foi criado há já alguns anos, um posto de trabalho, uma oficina, para os reclusos trabalharem as tarefas de que gostam ou de que estão mais predispostos para por em prática os conhecimentos que adquirem.

“Tivemos aqui há alguns anos, um curso de serralharia civil onde o recluso trabalha na oficina, fizeram esse curso na nossa oficina, onde ficou comprovado, que ficou ali uma aquisição de competências que foi importante para nós e, também, para o recluso porque criou-se um posto de trabalho. Através das competências adquiridas de um indivíduo criou-se um posto de trabalho até que ele pudesse executar as suas tarefas”. **T2**

Segundo as palavras de um formando a avaliação desta prática concorre de forma explicativa com a vertente ocupacional, como podemos ver: “Depois fui convidado para ficar nos ateliers, mesmo sem receber... e eu gosto, passa-se o tempo e começo a fazer coisas bonitas (risos)”. **R2**

No caso do EP de Leiria, foi destacada a ambição por parte de um formando no desenvolvimento da sua própria ideia de formação – permacultura. No entanto, pudemos comprovar como a falta de acompanhamento e incentivo do reeducador comprometeu a proposta do formando:

“É assim, o professor X falou que quando apresentamos o negócio, mais tarde apresentámos, no final de estar tudo montado, novamente para os empreendedores, para o pessoal daqui e ficou de fazer uma proposta, aqui ao EP, de permacultura. Ele comprometeu-se no final do ano passado a fazer a proposta, mas não soube de mais nada, não me disseram mais nada e não sei como é que está isso”. **R1**

Como estratégia para a reeducação, é apontada uma proposta tida pela entidade formadora ANJE que pretendia a criação de uma incubadora no EP de Leiria, aproximando assim a sociedade à prisão. No entanto, esta ideia não foi bem-sucedida pelo contexto limitativo e fechado que o sistema prisional possui. Assim, a impossibilidade e inflexibilidade da abertura diverge e dificulta a existência de estratégias mais dinâmicas e desafiantes para este contexto.

“No final do curso poderíamos ter tido, aquela questão que se falou da incubadora dentro do próprio estabelecimento prisional. Se tivesse havido essa oportunidade eu tenho a certeza que muitos daqueles formandos ou alguns daqueles formandos teriam implementado a sua própria ideia, dentro do EP...porque era possível, havia ali algumas ideias que eram possíveis de implementar lá. Mas lá está, há depois ali uma dificuldade em termos dos meios técnicos que dificulta um bocado as coisas. E trazer pessoas de fora, tudo o que é pessoas externas ao sistema prisional é muito complicado trazer lá para dentro”. **P2**

É possível retirar ilações quanto há incessante e importante tarefa da adoção de estratégias de enquadramento em novos projetos ou ações individuais e coletivas para os reclusos. Estas são estratégias que podem contribuir, não só para uma inatividade educativa mas essencialmente para que se sintam valorizados, potenciados e motivados a fazer aquilo de que gostam, sem a incessante obrigatoriedade que muitas vezes conduz ao fracasso e à repressão.

6.8. Da mobilização à concretização: um olhar sobre o percurso pessoal dos indivíduos reclusos - Casos exemplificativos da realidade

Foi possível recolher informações sobre os percursos de indivíduos em situação de reclusão e pós-reclusão, tanto na prática como numa vertente mais formativa e teórica.

Desta forma, pudemos ter em conta o sucesso (aqueles que conseguem integrar-se desenvolvendo um projeto de empreendedorismo). Se por um lado, esse sucesso se viabilizou na componente formativa, teórica de empreendedorismo, sinalizada na idealização de um projeto (fase inicial de enquadramento).

“E há um deles, não sei se da Guiné ou de Cabo Verde ou dos Açores que já leva o plano na cabeça, *quando eu lá chegar eu vou criar uma empresa para*

fazer isto, já vão...porque este curso é profissional mas tem uma componente formativa, teórica sobre empreendedorismo também...junta as duas coisas". **D2**

Por outro lado, o sucesso converte-se na implementação, na concretização prática do próprio projeto de empreendedorismo, ilustrativo no contexto pós-reclusão pelo seguinte depoimento:

“(...) Temos o prazer de algum deles virem passar por cá e dar o conhecimento do andamento do negócio. Houve um que criou uma loja de informática, teve muito sucesso. (...) Houve outro que fez um café, também estava muito bem, durante algum tempo nós até o convidávamos, quando era necessário dar algum testemunho. (...) E depois há situações, ainda passado uns tempos, eu ia na rua e uma carrinha parou ao pé de mim, uma carrinha grande, *Ah doutora como está?* Na altura não conheci e depois a carrinha tinha escrito engomadoria, tinha criado uma empresa de engomar, saiu de lá tudo muito feliz lá com o seu carro da engomadoria (risos). Era, era...são aspetos interessantes, positivos que nos ficam. Como este há muitos outros que nós não conhecemos”. **D2**

No ponto de vista da técnica-adjunta do EP de Leiria, os formandos revelaram criatividade, através das ideias que estruturaram na formação, para os seus projetos de vida de forma empreendedora, tais como:

“E eles estruturaram o projeto e apresentaram outros, igualmente, com pés e cabeça, tipo não descobriram a pólvora, nem o fogo, mas a entrega de refeições ao domicílio, reparações várias, reparações de automóveis no local, ou seja, substituição do pneu ou pequenas reparações. Surgiram ideias muito engraçadas, fizeram o seu próprio *slogan*, a sua própria publicidade, ou seja, em termos de criatividade foi rico, foi rico”. **AD3**

“Daqui destes jovens, tivemos aqui uma situação de um jovem que, com um crime muito grave, que fez, assim, um percurso sempre ascendente, completou aqui o 12º ano, esteve em regime aberto no exterior, a trabalhar para a câmara e a vir, apenas dormir ao estabelecimento, eu creio que tirou a carta de condução no tempo de prisão e saiu e ficou nesta zona e conseguiu emprego. Esteve a trabalhar, eu por acaso nunca mais o vi, mas pessoas, aqui colegas que me disseram que ele esteve a trabalhar no shopping e, posteriormente, no AKI”. **AD3**

A formadora da empresa Gesentrepreneur evidencia esta formação como crucial para a vida dos indivíduos, mesmo que não iniciem o seu próprio negócio, no entanto não pode deixar de ressaltar o mau funcionamento da reinserção social no nosso país. Revelador de grande sucesso, menciona o caso de um formando que no projeto PERSR foi acompanhado pelo Diretor da instância de formação, dando-lhe ferramentas e um impulsionamento para a inserção no mercado de trabalho, através da criação do seu próprio negócio.

“No caso do Frederico isso aconteceu.... [O Diretor da empresa de formação] acompanhou-o, era um indivíduo que revelava por si só grandes capacidades empreendedoras, não aconteceu em mais nenhum caso, que me falhe a memória, por vários condicionalismos, também, de ordem da reinserção social que funciona muito mal no nosso país e, portanto, é difícil. Agora tenho informação de alguns deles, mesmo de integração no mercado de trabalho, que eu acho que é excelente...mesmo que eles não tenham iniciado o seu próprio negócio, o fato de estarem já numa posição, perante a sua vida, acho que já é alguma vitória”. **P1**

Foram detetados também, alguns casos de insucesso em contexto de reclusão fruto da reintegração mal sucedida, onde os conhecimentos não foram inteiramente interiorizados, o que daí pode resultar a reincidência. Para compreender os casos de insucesso, os técnicos, apresentam duas razões explicativas. A primeira remete para o facto de o contexto se sobrepor à aprendizagem e à reinserção social, como se pode atentar nos casos identificados na seguinte comunicação:

“No âmbito do curso e apesar de ser um dos alunos mais aplicados, não teve força suficiente para não se deixar envolver em problemas da aula. Portanto, foi retirado do curso um indivíduo que estava a agarrar tudo e era ajudante da professora, era responsável, conseguia por uma coesão no grupo. No entanto, a vida da aula foi superior, como acontece às vezes no bairro, quase estanque... e este indivíduo, pronto, foi retirado”. **T1**

A segunda razão prende-se com o facto das intenções dos reclusos nem sempre serem centradas na plena construção de conhecimento ou aprendizagem, mas sim por uma vantagem monetária, como já foi dito anteriormente. Neste sentido, pelas palavras do técnico de Leiria podemos perceber isso:

“De insucesso também tem a ver com, aqui na população prisional os reclusos o que pretendem é ter uma bolsa de formação e em alguns casos a verdade é essa, para terem os seus gastos e não adquirirem as competências necessárias, também há muitos casos de insucesso, mas tentamos sempre valorizar os casos de sucesso, com que as pessoas, no fundo, possam seguir aquele exemplo, da necessidade de terem formação, de terem competências. Há sempre aqueles que só frequentam aquela ação de formação pela vantagem monetária”. **T2**

Da relação estabelecida entre as aptidões adquiridas e os projetos a construir em liberdade, segundo a ótica dos reclusos, foi possível contatar que todos eles desejaram a possibilidade de criação do próprio negócio. Desta forma, em período de reclusão as ideias foram estimuladas e idealizadas, no papel, para mais tarde ganharem consistência e até aplicação prática. Os projetos por eles pensados foram os seguintes:

“É preciso um projeto a nível do plano de negócios que acabei e dar formação em permacultura, construção sustentável, uma quinta onde tivessem os produtos, para ao fim de estarem as coisas construídas, fazer

muitas viagens pela escola. Depois se o projeto andasse fazer o desporto aventura, também havia isso”. **R1**

“Eu era um stand de automóveis com oficina, com lavagens...tudo ligado ao ramo automóvel. (...) mas também como essa área está tão cheia de concorrência...que não sei o que é que vai acontecer daqui a dois ou três anos...que se eu tiver a aprender esta profissão pode ser uma mais-valia”.

R2

“Ao sair daqui, quero comprar...fazer um café no meu país...comprar vinhos aqui, muitas coisas, açúcar e assim sucessivamente (...) Cervejas, bebidas. As coisas que tem saídas lá, eu comprava e levava para lá...porque para fazer negócio, temos que saber as coisas que têm saída...não é só chegar, comprar qualquer coisa e levar”. **R3**

6.9. Estratégias/aspetos a melhorar ou a transformar no domínio da educação para o empreendedorismo

Comprova-se que é preciso perspetivar novas formações que no futuro alcancem estratégias e conteúdos mais adequados. Os formandos reconhecem que devia ser uma formação mais longa, de forma a haver uma melhor continuidade e aprofundamento das matérias, por forma a “uma pessoa ver melhor como é que são as coisas”. **R1**

“Claro que agora precisava de ter muito mais experiência, isto foi um arranque, agora se houvesse uma continuidade...era bom para a gente se aperfeiçoar mais, por isso é que eu estava na expectativa de ir para...que é o que eles dizem, uma parceria com os parques de Sintra, para eu ir para lá...”. **R2**

“Senti, mas vale uma coisa porque... se fosse um ano ou quê, valia mais, mas também foi...Tempo não dá porque temos que dar oportunidade a outros também. Mas para esse tempo que nós fizemos para mim é bastante”. **R3**

No entender dos formandos, é muito importante participarem indivíduos que estejam totalmente centrados na aprendizagem, daí a necessidade de readaptação da formação no aspeto relativo à escolha/seleção dos indivíduos, tal como é entendido nas palavras dos formandos:

“Ser menos gente no meio prisional porque é um pavilhão onde todos se juntam, como se juntam, falam muito e assim. E também devia ser a turma mais reduzida (...) ser mais reduzido, em vez de ter 14 terem 10, para ser mais concentrado”. **R1**

“(...)escolher bem as pessoas, realmente, se querem fazer ou não, para depois terem ao fim um bom aproveitamento... Porque isto implica um lugar, não é?, porque há pessoas que se calhar têm a sorte de vir e não se vão aplicar. E outros que ficam lá em baixo e queriam vir e não tiveram essa possibilidade e, se calhar, aproveitavam mais, não é?! Eu sei que é difícil,

se calhar escolher, mas tentar fazer uma pesquisa melhor de um recluso, neste caso, de um recluso que esteja mesmo...com capacidades e com vontade e saber aproveitar estas oportunidades que existem, não é?!, que são poucas, não são muitas”. **R2**

“Deveria ser organizado para pessoas que queiram mesmo aprender, porque há pessoas que vão para ali que...é como se não tivessem ali...estão só por estar”. **R4**

Segundo o raciocínio dos mesmos, é sugerido que haja uma mudança pessoal na mentalidade dos próprios indivíduos, ou seja, uma postura de conformidade e respeito por si próprios e pelos outros:

“Deve ajudar, não quer dizer que faça. Uma das coisas que nos deviam fazer era...eles deviam, principalmente, nós temos mais jovens aqui...e andar para a frente e não voltar à mesma vida que nós tínhamos. Também temos que dar um pouco mais de nós senão chegamos lá fora e se nos vão dar aquela vida, voltamos... e chateiam-nos a cabeça”. **R4**

Avaliando hoje o empreendedorismo, no entender da entidade formadora a ANJE, ao nível do contexto global, é referenciado o desafio da criação e o contínuo fomento de um ensino que deve ser impulsionado não só por entidades privadas, bem como por entidades estatais, como o Ministério da Educação. Só assim, poderemos dotar homens e mulher com atitudes e apetências empreendedoras.

“E é isso que eu acho que falta em Portugal...é esse impacto que eu gostava de ver com o ensino do empreendedorismo, com o fomento do empreendedorismo levado não só das instituições privadas, como é a ANJE ou outras associações de carácter empresarial mas também por parte do setor público, das escolas, por parte do Ministério da Educação, não tanto do Ministério da Economia, mas acho que o Ministério da Educação tem aqui um papel fundamental a desempenhar, nesta parte do fomento do empreendedorismo. Porque é na escola onde estão mais jovens reunidos, é na escola e é aqui que nós estamos a formar homens e mulheres, ou seja, é aqui que o ensino do empreendedorismo deve estar”. **P2**

Relativamente a perspetivas de futuro, pode dizer-se que a ex-diretora do CEFEP assume uma posição favorável e de crescimento onde recomenda ser necessário acoplar o desenvolvimento escolar e profissional ao ensino do empreendedorismo o que leva a maiores probabilidades de inserção profissional dos reclusos. Como revela também a formadora da Gesentrepreneur: “Agora se há o ensino tradicional nos estabelecimentos prisionais, que eu acho extremamente importante, a integração de um projeto de empreendedorismo nos mesmos é tão ou mais importante”. **P1**

A tendência de aversão ao risco no campo dos ganhos, articulada com a propensão ao risco no campo das perdas, é chamada de “efeito reflexão” o que demonstra uma

assimetria no modo como se tomam decisões envolvendo ganhos ou perdas. Assim, segundo os promotores de formação recomendam que o desenvolvimento dos indivíduos reclusos deva ser canalizado em apetências proveitosas e positivas em detrimento de aspetos negativos e pejorativos, evidenciando um acompanhamento continuado, o estímulo de miniprojectos e práticas ligadas ao empreendedorismo sendo, assim, algumas das soluções que podem transformar as perdas em ganhos.

“Porque eu costumo dizer ou nós criamos as bases, os alicerces da casa ou a casa vai ruir, não é?! Vários conhecimentos de matemática, de português, de inglês é extremamente importante, as disciplinas base, mas temos que começar por um lado essencial que é: Onde é que isso tudo vai calhar?, Qual é o saco?... É um saco onde tem tanta coisa, tanta coisa que eles ainda não definiram o que é mais experimente ou não. O próprio recluso que está lá preso, cometeu um ato ilícito, não se conhece a ele próprio, não tem uma personalidade ainda de se conhecer a ele próprio, de estimular aquilo que é o bom nele...não, só lhe disseram o que é mau...*isso é mau e agora ficas enclausurado!* Tudo o que é mau, o que é que nós podemos aproveitar que é bom?! Poderiam ser miniprojectos, para que fossem indo acompanhando o desenvolvimento académico deles mas que fossem estimular, também, a prática do empreendedorismo e o desenvolvimento das competências empreendedoras”. **P1**

Se transformar as mentalidades na população em geral é uma tarefa densa e complexa, transformar a mentalidade de populações com estas características ainda se torna mais difícil. Observa-se que estas novas formas de mobilizar saberes, aprender, ser, fazer e empreender, através de metodologias, por exemplo de *Learning by doing* podem provocar mudança e inovação nos processos e produtos dos indivíduos, tal como se pode verificar:

“Os grandes desafios que nós tivemos foi manter, exatamente, o nível de motivação e de interesse e havia reclusos que tiveram connosco durante 1 ano, a terem formação todos os dias e que tinham desistido da escola, ou seja, o próprio estabelecimento prisional viu com bons olhos de que se calhar podia-se fazer coisas com este género de metodologia que não se faz no tradicional ensino. E aproveitar algumas valências que tem a metodologia *Learning by doing* para a prática académica, que é isso que nós fazemos...é dar aos professores outro género de metodologia, sem ser o tradicional”. **P1**

No entender da ANJE, para ultrapassar o fator limitativo da não contínua implementação destas iniciativas, derivado da falta de financiamento, é fundamental considerar-se a existência de uma maior abertura e negociação com os organismos de topo, superiores à própria direção dos EP's, desde a DGSP até mesmo o próprio Ministério da Administração Interna. Concluimos que as políticas públicas e os apoios

européus, devem olhar e atuar de forma mais cirúrgica, mais estrutural e sistémica para que daí resultem respostas mais efetivas, não só para as práticas de reeducação, como para os próprios indivíduos reclusos.

Os projetos de empreendedorismo concorrem para atitudes empreendedoras e para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens reclusos porque possibilitam um contacto com o mundo das empresas, proporcionam experiências diferentes e apelam ao poder de iniciativa e à tomada de decisão para ultrapassar obstáculos. A interligação entre o meio prisional e o tecido empresarial possibilitará a supressão de barreiras de financiamento, como entende o formador:

“A questão do financiamento podia ser ultrapassada pela abertura do tecido empresarial a este tipo de iniciativas, não havendo financiamento público, poderia ser ou deveria ser o setor empresarial a financiar isto. Lá está...há algum receio. Em termos de outras limitações é uma questão de conversar, não há aqui uma dificuldade extrema que não se consiga ultrapassar. (...) Por isso, desde que isto seja ultrapassável, a questão das hierarquias e que consigamos ir diretamente ao topo e vir do topo para baixo é sempre mais fácil do que estar a subir”. **P2**

Há que ressaltar um aspeto bastante importante que é o acompanhamento em meio livre, sendo cerne no processo de reintegração social dos indivíduos. Gonçalves (1998) evidencia a importância do acompanhamento no momento da pós-reclusão, pois o apoio social disponibilizado por estes serviços, em alternativa à família, serve o objetivo de fornecer suporte social quando as consequências da estigmatização e etiquetagem social se fazem sentir. Focando a compreensão de que sozinhos torna-se ainda mais difícil os indivíduos conseguirem uma (re)integração social, é fundamental o acompanhamento, devendo assim, existir uma passagem para o pós-prisional mais eficiente, trabalhada e combinada, ao nível dos apoios que os indivíduos devem na passagem para a liberdade.

“(...) acho que todos nós que estivemos envolvidos aprendemos com ele, com os aspetos mais positivos do mesmo e com os aspetos menos positivos. Portanto, temos que redefinir e adaptar. Agora que foi importante, foi e continua a ser e que é pena que não haja continuidade...sem dúvida nenhuma, tenho muita pena que não haja continuidade porque eu acho que o sistema prisional poderia beneficiar muito com o tipo de formação. (...) E neste projeto, não é falhou...acho que teria que haver uma reorganização e definição em dois aspetos essenciais. Primeiro teria que depois da formação haver algo similar a consultadoria, ok deste grupo identificamos 3 ou 4, dentro destes 3 ou 4 têm uma ideia boa e vão implementar, então quem é que os apoia ou acompanha? Pronto, Quem? (...) Uma pessoa, no instituto...é o Instituto de Reinserção Social que acompanha? É alguém dentro da prisão que vai acompanhar estes indivíduos? É a Gesentrepreneur? É quem? Pronto. Só que em termos de orçamento isso não foi contabilizado”. **P1**

Entende-se assim que o acompanhamento prático e personalizado por parte das entidades formadoras e até mesmo dos empresários no momento da pós-reclusão é decisivo, tal como se pode ver:

“E de haver uma entidade cá fora, sem dúvida nenhuma, que os acompanhe. E no seu dia-a-dia, ou seja, sem projeto nenhum de empreendedorismo eles diziam e alguns deles que já tinham reintegrado pela 2ª vez o sistema, eles diziam...*para quê isto tudo? Nós saímos lá para fora e não temos ninguém que nos ajude.* Ou seja, o próprio Instituto de Reinserção Social não funciona, então para quê o esforço, até estamos a ter formação...*havia fases assim, em que eles estavam extremamente desmotivados*”. **P1**

Pudemos apurar, então, que o acompanhamento não é perspectivado de forma linear, existindo uma dissociação, pois se por um lado o entendimento dos órgãos técnicos colocam este prisma na valorização, motivação e reforço de autoestima, ou seja, onde os indivíduos devem ser potencialmente preparados, experimentando formas de ser diferentes; por outro lado, na opinião das entidades de formação, esse acompanhamento é totalmente centrado em termos de reintegração social, ou seja, colocando em dúvida quem acompanhará o percurso dos indivíduos no momento pós-reclusão, se serão as entidades privadas, as associações, a DGSP.

Concretamente, do ponto de vista dos órgãos diretivos, este ensino ao ser visto e perspectivado de forma imperativa e com obrigatoriedade, fazendo parte das ofertas educativas e formativas no contexto prisional, transpõe o despertar e a expansão para a prática do empreendedorismo e da inovação.

“ (...) estamos sempre a procurar inovar alguma coisa...e tentamos transmitir isto, também, para os reclusos e para as pessoas. Porque não são só os reclusos que precisam, os funcionários também...eles precisam é que lhes tragam novidade, não é só na reclusão, acho que é em tudo. (...) da necessidade do desenvolvimento destas competências na prisão e isto deveria ser assumido quase que, como uma obrigatoriedade, como fazendo parte dos programas obrigatórios dos estabelecimentos prisionais, acho que é isso que falta...ser mesmo um programa obrigatório”. **D2**

A componente da inovação social assume uma importante contribuição no processo de construção de competências, na medida em que é um “*instrumento privilegiado que pode contribuir para restabelece a confiança e atenuar os efeitos da crise sobre os mais desfavorecidos. Constitui fonte de respostas às necessidades dos cidadãos de uma forma mais eficaz e participativa*” (Martinho, 2009:23). Neste sentido, vemos a incessante preocupação e sugestão em continuar a transferir inovação para o contexto prisional. A continuidade em ofertas e práticas inovadoras e experiências de mudança, com base em dinâmicas de ensino construtivas, assumem-se, cada vez mais,

uma realidade importante a reforçar neste contexto no entender dos diretores. Mostra-se pois, crucial que o sistema prisional ofereça aos seus indivíduos uma oferta diferente da que tiveram ao longo do seu percurso de forma a superar adversidades.

“(…) é um programa inovador e é um programa que tem que estar muito sintonizado com a evolução global. Eu penso que, o fundamental é que os formadores estejam sempre atualizados e que vão sempre procurando trazer novas componentes e novas perspetivas da realidade, neste caso, para o contexto prisional e irem aprofundando as matérias”. **D1**

Recorrendo ao World Economic Forum (2009: 93) os educadores, quem ensina, devem ter uma compreensão real de argumentos "sobre" empreendedorismo e empreendedorismo "para". Neste sentido, é preciso que entendam o contexto, conteúdo e métodos de treino e educação. Embora possam ser um "recurso livre", eles precisam ser treinados e algum nível de controlo de qualidade será necessário, dado o impacto sobre os beneficiários da educação. Assim, no que toca à qualidade pedagógica dos formadores, no entendimento dos órgãos diretivos, é recomendada a necessidade de readaptar e adequar os formadores, bem como um aprofundamento das matérias no âmbito prisional, por forma a combater os entraves assinalados desta população:

“(…) nós temos que saber adequar os cursos à população existente. (...) Sem isso feito, corremos o risco de estar a dar uma formação só por dar e, de facto, não tem nenhum impacto ou tem um impacto negativo, neste caso”. **T2**

“Depois há outra coisa que é fundamental e que nós também não conseguimos controlar a cem por cento que é a qualidade dos formadores. Porque não há formadores específicos para estabelecimentos prisionais, não é?! (...) há formadores que chegam aqui e fazem disparates maiores do que os formandos e, portanto, todas estas *nuances*, de tudo o que se passa aqui podem ser fatores positivos ou negativos para o próprio espírito empreendedor, que às vezes os próprios formadores nos fazem pensar que mais valia estarmos quietos (riso), mas pronto isto é apenas (...) mas é uma perspetiva muito importante da formação em termos genéricos e não só da formação para o empreendedorismo, que é a qualidade pedagógica e as características pessoais do formador”. **AD3**

Também a entidade formadora, concretamente, a ANJE, acrescenta à ideia que o corpo técnico introduz, a necessidade de os formadores terem qualidades apropriadas aos contextos em questão, tal como podemos verificar:

“A nível de readaptação da formação, há aqui uma questão que é...nem todos os formadores estão preparados para dar esse tipo de formação...e para dá-lo em contexto prisional. (...) Penso que deveria haver aqui algum tipo de formação para formadores que ministrassem formações a tipos de públicos diferentes, públicos desfavorecidos ou públicos em reclusão ou exclusão social, porque são públicos mais complicados”. **P2**

Todavia, afirmam os órgãos técnicos de reeducação que para que a futura reintegração dos reclusos seja frutífera, é necessário também que eles se encontrem em fase de aproximação da liberdade.

“(…)seria importante que os indivíduos que frequentassem cursos de empreendedorismo estivessem prestes a sair, próximos de uma possível liberdade condicional, porque assim faz muito mais sentido. As coisas estavam mais presentes, logo, as pessoas vão usar essas competências logo a seguir”. **T2**

O envolvimento, articulação e comunicação entre os vários intervenientes/*stakeholders* numa procura de saberes mobilizados e de contextos de aproximação das empresas e experiencias empresariais, à prisão, com base no trabalho em rede, em parceria, assume-se como uma estratégia na apreciação dos técnicos de reeducação. Este é um processo que deve ser integrativo, combinado e/ou coeso por forma a melhor trabalhar o indivíduo.

“Existe sempre o trabalho em parceria de tentarmos passar a comunicação, uns aos outros, as pessoas que trabalham cá, daquilo que se está a fazer no curso de empreendedorismo e como é que o indivíduo está com o técnico, como é que o indivíduo está no pavilhão ou em outra formação qualquer. É esse trabalho de tentar perceber como é que o indivíduo está nos diversos contextos prisionais. (...) Uma coisa que é importante e que nós devemos fazer é, antes de darmos qualquer formação de empreendedorismo dentro do sistema prisional, dar formação e formação às pessoas, a todo o sistema, para que as pessoas possam perceber o que se está a fazer. Falar não só com os técnicos, falar com a entidade que está a dar formação, mas também que se possa dar formação e formação ao sistema, a todos os agentes envolvidos no sistema prisional daquilo que vai ser feito. Não havendo essa informação, antes de se iniciar a formação, as pessoas começam a ter aqueles receios e aquelas desconfianças e a duvidarem, as pessoas não são envolvidas”. **T2**

Portanto, os atores sociais devem ter um comportamento estratégico, baseado na máxima “*Plans are nothing, planning is everything*”. Recorrendo a Mintzberg, planear é pensar o futuro de uma forma prospetiva, logo há que construir um plano de ação, definindo prioridades e metas a alcançar.

É importante que o trabalho de implementação de projetos passe assim, pelo envolvimento de todos os educadores que devem, conjuntamente, articular os diferentes saberes curriculares das suas áreas, privilegiando uma estratégia pedagógica transversal.

CONCLUSÕES

Neste momento importa refletirmos sobre as conclusões a que chegámos a partir dos resultados obtidos da educação para o empreendedorismo em contexto prisional.

Falar de educação para o empreendedorismo é incutir nos indivíduos outro espírito, outra vontade perante as práticas quotidianas, os problemas e os desafios.

Pois se no entender dos diretores a importância da educação para o empreendedorismo em contexto prisional delega nos indivíduos habilidades de independência para, assim, se “governarem” e que de forma curiosa estes indivíduos gostam de saber, como alternativa ao trabalho por conta de outrem; os técnicos dizem conduzir a níveis de organização e criação do pensamento, perspectivando a necessidade e vontade própria dos indivíduos conquistarem um novo rumo para as suas vidas. Não basta ter ideias é preciso trabalhá-las só assim estas condutas ficarão gravadas nos indivíduos. Já os formadores argumentam dizendo que esta via os leva a reconhecerem, primeiro que tudo, o seu potencial, de forma autónoma, para depois lhes serem dadas ferramentas para utilizarem esse mesmo potencial. Por último, na perspectiva dos formandos, esta educação introduz um elemento importante, a perspectiva, pois ajuda-os a pensar em si mesmos, nos outros e vêem-na como uma hipótese ou oportunidade de inserção no mercado de trabalho, tradutora de reintegração social, quer em meio de reclusão, como pós-reclusão.

Confirma-se, portanto, que pela via da educação para o empreendedorismo os reclusos adquiriram um conjunto de benefícios qualitativos após a formação, sendo eles ao nível da motivação e da alteração das expectativas dos indivíduos, verificando-se uma melhoria dos níveis de resiliência, uma forte autonomia, determinação, criatividade, tomada e consciencialização das decisões, autoestima.

Considerando que impulsionar este tipo de características na população em geral é difícil, só com a lógica da capacitação, conquistar a reintegração social dos indivíduos, muito mais difícil se torna neste tipo de população (reclusa). Assim, é necessário, cada vez mais, a aplicação de métodos pedagógicos desafiantes, por exemplo através do *Learning by doing*, como a promotora da formação evidencia, perspectivando um ambiente favorável para que o educando, com agentes de acompanhamento, construa por si só esse saber empreendedor. É também pelos valores que esta aprendizagem cria de autonomia, persistência que eles se sentem mais capazes de ir à procura e de conquistar um sucesso mais participado no mercado de trabalho e nos diversos

contextos, abrindo-lhes novas portas e novos horizontes que muitas vezes se encontravam encerradas em si mesmos. Esta nova aprendizagem dotou os indivíduos de competências desde mais básicas até mais operativas e técnicas, ficando assim a ser parte integrante da ação, criando e recriando saber, saber aprender, saber ser, saber fazer e empreender que estavam desvanecidos ou voltados para o campo pejorativo. Foi no contexto prisional que alguns dos intervenientes do processo de capacitação, por exemplo, os formadores desconstruíram ideias pré-concebidas, relativas a indivíduos reclusos, passando de meros atores na realidade para verdadeiros atores de inovação.

Conforme pudemos verificar, dotar os indivíduos de competências não é sinónimo de reintegração social, pois existem inúmeros fatores que contribuem para esse contraste, havendo fatores inibidores que advém do contexto de constrangimentos pessoais, como os receios, ansiedades, inseguranças que muitas vezes se sobrepõe à capacitação e a uma potenciação de diferentes formas de reintegração.

Não obstante, não podemos esquecer que a cultura empreendedora coloca os atores sociais na disseminação do empreendedorismo promovendo práticas e valores no sentido da iniciativa dos indivíduos, da sua valorização, e ensinando a interagir com contextos de mudança. Carneiro (2007:4) alerta-nos para os pressupostos que a cultura empreendedora capitaliza nos dias que correm, pois “o problema é se atuam ao nível do diagnóstico, se ficam pelas metodologias de aplicação ou se passam mesmo à prática com a implementação dessas metodologias. Aqui é que está a grande diferença”. Desta forma, a cultura empreendedora tem sido vista numa lógica de que se trabalharmos com os indivíduos eles terão maiores possibilidades de se integrar socialmente. Todavia, é esquecida ou desvanecida a ideia de que para que essa integração exista é necessário que existam estruturas de oportunidades adequadas a essa integração. Para tal, não basta apenas adotar lógicas de capacitação e transformação dos indivíduos reclusos, mas sim criar oportunidades, estruturas no próprio sistema social e económico para que os indivíduos se integrem, desde um nível mais micro (comunidade, empresas, etc.) a um nível mais macro (sistema penal, justiça...). Assim, estas metodologias na passagem do prisional para o pós-prisional assumem-se como conjunturais, pois a aplicação da teoria para a prática não adquire as estruturas de oportunidades totalmente adequadas e eficientes para que se dê uma integração social plena. É possível dizer que podemos estar perante medidas com efeito placebo, sem impacto efetivo na vida desta população, existindo, portanto, um certo hiato entre o proposto e o vivido. Neste sentido, entende-

se que a cultura empreendedora no contexto prisional ainda hoje enfrenta um longo caminho a percorrer.

Em termos genéricos, consideramos que este estudo empírico é, e parafraseando Godet (2007), *portador de futuro*, pois é dotado de uma mais-valia a nível social pelos contributos e reflexões que pode trazer para as políticas e medidas de atuação no meio prisional, bem como uma valorização/potenciação de estratégias de aprendizagem construtivas, em detrimento de abordagens do ensino tradicional, com indivíduos socialmente excluídos. É, portanto, uma resposta que traz novas dinâmicas ao contexto prisional e à própria sociedade, pois vem revelar que indivíduos socialmente excluídos, pouco capacitados, possam tornar-se empreendedores, através do desenvolvimento e aproveitamento das suas capacidades, à partida desconhecidas ou pouco potenciadas.

É neste sentido que Ribeiro (2009) dá o seu contributo para a presente pesquisa, no sentido em que confronta os desafios ou soluções associadas ao empreendedorismo, defendendo uma perspetiva de estratégias para o empreendedorismo, desde a inserção, passando pela integração, depois pela inclusão, finalizando essas estratégias no empreendedorismo. Estas estratégias à medida que evoluem vão dando autonomia e liberdade aos indivíduos. De uma **estratégia de inserção** que conjuga os programas impostos pelo Estado, de que a frequência é obrigatória e a base de financiamento imposta pelo Estado, neste caso com o programa POPH de intervenção - *Formação para a Inclusão*; passando para uma **estratégia de integração**, progressivamente mais independente e autónoma, com algum acompanhamento e intervenção/ação do indivíduo, como o caso dos estágios profissionais, nos quais a norma pré-estabelece o mecanismo de inserção profissional por experiência prática na instituição/empresa. A **estratégia de inclusão** opera na base da negociação e procura sistémica de equilíbrios, entre o projeto pessoal dos indivíduos excluídos e formas ativas de acompanhamento cujo objetivo é o apoio em projetos individuais, num ajuste do indivíduo com a instituição ou empresa, por exemplo estratégias de inclusão-apoiada. Por fim, a **estratégia empreendedora** é aquela que relaciona o projeto do indivíduo vulnerável com os fundos públicos, sendo o indivíduo a mobilizar recursos para o sustento do seu projeto, assumindo a iniciativa individual, autonomia e participação/*empowerment* que contrasta com as três anteriores.

Esta perspetiva é crucial para os dias de hoje, onde o valor social é ameaçado pelo lucro/finalidade lucrativa. Quer com isto dizer-se que, coloca um maior ênfase na estratégia inclusiva agindo e assentando em pressupostos ideológicos para uma nova

dinâmica de paradigmas assentes na responsabilidade social, economia solidária, cooperativismo, etc. Ao passo que, a abordagem meramente metodológica, por sua vez, contribui para uma reprodução de um modelo socialmente insustentável, onde os raciocínios partem de regras do mercado e da competitividade. É vista como uma estratégia de emagrecimento para a competitividade das organizações, baseada essencialmente no sucesso empresarial, isto é, onde este tende a sobrepor-se à criação de valor social. Assim sendo, esta reflexão pode ser um contributo altamente positivo, catalisador de mudança para a promoção do empreendedorismo inclusivo, onde a solução de ordem será a “dignidade” (Ribeiro, 2009:225), cuja linguagem dos negócios e da economia tem negligenciado.

Como podemos ver estamos ainda longe de integrar o espírito empreendedor como uma competência transversal e especializada. A sociedade deve tomar consciência da importância deste tema. Deve melhorar a imagem que tem de que o empreendedorismo não é unicamente um “centro” produtivo destinado para o campo lucrativo, mas sim um motor de inovação e de geração de riqueza coletiva. Atualmente, desde o ponto de vista do contexto social, político e económico, encontramos-nos numa situação ideal para desenvolver cada vez mais iniciativas neste campo. Um momento propício deve ser aproveitado e uma oportunidade através desta pesquisa deve ter contribuído.

Como pistas/estratégias futuras recomendamos que metodologias incisivas em práticas empreendedoras se apliquem na criação de miniprojectos, miniempresas, incentivando as empresas na contratação de reclusos, através de parcerias, os que revelam maior desempenho no percurso das formações que tiveram; uma aproximação pela via da tecnologia de experiências do mundo do trabalho, ou seja, experienciando formas alternativas, à distância, através de simulações; aprendizagens através da educação não-formal, com ênfase na prática de experiências e atividades ao ar livre, ou seja, programas de educação “*outdoor*”, entre outras.

Em trabalhos futuros seria pertinente ir um pouco mais além, compreendendo os percursos dos formandos, em momento pós-prisão, ou seja, estudos de caso que através da participação em iniciativas de empreendedorismo, permitam apurar a existência ou não da superação das suas dificuldades iniciais e a implementação/criação do próprio negócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

André, Isabel e Abreu, Alexandre (2006), *Dimensões e Espaços da Inovação Social*, Finisterra, 81, 121-141.

Azevedo, Célia; Barbosa, Jorge; Brandão, Regina (2004), *Novas perspectivas, novos horizontes*. Porto: Colectânea de Textos do Workshop de Reinserção.

Barbosa, Luís Marques *et al* (1990), *A formação Jovem – Um modelo interactivo*. Porto: Edições ASA.

Bernardo, Joaquim (2004), “ Da educação e formação à educação-formação – Dois mundos complementares ou concorrentes?”, in Neves, António O. (coord.) *Formação Profissional – Cadernos Sociedade e Trabalho*. Lisboa: MTSS/GEP, 4, 57-75.

Bertrand, Yves (2001), *Teorias Contemporâneas da Educação*. Lisboa, 2ª ed.: Horizontes Pedagógicos.

Blanchet, Alain *et al.*, (1985), *L'entretien dans les Sciences Sociales*. Paris: Dunod.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, 2ª ed.: Difel.

Bucha, Agostinho de Inácio (2009), *Aprender a saber ser empreendedor*. Lisboa: Editora RH.

Bygrave, William D. e Hofer, Charles W. (1991), “Theorizing about Entrepreneurship”, in *idem Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 16, Nº2, Winter, 13-22. Página consultada em 1 de Maio de 2012, disponível em:

<http://www.mendeley.com/research/theorizing-about-entrepreneurship/#page-1>

Capucha, Luís; Ucha, Luísa *et al* (2006), *Educação para a Cidadania. Guião de Educação para o Empreendedorismo*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Carneiro, Vítor Sá (2007), *Empreendedorismo: o contexto nacional*. Oficina da Inovação. Business Innovation Centres do Minho. Página consultada a 3 de Julho de 2012, disponível em:

http://www.meintegra.ics.uminho.pt/docs/ficheiros/Entrevista_oficina_da_inovacao.pdf

CCE (2006), Página consultada a 12 de Março de 2012, disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:pt:PDF>

Cunha, Manuela Ivone P. Pereira (2004), *A prisão e as suas novas redundâncias*. Jornadas de Estudos Penitenciários. Lisboa. Página consultada a 5 de Dezembro de 2011, disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5226/3/A%20pris%C3%A3o%20e%20as%20suas%20novas%20redund%C3%A2ncias.pdf>

- Cunha**, Maria Ivone (2008), “Prisão e Sociedade: modalidades de uma conexão”. *in idem Aquém e Além da Prisão: Cruzamentos e Perspectivas*. Lisboa: Noventa Graus, 7-32. Página consultada em 13 de Maio de 2012, disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7724/1/Pris%C3%A3o_e_Sociedade.pdf
- DEEP/MTSS** (2003), *Indicadores de Empreendedorismo e Inovação*. Departamento de Estudo, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. *Cognitum*, nº10.
- Dees**, J. Gregory (2001), *O Significado do “Empreendedorismo Social”*. Página consultada a 3 de Abril de 2012 e disponível em: <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>
- Delors**, Jacques (coord.) (1996), *Educação, um Tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*; Coleção: Perspetivas Atuais/Educação; Porto: Edições ASA. Página consultada em 6 de Agosto de 2012, disponível em: <http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm>
- Dolabela**, Fernando (2003), *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Editora de Cultura.
- Dolabela**, Fernando (2008), *Entrevista*. Revista Atividades e Experiências. Página consultada a 25 de Março de 2012, disponível em: http://www.educacional.com.br/revista/0408/pdf/06_Entrevista_FernandoDolabela.pdf
- Dolabela**, Fernando (s.d), *O ensino de empreendedorismo no Brasil: uma metodologia revolucionária*. Página consultada a 3 de Maio de 2012, disponível em: www.cin.ufpe.br/~genesis/documentos/DolabelaPaper_GENESIS.doc
- Dores**, António Pedro (2000), *Prisões de Portugal*. Acta produzida no IV Congresso Português de Sociologia.
- Dores**, António Pedro (2003), *Prisões na Europa: um debate que apenas começa*. Oeiras: Celta Editora.
- Dores**, António Pedro (2004), *Anomia em Durkheim – entre sociologia e psicologia prisionais*. Comunicação às Jornadas de Estudos Penitenciários na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.
- Drucker**, Peter F. (1997), *Inovação e gestão*. Lisboa: Editorial Presença.
- Duarte**, Maria Flávia Diniz Bastos Coelho (2010), *Educação e Empreendedorismo Social: um encontro que (trans)forma cidadãos*. Dissertação de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Belo Horizonte: Centro Universitário UNA. Estatuto de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão.

- EQUAL** (2007), *Empowerment of Vulnerable Groups – Practices and Products*. Lisboa: EQUAL PORTUGAL. Página consultada a 30 de Junho de 2012, disponível em: http://www.igfse.pt/upload/docs/2011/24_empowerment_vulnerable_groups.pdf
- Ferreira, José Soares** (2009), *Empreendedorismo Social e Sustentabilidade*. Revista Exit, nº21, Ano 6, pp. 29-30. Página consultada em 10 de Abril de 2012, disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36010682/Magazine-EXIT-21-Social-Entrepreneurship-and-Sustainability>
- Ferreira, Sílvia** (2005), *O que tem de especial o empreendedorismo social? O perfil do emprego do empresário Social em Portugal*”. Oficina CES 223. Consultado a 5 de Dezembro de 2011 e disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/527_2005%20Oficina%20do%20CES%20n.223.pdf
- Ferreira, Sílvia** (2006), *Empreendedorismo, capacitação e mudança social*, Boletim Vozes do Centro, NRC REAPN. Página consultada a 28 de Dezembro de 2011, disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/526_REAPN.pdf
- Filion, L. J.** (1999), *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 34, n.º2 Abr./Jun.
- Filion, Louis Jacques** (2003), *Mapa rodoviário para um Quebec empresarial: Um roteiro para desenvolver o empreendedorismo*. Página consultada a 15 de Junho de 2012, disponível em: http://www.oei.es/etp/roteiro_desenvolver_empreendedorismo_filion.pdf
- Foucault, Michel** (1999), *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, 20ª ed.: Editora vozes.
- Franco, Vítor** (2011), “A inclusão começa em casa”, in Rodrigues, David *Educação inclusiva dos conceitos às práticas de formação*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos. 157-170.
- Furtado, L. e Condeço, C.** (2009), *A reinserção pelo trabalho ou a importância do trabalho e da formação profissional na reinserção de pessoas sujeitas a medidas judiciais*. Ousar integrar, 3, 39-52.
- Gaspar, Fernando C. e Pinho, Luís Fé de** (s.d), *A importância do empreendedorismo e a situação em Portugal*. Página consultada a 5 de Abril de 2012, disponível em: <http://docentes.esgs.pt/fernando-gaspar/publ/apdr.pdf>

Godet, Michel (2007), *La caja de herramientas de la prospectiva estratégica. Problemas y métodos*”. *Cuadernos de LIPS*, 2. edición, nº5. Página consultada a 15 de Julho de 2012, disponível em:

<http://www.prospektiker.es/prospectiva/caja-herramientas-2007.pdf>

Goffman, Erving (1974), *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Goffman, Erving (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gomes, Conceição; Duarte, Madalena; Almeida, Jorge (2004), *Crimes, penas e reinserção social: um olhar sobre o caso português*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Direito, Crimes e Dependências. Braga.

Gonçalves, R. A. (1998), *Tratamento Penitenciário: Mitos e realidades, ilusões e desilusões*. Temas Penitenciários, II Série 1, 65-82.

Gonçalves, R. A. (2000), *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria n.º3. Coimbra: Editora Quarteto.

Gonçalves, R. A. (2002), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.

Krueger, Norris (2008), “The Microfoundations of Entrepreneurial Learning and Education: The Experiential Essence of Entrepreneurial Cognition,” in *Handbook of University-Wide Entrepreneurship Education*, forthcoming, Edward Elgar publisher.

Leite, Emanuel (2006), *Empreendedorismo, Inovação e Incubação de empresas – lei da inovação*. Recife: Edições Bagaço.

Lourenço, Anabela; Louça, Estrela; Cristo, Eurídice *et al* (2008), *Balanço de competências-chave para o empreendedorismo – Manual de apoio ao facilitador*. Alte: Start.

Maia, Rui Leandro (coord.), (2002), *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora.

Marques, L. A. & Albuquerque, C. (2012), “Entrepreneurship Education and the development of Young people life competencies and skills”. *ACRN Journal of Entrepreneurship Perspectives (JoEP)*, Academic Collaboration and Research Network – Center for Research Methodology in Social and Managerial Sciences. Austria (in press).

- Martinho**, Ana (2009) “A inovação social, um instrumento contra as repercussões sociais da recessão”. in Neves, António O., *Inovação Social – Cadernos Sociedade e Trabalho*. Lisboa: MTSS/GEP, 12, 17-24.
- Moreira**, J. J. Semedo (1994), *Vidas Encarceradas: Estudo Sociológico de uma Prisão Masculina*. Lisboa: Coleção Cadernos do CEJ, nº 1/93.
- Nobre**, Francisca (2004), “A valorização das competências e a aprendizagem ao longo da vida: da qualificação/requalificação à reconversão profissional”, in Neves, António O., *Formação Profissional – Cadernos Sociedade e Trabalho*, 4, Lisboa: MTSS/DEEP.
- Oliveira**, Marco António (2010), *Gestão e pedagogia empreendedoras urgem Educador-Empreendedor*. ECCOM, v.1, n.2, 55-60, Jul./Dez. Página consultada a 1 de Outubro de 2011, disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/view/407/263>
- Onofre**, Elenice Maria Cammarosano (s.d), *Educação escolar na prisão na vida dos professores: um hiato entre o proposto e o vivido*. Brasil. Página consultada a 10 de Maio de 2012, disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewPDFInterstitial/836/640>
- Pereira**, Miguel Mata; Ferreira, José Soares; Figueiredo, Ilda Oliveira (2007), *Guião “Promoção de empreendedorismo na escola”*. Lisboa: Ministério da Educação/Direção- Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Perkins**, David. (1992). *Smart Schools: From Training Memories to Educating Minds*. New York: Free Press.
- Pinto**, Carla (1998), “Empowerment: uma prática de serviço social”. in *Política Social*. Lisboa: ISCSP, 245-277.
- Pires**, Ana Luísa de Oliveira (2005), *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e de Competências*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Portela**, José (coord.) (2008), *Microempreendedorismo em Portugal – experiências e perspectivas*. Consultado a 3 de Fevereiro de 2012 e disponível em: <http://www.cetrad.info/static/docs/documentos/113.pdf>
- Provedor da Justiça** (1997), *Instituto de Reinserção Social - Relatório especial do Provedor de Justiça à Assembleia da República 1997*. Lisboa: Provedoria de Justiça.
- Quivy**, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raposo, Mário, Silva, Maria J. (2000), *Entrepreneurship: Uma Nova Área do Pensamento Científico*. RGE-Revista de Gestão e Economia, 0, 57-64.

Ribeiro, Carlos (2009), “Empreendedorismo como desafio ou solução”, in Neves, A. O., *Inovação Social - Cadernos Sociedade e Trabalho*. Lisboa: MTSS/GEP, 12, 211-225.

Rocha, João Luís de Moraes (2003), *A reforma do sistema prisional*. Tópicos de uma intervenção. Página consultada em 3 de Março de 2012 <http://opj.ces.uc.pt/portugues/novidds/comunica/MoraesRocha.pdf>

Rodrigues, Anabela (2007), *Novo olhar sobre a questão penitenciária. – A execução da pena privativa de liberdade: problemas de política criminal* in Educar o outro. Humana Global, 117-125.

Rodrigues, Anabela Miranda (2002), *Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária – Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização; Jurisdição; Consensualismo e Prisão*. Projeto de proposta de lei de execução das penas e medidas privativas de liberdade. Coimbra, 2ª ed.: Coimbra editora.

Rodrigues, David (2011), *Educação inclusiva: dos conceitos às práticas de formação*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Santos, Boaventura de Sousa *et al.* (2003), *A Reinserção Social dos Reclusos: Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Schumpeter, J.A. (1934), *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Cambridge.

Silva, A. Z. (2009), “O estilo de vinculação e o desenvolvimento de comportamentos delinquentes na adolescência: factor de risco ou factor de protecção”. in *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 2, 55-68.

Sloymossy, Emeric (2008), “Balacing Entrepreneurial Education - Person, Pedagogy and Policy, Challenges in Constructing a Program”. in *International Conference on Economics, Law and Management*. Romania <http://www.upm.ro/proiecte/EEE/Conferences/papers/S616.pdf>

Social Exclusion Unit (2002), “Reducing Re-offending by Ex-prisoners”. in *Office of the Deputy Prime Minister*. Página consultada a 13 de Maio de 2012, disponível em: http://www.thelearningjourney.co.uk/reducing_report.pdf/file_view

Sousa, João Francisco e Machado, Eleutério (s.d), *Incrementar o empreendedorismo na aprendizagem ao longo da vida: desafios e oportunidades do ensino superior para a Estratégia Europa 2020*. Página consultada a 1 de Fevereiro de 2012, disponível em: http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/121c.pdf

Teater, Barbra (2010), *An Introduction to Applying Social Work Theories and Methods*, Berkshire: Open University Press, 16-37.

Vassiliou, Androulla (s.d). *Educação para o empreendedorismo em crescimento*. in Comissão Europeia - Comunicado de imprensa. Página consultada em 10 de Março de 2012, disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/12/365&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

Vaz, Maria João (s.d). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista*. IV Congresso Português de Sociologia.

Vicente, Paula (2008). “Inovação Social e Empreendedorismo – Uma Experiência em Meio Prisional”, *6º Congresso Nacional da Administração Pública: Os Grandes Passos da Reforma – Actas do Congresso*, Lisboa, INA, 1-16.

Webster, Cheryl Marie (1997). *O dever de trabalho do recluso e a sua ressocialização :uma coexistência impossível?*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

World Economic Forum (2009), *Educating the Next Wave of Entrepreneurs. Unlocking entrepreneurial capabilities to meet the global challenges of the 21st Century. A report of the Global Education Initiative*, Roménia. Página consultada a 15 de Junho de 2012, disponível em: https://members.weforum.org/pdf/GEI/2009/Entrepreneurship_Education_Report.pdf

ANEXOS

Anexo I – Autorização para a pesquisa endereçada pela DGSP


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

Exmo(a) Senhor(a)

Dra. Sónia Sofia Pais Morgado

Bairro da Formiguinha, n.º 11 - A

Vila do Carvalho

6200 - 241 Covilhã

<i>V/ referência</i>	<i>N/ referência</i>	<i>Ofício N.º</i>	<i>Data</i>
		47/DSPRE	7.03.2012

Assunto: Investigação Académica para Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra

Tenho a honra de informar V. Exa de que, por despacho do Senhor Director – Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 6/03/2012, e tendo em vista a realização de mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, está autorizada a desenvolver a investigação, nos Estabelecimentos Prisionais de Leiria e Sintra.

Considerando o interesse da presente investigação, o estudo foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direcção dos estabelecimentos prisionais e do Centro de Estudos e Formação Penitenciária, por forma a que se conciliem os objectivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação da vida quotidiana do Estabelecimento;
- a execução do trabalho esteja sempre dependente da disponibilidade dos trabalhadores e dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação. O assentimento dos inquiridos seja passado a escrito, ficando cópia no EP;

Travessa da Cruz do Tovel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853653 – E-mail: DSPDERI@dgsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1133-001 Lisboa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas

- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas.

Com os melhores cumprimentos,

pel' A Direcção de Serviços
José Luís Leal Moreira

ML/2012

ANEXO II- Guiões de entrevista aos diversos públicos-alvo

Guião de Entrevista para Órgão Diretivo do Estabelecimento Prisional (Leiria ou Sintra)

Boa Tarde, o meu nome é Sónia Morgado, sou estudante do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e estou a fazer uma dissertação sobre a temática da importância da construção de competências empreendedoras no contexto prisional. Para o efeito necessito da colaboração dos vários agentes que, no contexto prisional, trabalham com a população reclusa procurando assegurar estratégias de reeducação e reintegração socioprofissional. Os dados recolhidos serão utilizados somente no âmbito da pesquisa e serão salvaguardados todos os pressupostos de confidencialidade. O recurso à gravação, se autorizado, servirá apenas para facilitar o registo dos dados recolhidos e posterior transcrição e tratamento dos mesmos.

Caracterização do(a) entrevistado(a) e enquadramento

1. Dados de caracterização do/a entrevistado/a (habilitações literárias; função; há quanto tempo a exerce; enquadramento/ EP- nº de anos e funções exercidas anteriormente)
2. Dados de caracterização geral do EP (tipo; nº de reclusos; regime)

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional - a sua importância e especificidades

1. Importância reconhecida à Educação para o Empreendedorismo em geral: impactos; dimensões; tipo de populações
2. Importância da Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: razões associadas a essa importância ou não; limites e potencialidades
3. Relevância atribuída pelo EP a esta dimensão e razões subjacentes
4. Previsão (ou não) de outras formações similares integradas no plano de tratamento penitenciário do EP/ razões subjacentes

5. Opinião sobre o PERSR: importância; limites e potencialidades; nível de inovação

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: Avaliação

1. Reconhecimento da importância dos programas de educação para o empreendedorismo em termos de integração no contexto prisional, processos de reeducação e reinserção socioprofissional pós reclusão;
2. Tipo de impactos identificados, lacunas e necessidades de readaptação;
3. Lacunas/ constrangimentos percebidos neste tipo de programas em termos de construção de competências junto dos reclusos e numa dimensão de reintegração socioprofissional pós reclusão (a influência do contexto; a influências de variáveis familiares e pessoais; a insuficiência/ não acesso a apoios, financeiros e outros, ao empreendedorismo, entre outros aspetos)
4. Articulação da formação para as competências empreendedoras com outras estratégias/ processos de reeducação: (des)vantagens, procedimentos, dificuldades...
5. Identificação de potencialidades, lacunas e aspetos a melhorar/ transformar no domínio da educação para o empreendedorismo em geral e em contexto prisional em particular.
6. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa para a investigação?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Guião de Entrevista aos Técnicos/as de Reeducação

Boa Tarde, o meu nome é Sónia Morgado, sou estudante do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e estou a fazer uma dissertação sobre a temática da importância da construção de competências empreendedoras no contexto prisional. Para o efeito necessito da colaboração dos vários agentes que, no contexto prisional, trabalham com a população reclusa procurando assegurar estratégias de reeducação e reintegração socioprofissional. Os dados recolhidos serão utilizados somente no âmbito da pesquisa e serão salvaguardados todos os pressupostos de confidencialidade. O recurso à gravação, se autorizado, servirá apenas para facilitar o registo dos dados recolhidos e posterior transcrição e tratamento dos mesmos.

Caracterização do(a) entrevistado(a) e enquadramento

1. Dados de caracterização do entrevistado (habilitações literárias; função; há quanto tempo a exerce; enquadramento/ EP- nº de anos e funções exercidas)
2. Tratamento penitenciário no contexto do EP: dimensões; áreas, processos e estratégias/ adequações à população reclusa.
3. Competências a construir durante o período de reclusão.
4. A educação para o empreendedorismo como estratégia de reeducação: cursos existentes; processos; relevância reconhecida aos objetivos.

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional - a sua importância e especificidades

1. Importância reconhecida à Educação para o Empreendedorismo em geral: impactos; dimensões; tipo de populações
2. Importância da Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: razões associadas a essa importância ou não; limites e potencialidades
3. Opinião sobre o PERSR: importância; limites e potencialidades; nível de inovação

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: Avaliação

1. Processos de avaliação dos impactos/ resultados da formação junto da população
2. Tipo de impactos identificados, lacunas e necessidades de readaptação
3. Competências adquiridas, ou consolidadas, pelos reclusos
4. Reconhecimento da sua importância em termos de integração no contexto prisional, processos de reeducação e reinserção socioprofissional pós reclusão
5. Lacunas/ constrangimentos percebidos neste tipo de programas em termos de construção de competências junto dos reclusos e numa dimensão de reintegração socioprofissional pós reclusão (a influência do contexto; a influências de variáveis familiares e pessoais; a insuficiência/ não acesso a apoios, financeiros e outros, ao empreendedorismo, entre outros aspetos)

6. Articulação da formação para as competências empreendedoras com outras estratégias/ processos de reeducação: (des)vantagens, procedimentos, dificuldades...
7. Identificação de casos de “sucesso” e “insucesso” pós formação e respetivo enquadramento e razões
8. Identificação de potencialidades, lacunas e aspetos a melhorar/ transformar no domínio da educação para o empreendedorismo em geral e em contexto prisional em particular.
9. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa para a investigação?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Guião de Entrevista para Promotores/Mentores - instâncias de formação

Boa Tarde, o meu nome é Sónia Morgado, sou estudante do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e estou a fazer uma dissertação sobre a temática da importância da construção de competências empreendedoras no contexto prisional. Para o efeito necessito da colaboração dos vários agentes que, no contexto prisional, trabalham com a população reclusa, bem como formadores/promotores de formações de empreendedorismo nesse contexto, procurando assegurar estratégias de reeducação e reintegração socioprofissional. Os dados recolhidos serão utilizados somente no âmbito da pesquisa e serão salvaguardados todos os pressupostos de confidencialidade. O recurso à gravação, se autorizado, servirá apenas para facilitar o registo dos dados recolhidos e posterior transcrição e tratamento dos mesmos.

Caracterização do(a) entrevistado(a) e enquadramento

1. Dados de caracterização do/a entrevistado/a (habilitações literárias; função; há quanto tempo a exerce; enquadramento)
2. Dados de caracterização da empresa/ serviço/Centro (designação; data de origem; localização; objetivos principais)
3. Tipo de cursos ministrados/ quantidade e contextos de formação

4. Cursos de educação para o empreendedorismo: populações abrangidas; objetivos; avaliação
5. Cursos de educação para o empreendedorismo em contexto prisional: tipo de cursos; objetivos; datas e locais; populações abrangidas; apoios; avaliação global; referências atuais (está a ministrar formação em mais algum EP? Ou com população de outros EPs?)

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional - a sua importância e estruturação

1. Importância reconhecida à Educação para o Empreendedorismo em geral: impactos; dimensões; tipo de populações
2. Importância da Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: razões associadas a essa importância ou não; limites e potencialidades
3. Opinião sobre o PERSR: importância; limites e potencialidades; nível de inovação
4. Estrutura da formação: objetivos, módulos, horas, dimensão prática

Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: Avaliação

1. Reconhecimento da importância dos programas de educação para o empreendedorismo em termos de integração no contexto prisional, processos de reeducação e reinserção socioprofissional pós reclusão;
2. Tipo de impactes identificados, lacunas e necessidades de readaptação;
3. Articulação da formação para as competências empreendedoras com outras estratégias/ processos de reeducação: (des)vantagens, procedimentos, dificuldades...
4. Identificação de potencialidades, lacunas e aspetos a melhorar/ transformar no domínio da educação para o empreendedorismo em geral e em contexto prisional em particular.
5. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa para a investigação?

Muito obrigada pela sua colaboração!

Guião de Entrevista para Formandos

Boa Tarde, o meu nome é Sónia Morgado, sou estudante do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra e estou a fazer uma dissertação sobre a temática da importância da construção de competências empreendedoras no contexto prisional. Para o efeito necessito da colaboração dos reclusos e dos vários agentes que, neste contexto, trabalham com a população reclusa, procurando assegurar estratégias de reeducação e reintegração socioprofissional. Os dados recolhidos serão utilizados somente no âmbito da pesquisa e serão salvaguardados todos os pressupostos de confidencialidade. O recurso à gravação, se autorizado, servirá apenas para facilitar o registo dos dados recolhidos e posterior transcrição e tratamento dos mesmos.

Frequência da Formação sobre Empreendedorismo: razões e importância reconhecida

1. Identificação da formação frequentada (tipo, data, nº de horas, formadores)
2. Razões associadas à frequência: objetivos a atingir, motivações, reconhecimento da importância da formação e porquê
3. Importância reconhecida: em termos de competências pessoais, interpessoais, sociais e profissionais; ao nível do processo de reinserção
4. Frequência anterior de outros cursos: se sim, perceber as razões para uma nova frequência e diferenças identificadas
5. Importância reconhecida à educação para o empreendedorismo em geral e no contexto prisional em particular

Educação para o Empreendedorismo: Competências construídas e avaliação de impactes

1. Identificação das competências mais importantes adquiridas: a nível pessoal (motivação, autoestima, pró-atividade...), interpessoal, social e profissional
2. Identificação das competências que já possuía e que foram melhoradas/consolidadas por via da formação

3. Adequação da formação às expectativas e necessidades de aprendizagem/ a que níveis se adequou e a que níveis são percebidas insuficiências e lacunas
4. Perceção da importância da formação em termos de reintegração socioprofissional pós reclusão: razões
5. Identificação de processos de melhoria da formação: em termos de duração, estrutura, metodologias de ensino, e outras.
6. Relação entre a formação e projetos de criação do próprio negócio pós reclusão: razões; existência ou não e tipo de projeto já pensado
7. Perceção das insuficiências e dificuldades a enfrentar na criação de iniciativas empreendedoras pós reclusão e identificação de possíveis estratégias para as superar/ minimizar
8. Enquadramento num novo projeto/ ação em contexto prisional pós formação para o empreendedorismo
9. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa para a investigação?

Dados caracterização do entrevistado

Idade

Nacionalidade

Habilitações Literárias

Estabelecimento Prisional

Tempo de reclusão (cumprido e a cumprir)

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____(nome do recluso/a) declaro que conheço os objetivos da presente pesquisa, desenvolvida pela estudante investigadora Sónia Morgado do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo da Universidade de Coimbra. Tem como objetivos a compreensão da relevância da educação para o empreendedorismo, particularmente, em contexto prisional, ou seja, visando a promoção da construção de competências empreendedoras geradoras de oportunidades de reintegração social.

Desta forma, aceito de livre vontade e sem qualquer tipo de condicionamentos e com a garantia do anonimato, para os dados recolhidos participar nesta entrevista a realizar no dia __/__/____ pelas __:__horas, no Estabelecimento Prisional de Leiria/Sintra.

ANEXO IV – Grelhas de análise de conteúdo - interpretação dos dados

D1 – Diretor do EP de Leiria; **D2** – Diretora do EP de Sintra

Dimensões	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Tema 1: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional – a sua importância e especificidades			
A. Importância da educação para o empreendedorismo num contexto geral/global	Importância reconhecida	Autonomia	<p>“(…) eu acho que o empreendedorismo é mais uma questão de espírito, de incutir nas pessoas um espírito empreendedor, as pessoas perceberem que podem através das suas capacidades fazer o seu percurso, de uma forma independente e sabe-se lá, ate onde é que podem ir. E, portanto, ultrapassando a velha perspetiva de procurar emprego, não é?!, criar o seu próprio negócio, o seu próprio emprego, ser autónomo (…)” . (l. 67- 71) D1</p> <p>“Por um lado, tem que ver com a vontade, com o desejo de ser autónomo (…)” . (l. 82-84) D1</p> <p>“(…) pessoas que querem fazer o próprio percurso (…)” (l. 87) D1</p>
		Criatividade/originalidade	<p>“ (...) eu acho que o empreendedorismo e este espírito nascem onde menos se espera, porque tem que ver muito com a imaginação, daquilo que eu percebo do empreendedorismo” . (l. 81,82) D1</p> <p>“E do jeito que cada um tenha para isso” . (l. 84) D1</p> <p>“ (...) ter as suas próprias ideias, isto é, também uma questão de ideias, isto é, de ser original, isto depois é, também, relacionado com as novas tendências de inovação, não é?!. Os empreendedores têm que ser inovadores, senão não conseguem triunfar no mercado, portanto isto está diretamente relacionado” . (l. 87-89) D1</p>
	Relação competências - população	<p>“Não sei, há esta perceção. Agora um indivíduo se for trabalhado mais cedo, melhor, mais moldável é a sua personalidade e vamos conseguir. Mas, também, é verdade que, e com a experiência que nós temos que estas idades são idades em que o indivíduo tem uma grande atividade” . (l. 371-373) D1</p> <p>“E lá está começar na escola, promover estas ideias, desenvolver as capacidades de criatividade, de inovação e da autorresponsabilização, enquanto ainda são jovens e enquanto estão nesta fase, que vai criar verdadeiros empreendedores de sucesso. E acho que é importante que se comece já na escola” . (l. 242-245) D2</p>	
	Impactos (engloba tudo o que	Nível pessoal	“(…) o empreendedorismo, dá outra vontade, digamos assim, às

	pode atingir/ efeitos visíveis da educação para o empreendedorismo no contexto geral)		<p>“pessoas de, por si fazerem o seu próprio caminho e lançarem-se em negócios (...)” (l. 101, 102) D1</p> <p>““(...) nota-se muitas pessoas a recorrer à criação do seu próprio emprego e às vezes de coisas tão...que ninguém faz a cabeça que daqui poderia sair um negócio e, portanto, isso revela uma <u>grande criatividade e uma capacidade de se adaptar aos problemas e transformar um problema numa oportunidade</u>”. (l. 96-99) D2</p> <p>“(...) é procurar resolver um problema e uma vida por si, pelos próprios, em vez de estarem dependentes de arranjar um emprego” (l. 118, 119) D1</p>
		Profissional	<p>“Antes de mais é, mais uma via, para além das vias tradicionais de arranjar emprego (...)”. (l. 109,110) D1</p>
B. Importância da educação para o empreendedorismo em contexto prisional	Importância/pertinência reconhecida	Pessoal (autonomia)	<p>“E o empreendedorismo é mais uma ferramenta, mais uma via que eles podem utilizar depois em liberdade, para serem autónomos e se governar, não é?!, porque a educação é toda ela independência (silêncio)”. (l. 143-145) D1</p> <p>“ (...) aprenderem a construir o seu próprio trabalho, a serem criativos e inovadores (...)”. (l. 36, 37) D2</p> <p>“ (...) é muito importante que o individuo consiga perceber as suas potencialidades e a sua imaginação e esteja suficientemente preparado, para que venha a utilizar as suas capacidades, de uma forma empreendedora”. (l. 152-154) D1</p> <p>“Mas só o indivíduo saber que pode por si e com as suas capacidades pode vingar na vida, já é uma coisa interessantíssima”. (l. 155-156) D1</p>
		Profissional	<p>“Hoje em dia, nós já temos presos que chegam ali e dizem, <i>eu estou a pensar fazer a minha própria empresa</i>. Depois destas ações que houve aí, já temos presos que aparecem a dizer que, <i>eu não vou trabalhar para ninguém, eu tenho uma ideia de negócio, eu quero por o meu negócio a andar</i>”. (l. 113-116) D1</p> <p>“(...) esta vertente de empreendedorismo porque lhes incutem maiores responsabilidades, que é disso que eles precisam”. (l. 33-34) D2</p> <p>“(...) acho fundamental porque se há dificuldade no exterior em arranjar trabalho, uma pessoa que esteve presa tem dificuldades acrescidas. E, por isso, se eu não sair da prisão com competências para</p>

			<p>inovar e para por em prática as suas ideias, justifica-se ainda mais, do que numa pessoa livre...isso também foram competências trabalhadas que ajudam também”. (l. 114-118) D2</p>
Razões subjacentes	Pessoais		<p>“ (...) competências para inovar e para por em prática as suas ideias (...)”. (l. 116) D2</p>
	Profissionais		<p>“(…) <u>são indivíduos com muito poucas competências ou quase nenhuma, a grande maioria. Não têm competências nem pessoais, nem profissionais, nem nada.</u> Isso dificulta, dificulta, a obtenção de um emprego... por conta de outrem face às dificuldades do mercado de trabalho (...)”. (l. 28-31) D2</p> <p>“Por um lado, <u>a falta de experiências profissionais na vida deles,</u> muitos, a maioria dos reclusos daqui...nunca tiveram, não tiveram a profissão” (l. 132, 133) D2</p> <p>“ (...) eles não têm competências de trabalho, de responsabilidade e justifica-se...neste estabelecimento sobretudo”. (l.138, 139) D2</p>
	Sociais		<p>“ (...) estes têm muitos problemas ligados à toxicodependência, famílias completamente destruídas, vêm de meios sociais muito desfavorecidos e, portanto tudo para eles, nada existe, e tudo para eles é novo...e também eles têm uma capacidade de receber informação e um desejo talvez, também, que ajuda ao emprego (...)”. (l. 141-145) D2</p>
Relação competências – população (engloba todo o tipo de população mais propícia à aquisição competências empreendedoras)			<p>“Um indivíduo delinvente deve ser trabalhado, não é?! , deve haver um trabalho com ele, o mais cedo possível, porque ainda é moldável. Daí os jovens (...)”. (l. 366-368) D1</p> <p>“Porque isto, não escolhe idades, nem momentos e, às vezes, há pequenas coisas que resolvem os ideais ou as ideias destes. Por exemplo, um indivíduo que é delinvente habitual, digamos assim, e encontra uma mulher de quem gosta que o compreende e depois tem um filho e começa a ver no filho a outra razão de viver. E depois isto, também, passa muito pela autoestima e por ter objetivos na vida”. (l. 381-385) D1</p> <p>“(…) em teoria é mais fácil moldar os delinquentes, enquanto eles são mais jovens, moldar o carácter deles, mas é verdade que alguns não vão, que vão escapar, que vão continuar, ainda, mas mais tarde podem vir, a haver um momento na vida deles em que eles estão muito mais recetivos para uma mudança na vida”. (l.387-390) D1</p>
Limites			<p>“Quanto mais, sabendo nós, que a maior parte desta população, vive encostada ao estado quer dizer, toda a gente sabe disso (...)”(l.157, 158) D1</p>
Potencialidades			<p>“Eu acho que as potencialidades são enormes (...) ao nível das capacidades individuais e da forma</p>

		como cada um, depois vai utilizar as ferramentas que nós lhe damos, não é?! (...)esta é mais uma via, uma via bastante importante para quem está preso, de forma autônoma poder fazer a sua própria vida”. (l. 185-190) D1	
C. Relevância atribuída pelo EP à dimensão da EE	Razões subjacentes	Pessoal	“Na chamada reeducação dos presos, se calhar o mais importante é, mesmo, quebrar ou instalar uma mentalidade diferente”. (l. 160-162) D1 “E aqui o empreendedorismo também tem esta vertente, o não estar à espera dos outros, não é?!, mas o indivíduo ser empreendedor e, por si governar a sua vida e ter o seu próprio projeto”. (l. 178-180) D1
		Reinserção	“A relevância da facilidade do... de promover mais facilmente a reinserção social dos reclusos”. (l.164) D2
D. Previsão (ou não) de outras formações similares integradas no tratamento penitenciário	Projetos existentes – razões subjacentes	Empreendedorismo e inovação	“(…) tem que ver com esta formação de empreendedorismo que tem havido aqui (...)”. (l. 122,123) D1 “(…) <u>estamos a desenvolver alguns cursos de formação, um deles é estuques decorativos</u> , é uma coisa fora ...lá está estamos a sair também daqueles cursos tradicionais (...) estamos a inovar, a empreender com cursos diferentes que são, por exemplo, os estuques decorativos, cantarias”. (l. 147-150) D2
		Componente/contexto pessoal e familiar	“(…) outro tem a ver com um outro programa que é o Poder Caminhar, que está aí (...), mas temos uma questão que está relacionado com a família que ninguém trabalha a família, porque eles vem da família, não é?!, e eles vão voltar para a família e, até se calhar foram beber na família ou beberam na família os valores, que já não são valores positivos, não é?!. Portanto, trabalharmos o indivíduo que vai voltar para a família e vai encontrar os mesmos valores na família, se calhar está aqui uma componente que estava a faltar. E o programa Poder

			<p>Caminhar tem essa componente, a componente familiar que é muito importante”. (l. 123-134) D1</p> <p>“ (...) desenvolvimento de competências básicas, foi criado em função das necessidades dos próprios reclusos”. (l. 175, 176) D2</p>
		Socioprofissional	<p>“ (...) penso que era o GPS, para já: dar-lhes algumas competências para eles em liberdade, poderem procurar emprego, irem ao centro de emprego, saberem os recursos comunitários que há (...)”. (l. 236-238) D1</p> <p><u>“No projeto Rumos de Futuro nós trabalhamos, também, as competências, a desmistificação, justificar a questão da reclusão perante os empresários, a sociedade como...os mitos que se criam, da sociedade e dos empresários, sobre a pessoa que esteve presa e os receios de dar emprego...”</u> (l. 118-121) D2</p> <p>“ (...) trabalha muito as competências nos reclusos, competências para o trabalho, como lidar com outras entidades, como eu lido com o patrão, como manter um vínculo laboral ou como manter as competências, a relação com os outros, com os colegas, com o patrão. (l. 124-127) D2</p>
		Cognitivo-comportamental	<p>“ (...) Temos alguns mais generalistas, como é o caso do GPS e do Grupo de Entrados, em que o indivíduo é trabalhado mais em termos comportamentais”. (l. 234,235) D1</p> <p>“Por exemplo, o preso atribui muito a culpa dos seus atos aos outros, “ah eu fui levado, ah eu fui influenciado”. E então, também, se trabalha a esse nível e o exemplo é este, o indivíduo assumir e perceber que ele, é que é o responsável pelos seus atos”. (l. 239-242) D1</p> <p>“Portanto, é trabalhar toda uma mentalidade” (l. 242) D1</p> <p>“Quer dizer, é o indivíduo tomar consciência do erro do seu comportamento e, a partir daí, assumir um outro erro”. (l.226-228) D1</p> <p>“E às vezes as pessoas dizem, “ah como é que é possível o indivíduo estar preso”, é um indivíduo para quem o <i>modus vivendi</i> da família foi sempre esse, geração atrás de geração, portanto, há que cortar a mentalidade, alterar a mentalidade”. (l. 175-178) D1</p>
E. Opinião sobre as iniciativas de educação para o	Importância reconhecida	Processo de formação	<p>“(…) Acho que é fantástica, acho é que...devia ser mais desenvolvida, mais trabalhada, mais imperativo quase. Devia ser mais assumida</p>

empreendedorismo (ANJE e PERSR)			como...fundamental no processo de formação dos reclusos, porque acho que lhes dá ferramentas essenciais para poderem conduzir uma vida socialmente responsável, sem voltar a cometer crimes... é o que nos diz a lei e é a nossa missão". (l. 187-191) D2
		Apoios Económicos/financeiros	<p>"(...) o que se espera é que, durante o curso de empreendedorismo lhes sejam dados, seja dado este tipo de conhecimento, dos recursos que existem aí na comunidade, que permitam, por exemplo ser financiado, não é?!". (l. 283-285) D1</p> <p>"O empreendedorismo também precisa que alguém financie, não é?! Com a ideia, mas sem recursos financeiros também, não é?! , não há de ser fácil". (l. 289-291) D1</p> <p>"Portanto, o que eu espero é que, durante o curso de empreendedorismo, aqui ministrado, também sejam dadas, este conhecimento, de como é que funciona e a sociedade e em termos de patrocínio, digamos assim, destas coisas, das ideias de cada um". (l. 291-294) D1</p> <p>" (...) focalizado para a criação do próprio emprego e os mecanismos mais da área financeira... como construir um programa, os apoios, como recorrer ao crédito, todas essas competências necessárias foram trabalhadas". (l. 44-46) D2</p>
		Profissional	"E eles construíram no final um negócio, o seu próprio trabalho no Rumos de Futuro, cada um fez a simulação, digamos, do seu trabalho que gostariam de ter no final do curso". (l. 46-48) D2
		Social	"Portanto é bom que na prisão isso comece, isso aconteça porque, se calhar, podemos ajudar mais do que a pessoa sozinha, lá fora". (l. 277,278) D2
		Pessoal	"Um indivíduo tem que ter a noção do que é empreendedorismo, do que pode fazer com as suas capacidades, mas também tem que saber que há alguém que o pode apoiar, não é?! . Isso faz parte da formação dele". (l. 296-299) D1
		Limitações/dificuldades na formação	<p>"As limitações, as limitações (silêncio) aqui seriam no aspeto...ao nível de quem dá a formação (...)" (l.192,193) D2</p> <p>"As limitadas limitações são o quê, são os técnicos têm muitas tarefas, têm muitos outros trabalhos do que propriamente serem formadores...e isso dificulta...dificulta o desenvolvimento destes</p>

		programas pelos estabelecimentos prisionais”. (l. 204-207) D2
Potencialidades		“(…) o indivíduo ter a percepção de que por si consegue, com imaginação, com vontade, acabar por, utilizando essas próprias capacidades, vingar na vida de uma forma independente”. (l.278-280) D1 “É um pouco diferente do habitual, digamos, em que nós pensamos...nós, o sistema tenta encontrar um trabalho para quando eu sair ter alguma coisa que fazer....que é quase que oferecer uma coisa já feita, é diferente do que criar ferramentas e competências para ser a própria pessoa a criar. Portanto, é uma nova abordagem da vida em liberdade, acaba por ser”. (l. 226-230) D2 “As potencialidades, no âmbito prisional, quanto mais empreendedores forem, quanto mais forem isso, menos reincidência criminal, mais paz social, mais promoção dos laços familiares e da estabilidade familiar e profissional, são tudo potencialidades”. (l. 282-284) D2
Nível de inovação		“(…) porque a própria iniciativa já é uma <u>abordagem nova ao processo de reeducação</u> ”. (l.225,226) D2 “É fundamentalmente isso, o aspeto relevante dos programas é o facto de serem inovadores, a criatividade e serem empreendedores... e cria na sociedade...a sociedade tem que se organizar nesse sentido, não é só os reclusos (risos)... e cada vez mais”. (l. 234-236) D2
	Autonomia	“Basicamente e como eu já disse, na percepção, o criar nas pessoas a percepção de que, podem e têm capacidades, que podem utilizá-las para fazerem o seu próprio percurso e fazerem a sua vida, por si e pelas suas capacidades”. (l. 317-319) D1
Promoção de competências	Pessoal	“Por um lado, a criatividade, que é muito importante, a motivação, que quando uma pessoa faz um trabalho criado por si é mais duradouro, é mais consistente (...)”. (l. 253-255) D2 “Portanto, essas competências são muito trabalhadas nestes cursos...a responsabilização, a própria autorresponsabilização é muito importante e as próprias competências pessoais e sociais (...)”. (l. 258-260) D2
	Social	“Isto dá-lhes uma visão do mundo que eles não têm, eles aqui acabam por contactar na formação (...)”. (l. 540, 541) D1 “Da vida em sociedade, da vida familiar, da relação com os outros, com as instituições, com tudo. Acho que tem todas as ferramentas para, lá está para uma vida socialmente responsável, acho que a frase diz tudo”. (l. 360-362) D2
	Profissionais	“(…) criarmos competências para que eles saibam, eles saibam lutar e procurar e criar o seu próprio emprego (...)”. (l. 31-33) D2

			<p>“Uma das competências que é muito importante aqui no EP, é como manter um posto de trabalho, que comportamentos é que devem ter para que o posto de trabalho se mantenha”. (l. 256-258) D2</p> <p>“(…)eles têm que aprender a lidar com o mercado, com as dificuldades, com a competitividade, com a...promove todas as competências”. (l.260-262) D2</p> <p>“ (...) a formação, habitualmente, era muito centrada na criação de competências profissionais”. (l.548, 549) D1</p> <p>“Como eu dizia, tudo isto é muito centrado na procura de emprego (...)”. (l. 546) D1</p>
		Económico-sociais	<p>“(…) também nestes programas de empreendedorismo <u>é-lhes facultado como...recorrer aos microcréditos, como fazer parcerias</u>, como se candidatar a outros fundos”. (l. 267-269) D2</p> <p>“Pronto, os próprios programas, pelo menos aqueles que nós tivemos aqui dão essas ferramentas de procurar, claro é difícil, é cada vez mais o acesso ao crédito, ao banco (...)”. (l. 269-271) D2</p>
	Estratégias		<p>“(…) criamos os programas, antes de saírem criarem essas relações com as entidades financeiras ou com outras associações, com outras instituições que os possam ajudar”. (l. 272-274) D2</p> <p>“ (...) pensou-se que aqueles mais, que eram empreendedores mas no mau sentido (risos), empreendedores para o mal, deviam transformar essas competências empreendedoras não para o mal mas para o bem”. (l.81-83) D2</p> <p>“ (...) e de fato na prisão consegue-se encontrar pessoas com muitas competências empreendedoras (...)ver como se pode canalizar essas apetências empreendedoras para construir algo positivo, em vez de ser negativo”. (l. 89-92) D2</p> <p>“Portanto, tudo o que nós lhes damos é importante, mas tem, é um substrato que tem que ser trabalhado e, enquanto isso não vier, enquanto não tiverem um clique e não mudarem de atitude, tudo o que nós lhes damos, pode estar a ser usado de uma forma diferente, pode ser subvertido (...) ”. (l. 405-409) D1</p> <p>“(…) o resultado do nosso trabalho, tudo o que nós damos, eu digo-lhes, muitas vezes, todas estas ferramentas que nós lhes damos, as competências que nós damos, etc, só funcionam se houver uma mudança de mentalidade. Isto é uma árvore onde tentamos pendurar frutos, mas pode cair tudo porque, de facto, a base, a raiz, se a raiz não for trabalhada, se não houver alicerces e se os alicerces não forem trabalhados e, aí é que, os programas também entram tá a ver?!, para mudar a mentalidade e a percepção de vida. Portanto, se o indivíduo, efetivamente, não mudar de atitude,</p>

			tudo o que nós fazemos por eles não tem resultados”. (l. 390-397) D1
Tema 2: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional – Avaliação			
A. Reconhecimento da importância da formação em aspetos de (re)integração	(Re)integração no contexto prisional	Criatividade	“ (...)vamos fazendo iniciativas, como estas que estamos a fazer agora, nos cursos ou nos ateliers de trabalho onde os reclusos podem criar, dar asas à imaginação e criar, e saem dali ideias interessantes”. (l. 289-291) D2
	(Re)integração pós-reclusão	Social	“(…)seja mais uma ferramenta para o indivíduo poder inserir-se na sociedade, conseguindo por si suprir essas necessidades financeiras, não é?!, que lhe permitem sobreviver”. (l. 337-339) D1
Mudanças ocorridas nas dinâmicas da reclusão	No sistema prisional ao nível do tratamento penitenciário		“E o trabalho neste momento é com e, também, é preciso dizer que cada vez mais a formação nos Estabelecimentos Prisionais, houve aqui uma alteração ao longo dos anos, porque esta casa foi fundada em 1947 e era uma estabelecimento-piloto, algo muito avançado na época e com grandes meios, porque os serviços prisionais, nunca tiveram, porque os políticos não, os serviços prisionais não dão votos. Mas, de facto em 1947, quando surgiu a então, prisão-escola era assim, um projeto de vanguarda e foram ver o que havia, de mais avançado na Europa. Esta casa não tinha muros, fazia-se um regime de tratamento prisional que existe hoje em dia, de regimes abertos e tal, que é fundado no regime progressivo que veio para Portugal quando foi fundado este estabelecimento e, daí os pavilhões terem as suas designações e o da confiança, do regime aberto. Portanto, e nessa altura a formação profissional era feita por trabalhadores, por funcionários que davam a formação e davam (...) a experiência, ficavam ali a trabalhar e depois passavam aqui anos a trabalhar e quando iam para o exterior trabalhar já tinham uma grande conhecimento da profissão. E também durante esse tempo, também, a influência positiva, nomeadamente do formador que teve durante anos ou meses largos, com ele a trabalhá-lo que não são só em termos profissionais, mas em termos comportamentais. Hoje em dia tudo mudou, neste momento já não há nenhum formador deste tipo, aqui no estabelecimento, também é verdade que tudo mudou, na altura havia sapataria, havia tipografia, havia encadernação, havia serralharia, sei

	<p>Ao nível dos processos e mecanismos da reinserção socioprofissional pós-reclusão</p>		<p>lá, uma série de coisas, carpintaria que são formações que hoje já não têm procura”. (l. 197-215) D1</p> <p>“Houve uma evolução, mas eu vou-lhe explicar. Como lhe disse há pouco, esta casa surgiu de uma vontade política, muito forte, de criar algo de diferente e de avançado no país. Daí que, tenham ido ver sistemas mais avançados, daí que tenham feito uma cadeia sem muros, os presos na altura eram escolhidos (...). Este estabelecimento era levado como um oásis, no contexto dos serviços prisionais da altura. Porquê, porque houve essa vontade política e criou-se um estabelecimento, direcionados para aqui meios financeiros e humanos de um grande empenho. O que aconteceu é que, evoluímos noutra sentido, até porque este estabelecimento era um estabelecimento muito rico, isto tem quase 100 hectares. E hoje em dia, a nossa população, na altura aquela população vinha muito do campo, pelo menos 50%/60% da população vinha do campo e hoje em dia não é assim. Portanto, tudo mudou e em certos aspetos se calhar perdemos. Também é verdade que na altura era muito centrado neste estabelecimento, como era um projeto com um desenho político na altura, era muito centrado nestes estabelecimentos. Se calhar nesta altura perdeu, o estabelecimento, algumas coisas, mas todo o sistema prisional evoluiu, de tal maneira que o regime que foi aqui implementado foi disseminado por todo o sistema prisional, mas de facto o que se calhar, perdeu-se. Mas, havia um grande enfoque neste estabelecimento, só neste estabelecimento praticamente, este aqui é que era o mais avançado. Com o tempo este estabelecimento perdeu essa vanguarda, esse vanguardismo, mas o sistema prisional, por seu lado foi buscar muito, do investimento que foi feito aqui. O sistema prisional não tem parado, se eu comparar 1991, quando eu entrei, pelo que é hoje o sistema prisional, não tem comparação possível. Sendo certo que, não há investimento, tirando a época do final dos anos noventa em que, houve grandes investimentos nas estruturas dos estabelecimentos e foi uma revolução autêntica, uma revolução tremenda e mesmo de noventa para cá. Eu entrei numa altura em que as cadeias originais não tinham técnicos de reeducação, este aqui</p>
--	---	--	--

			<p>tinha, os perceptores, isso tudo tinha. Os estabelecimentos principais, alguns tinham, teriam, mas depois só na década de noventa é que todos os estabelecimentos acabaram por beneficiar disso. No campo da saúde, a formação de uma outra forma também, na educação”. (l. 413-439) D1</p>
	<p>Processos de acompanhamento da reclusão para o pós-reclusão</p>		<p>“Se falarmos em retrocesso, se calhar perdemos alguns aspetos que havia aqui, que deviam ser mantidos, nomeadamente essa questão do acompanhamento e do tipo de formação. Mas, de facto, as coisas mudaram e os tempos também, e não podemos esquecer, também, a questão da sobrelocação que é constante”. (l. 439-443) D1</p> <p>“Eu acho que até houve, o acompanhamento era feito, os serviços prisionais tinham essas componentes, todas, nesse tempo. Eu duvido muito que, conseguissem fazer isto a nível do sistema todo. Aqui houve esse investimento todo, eu não sei de que maneira é que eles na altura faziam esse acompanhamento. Penso que havia uma ligação, mantinham-se os próprios presos, continuavam muito ligados a esta casa, não é?!, hoje em dia eles nem querem ouvir falar nisto, a maior parte deles. O que é certo, é que se falamos em retrocesso a este nível, nos anos 80 surgiu o Instituto de Reinserção Social, porque quem fazia a ligação à família eram também os técnicos do estabelecimento, os estabelecimentos também tinham a parte da família. E, então, a partir dos anos 80 surgiu o Instituto de Reinserção Social e essas competências passaram para a Reinserção Social, lá está, mais, um investimento político. O Instituto de Reinserção Social quando arrancou, tinha meios que ninguém tinha, inclusivamente faziam ação social e pagavam aos familiares para virem ver os presos, com o tempo e com as dificuldades financeiras, isto vai desaparecendo. Mas o acompanhamento e a família passou para uma entidade externa, que até há bem pouco tempo, que agora volta a ser porque agora a Direcção-Geral da Reinserção Social está (...) Já está efetivamente, na lei já está fundida. Mas aqui nós tínhamos, já não é do meu tempo, mas tínhamos uma equipa própria, os estabelecimentos prisionais, os grandes, tinham uma equipa própria do IRS, tinham um edifício onde estava a equipa do Instituto. Essas equipas acabaram, durante um</p>

			tempo, nós tivemos aqui a trabalhar connosco o pessoal da reinserção social que também nos dava algumas indicações do acompanhamento que se fazia, embora essa equipa fosse muito mais institucional. Agora não, acabaram essas equipas, portanto, de facto em alguns aspetos andou-se para traz, noutros até beneficiámos”. (l.446-468) D1
B. Processos de avaliação das iniciativas de educação para o empreendedorismo (ANJE e PERSR)	Impactes identificados (diz respeito ao nível dos impactes identificados)	Positivos ou potencialidades	<p>“ (...) ganharam ferramentas, competências para poderem vingar numa outra situação qualquer e são sempre mais-valias dos programas. A avaliação é sempre muito positiva, quer seja na criação do seu próprio emprego, quer seja nas competências adquiridas para trabalharem por conta de outrem ou em outra coisa qualquer”. (l. 293-296) D2</p> <p>“Que tipo de impacto, impacto positivo, obviamente. Mas, isto só poderemos avaliar, lá está, o acompanhamento do indivíduo. Eu penso que esta é mais uma ferramenta boa e atual, acho que é uma questão importante, o empreendedorismo é algo de muito novo, de muito recente e que nós, também, já importamos para os estabelecimentos prisionais, quanto mais não seja por isso, nós colocarmo-nos a par da atualidade e da evolução social, não é?!, isso é importantíssimo”. O impacto, em cada um dos indivíduos só poderemos medir, se conseguíssemos medir, aí é que conseguiríamos perceber. Se isto é positivo, garantidamente, que é”. (l. 470-477) D1</p> <p>“(…) acho que isto tem, atualmente, tem uma grande atração da comunicação social e da interiorização por parte da sociedade, da importância disto”. (l. 329,330) D2</p> <p>“(…) estes programas de reinserção social na altura e...acho que cada vez mais a sociedade conhece isso, acho que tem um grande impacto. (l. 333-335) D2</p> <p>“Eu acho que pelo que vi, nós vemos indivíduos que são indivíduos humildes e muito limitados, sentarem-se numa cadeira para exporem, explicarem com o auxílio de um PowerPoint, explicarem um projeto que foram eles que criaram, é uma coisa extraordinária. Isto pode não dar em nada em termos futuros, pode não dar em nada e eles podem não utilizar estas ferramentas, mas só por aí, a desenvoltura que eles criam, o à-vontade, isto é, um crescimento extraordinário”. (l. 503-508) D1</p>

			<p>“Num curso deste género é uma dinâmica extraordinária”. (l.513, 514) D1</p> <p>“É cada vez mais oportuno este desenvolvimento de competências empreendedoras”. (l. 396, 397) D2</p>
	Resultado prático/impacto socioprofissional pela via da educação para o empreendedorismo		<p>“Hoje em dia, nós já temos presos que chegam ali e dizem, <i>eu estou a pensar fazer a minha própria empresa</i>. Depois destas ações que houve aí, já temos presos que aparecem a dizer que, <i>eu não vou trabalhar para ninguém, eu tenho uma ideia de negócio, eu quero por o meu negócio a andar.</i>” (l. 109-116) D1</p>
	Lacunas	Reintegração pós-prisonal	<p>“ (...)Há aqui um aspeto que quanto a mim falha, no sistema, no sistema, digamos, estatal da recuperação dos delinquentes é o - pós-reclusão”. (l. 343, 344) D1</p>
	Recomendações para combater as ineficiências/ lacunas		<p>“Mas é evidente que, toda esta formação, é só uma questão de ir alargando e ir aperfeiçoando, porque isto também, está a dar os primeiros passos”. (l. 486-488) D1</p> <p>“(…)eu acho que isto não tem limites, porque depois é só alargar, as matérias que são ministradas e a profundidade com que elas são dadas. Eu acho que isto é altamente positivo é só mesmo a equipa ou as equipas que dão esta formação, também para não ficarem paradas, estarem constantemente, até porque tudo não para, não para”. (l. 490-492) D1</p> <p>“Só para lhe dizer que quem dá esta formação não pode parar, tem que estar constantemente a acompanhar a evolução, para poderem ministrar em conformidade”. (l. 498-500) D1</p> <p>“Dos próprios programas em si não. Há lacunas a nível da reinserção dos reclusos, mas isso há para todos, não é só para aqueles que têm competências empreendedoras, isso aí é um outro nível, é um nível da missão dos serviços, da reinserção. (...) Que a sociedade esteja desperta, também, para aceitar...não identifico outras lacunas, e das questões financeira que isso possa exigir”. (l. 341-346) D2</p> <p>“São só coisas positivas. Todas estas formações, ou seja, lá o que for, estas formações não podem ficar limitadas a um conteúdo específico do programa, tem que haver mais qualquer coisa”. (l. 553-555) D1</p> <p>“ (...) a primeira barreira, entrave ou dificuldade, o trabalho que os</p>

			formadores têm que ter é habituarem-nos a estarem sentados e calados”. (l. 567, 568) D1
	Estratégias		<p>“ (...) o trabalho é mais árduo nesse sentido de primeiro fazê-los perceber, fazê-los crer, fazê-los entender...até a <u>fazer-fazer</u>, é um processo complexo...trata-se das restrições próprias desta população”. (l. 353-355) D2</p> <p>“ (...) a ANJE mesmo convida, na sessão de encerramento e não só, convida indivíduos que são empresários. Até a esse nível, há uma vivência, contactos com indivíduos com outro nível, é uma mudança de mentalidades”. (l. 541-543) D1</p> <p>“Por exemplo, temos um protocolo com o Parque Sintra Monte da Lua em que...vão muitos reclusos, lá está que foram trabalhados aqui alguns de muitas competências, em cursos de formação básicas e de empreendedorismo e vão trabalhar para lá e, depois, muitos deles continuaram a trabalhar nessa empresa. Isso significa que foram bem preparados, que as competências que tinham foram adequadas a isso”. (l. 403-407) D2</p>
		Aprendizagem – Testemunhos (através de casos reais terem adquirido conhecimentos)	“Ouvir aquele indivíduo a falar, nós podemos dizer aquilo tudo como ele, mas é um indivíduo que passou porque esteve atrás das grades. E ele consegue transmitir aos outros, aquilo de uma maneira muito interessante”. (l. 252- 255) D1
C. Perceção da construção de competências junto da população reclusa nestas iniciativas de empreendedorismo	Lacunas/ constrangimentos Razões associadas Apoios	Défices/restrições a nível pessoal	<p>“ (...) eles têm medo, têm muito medo de arriscar e muitas dificuldades. Além disso, não estão ainda muito despertos para isto...no entanto, decorrem alguns já mais, que já foram mais despertos, que lutam e que querem mesmo outros não, outros têm fraca motivação para tudo”. (l. 349-352) D2</p> <p>“ (...) indivíduos que nunca ouviram um – não, nunca tiveram regras, o primado do prazer e da satisfação das necessidades imediatas, pois não há barreiras (...)”. (l. 565, 566) D1</p> <p>“ (...)há indivíduos que têm défices cognitivos tremendos”. (l. 587) D1</p> <p>“Estes indivíduos, de um modo geral, o problema deles, o cidadão comum pensa que, é pô-los a trabalhar, a trabalhar e há muito mais, há as questões de, inclusivamente, de higiene, muitos deles nem sabem lavar os dentes”. (l. 575-577) D1</p>

		Influência institucional	“O apoio não é só financeiro é a outros níveis. Uma família que não é deles, mas que, quer dizer, não têm família, não têm, mesmo, ninguém, estão sozinhos neste mundo, miúdos de 16/17 anos, que estão aí e que andaram toda a vida em instituições, a família deles foram as instituições”. (l. 309-312) D1
		Influência de variáveis familiares	“Estes indivíduos são indivíduos marcados, é claro que a família, como há pouco dizia, as famílias, o que eles são, são como são porque são produto de uma família, de famílias destruídas”. (l. 525-527) D1
D. Articulação da formação para as competências empreendedoras com outras estratégias ou processos de reeducação	Procedimentos – apoio ou incentivo na construção de projetos individuais (teóricos ou práticos)		“ (...)há indivíduos que passaram por aqui, que hoje são autônomos e tem o seu próprio negócio (...)”. (l. 547, 548) D1 “Criámos um <i>atelier</i> , por exemplo, que não tinha nome para o atelier, há o atelier de pintura, o de azulejo, de tecelagem, há esses todos...e houve um atelier”. (l. 365) D2 “ (...) dar asas à imaginação, quando alguém quer construir alguma ideia ou têm alguma apetência (...) o atelier das novas ideias , que não lhe demos nome, onde eles podem praticar o que queiram”. (l. 367-372) D2
E. Avaliação dos contributos da formação adquirida	Nível/contexto social		“Indivíduos que não estão habituados a regras vão para a escola, para estas formações e acabam aos poucos por se adaptar estarem ali uma hora sentados a ouvirem alguém”. (l. 571, 572) D1 “Indivíduos que estão habituados a puxar pelo cigarro, quando querem e vão ter que esperar no intervalo para, vão ter que estar calados, vão ter que respeitar o formador porque senão vêm para a rua e perdem a bolsa”. (l.573-575) D1 “até, mesmo, aquela questão de respeitar o outro, os outros também têm os seus direitos e o indivíduo tem os seus direitos, mas também tem os seus deveres”. (l. 580-582) D1
	Nível pessoal (familiar, básicas)		“ (...)o indivíduo pode por si fazer a sua carreira, sem estar dependente de uma entidade patronal”. (l. 550, 551) D1 “Muitos deles nunca tiveram grandes referências, quer dizer que se criaram a si próprios, a sua personalidade”. (l. 562, 563) D1

	Ao nível escolar		<p>“Portanto, a formação, as capacidades, o jeito de ensinar, de quem está ao lado e ter uma boa influência junto do indivíduo”. (l.560-562) D1</p>
F. Casos reais ou testemunhos exemplificativos/demonstrativos	Sucesso	Idealizados (concretização na teoria)	<p>“E há um deles, não sei se da Guiné ou de Cabo Verde ou dos Açores que já leva o plano na cabeça, quando eu lá chegar eu vou criar uma empresa para fazer isto, já vão...porque este curso é profissional mas tem uma componente formativa, teórica sobre empreendedorismo também...junta as duas coisas”. (l.156-159) D2</p>
		Implementados (concretização na prática)	<p>“Aliás, há dias, teve aí um indivíduo que esteve preso, durante anos e que tem uma obra num bairro problemático de Lisboa, bastante interessante”. (l. 248, 249) D2</p> <p>“(…) Temos o prazer de algum deles virem passar por cá e dar o conhecimento do andamento do negócio. Houve um que criou uma loja de informática, teve muito sucesso...”. (l. 300-301) D2</p> <p>“ (...) Houve outro que fez um café, também estava muito bem, durante algum tempo nós até o convidávamos, quando era necessário dar algum testemunho”. (l. 316-318) D2</p> <p>“E depois há situações, ainda passado uns tempos eu ia na rua e uma carrinha parou ao pé de mim, uma carrinha grande, <i>Ah doutora como está?</i> Na altura não conheci e depois a carrinha tinha escrito engomadoria, tinha criado uma empresa de engomar, saiu de lá tudo muito feliz lá com o seu carro da engomadoria (risos). Era, era...são aspetos interessantes, positivos que nos ficam. Como este há muitos outros que nós não conhecemos”. (l. 318-323) D2</p> <p>Esse é o exemplo mais recente, mais visível que eu tenho...casos no exterior, nós não temos, de facto, esse conhecimento”. (l. 402-409) D2</p>
	Insucesso		<p>“ Houve um deles que esteve cá, voltou cá, mas era um caso social muito muito difícil...”. (l. 312, 313) D2</p>
		Razões do insucesso	<p>“E há situações que nós, isto não é uma varinha mágica, não podemos achar que quem tem estas competências todas, depois vai vingar na vida, porque nós vemos que há muitas pessoas que têm essas competências todas e estão presas e se calhar são talvez, grandes empreendedores...” (l. 313-316) D2</p>
G. Avaliação das estratégias	Recomendações		<p>“ (...) é um programa inovador e é um programa que tem que estar</p>

			<p> muito sintonizado com a evolução global. Eu penso que, o fundamental é que os formadores estejam sempre atualizados e que vão sempre procurando trazer novas componentes e novas perspectivas da realidade, neste caso, para o contexto prisional e irem aprofundando as matérias”. (l.597-601) D1</p> <p>“ (...) na prisão consegue-se encontrar pessoas com muitas competências empreendedoras mas, como digo, noutro sentido. E, se calhar, era uma decisão a explorar, ver como se pode canalizar essas apetências empreendedoras para construir algo positivo, em vez de ser negativo”. (l. 89-92) D2</p> <p>“(…) da necessidade do desenvolvimento destas competências na prisão e isto deveria ser assumido quase que, como uma obrigatoriedade, como fazendo parte dos programas obrigatórios dos estabelecimentos prisionais, acho que é isso que falta...ser mesmo um programa obrigatório”. (l. 423-426) D2</p> <p>“ (...) despertar para a questão do empreendedorismo , depois é uma questão da entidade formadora alargar e avançar mais e explorar mais aquela(...)”. (l. 150, 151) D1</p> <p>“O técnico que é formado em Serviço Social não sabe fazer um plano de negócio, não está preparado para isso. E, portanto, acho que deveriam ser convidados externos em temas específicos e alguns outros temas serem os próprios técnicos dos serviços prisionais”. (l.217-220) D2</p> <p>“É fundamentalmente isso, o aspeto relevante dos programas é o facto de serem inovadores, a criatividade e serem empreendedores... e cria na sociedade...a sociedade tem que se organizar nesse sentido, não é só os reclusos (risos)... e cada vez mais”. (l.233-235) D2</p> <p>“ (...) estamos sempre a procurar inovar alguma coisa...e tentamos transmitir isto, também, para os reclusos e para as pessoas. Porque não são só os reclusos que precisam, os funcionários também...eles precisam é que lhes tragam novidade, não é só na reclusão, acho que é em tudo”. (l. 389-392) D2</p>
	Pistas futuras		<p>“É claro que o programa terminou, os reclusos saíram e nós não temos o acompanhamento já em reclusão. Talvez um universitário desse faça</p>

			esse trabalho, é um trabalho interessante para um mestrado ou qualquer coisa assim era interessante, mas nós não temos essas ferramentas”. (l. 307-310) D2
--	--	--	---

Interpretação dos dados – Técnicos Superiores de Reeducação

T1 – Técnica Superior de Reeducação de Sintra; **T2**- Técnico Superior de Reeducação de Leiria; **AD3** – Técnica-adjunta de Leiria

Dimensões	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Tema 1. Enquadramento ao contexto prisional			
A. Organização e funcionamento do sistema prisional	Potencialidade (engloba todos os aspetos positivos do sistema)		<p>“Até porque eu acho totalmente benéfico e alertar as pessoas que nós não somos um sítio fechado, não somos uma coisa estanque, em que sou uma assistente social e não sou mais nada...não, somos muitas coisas ao mesmo tempo”. (l.116-118) T1</p> <p>“É assim nós temos um sistema que tem algumas potencialidades que são: os reclusos estão cá, e é mais fácil para nós que eles sejam regulares e assíduos a determinado programa ou a determinado curso, e lá fora é mais difícil de controlar. E nós vemos isso lá fora mesmo pela formação profissional, pelo que dizem os formadores que trabalham dentro e fora. Temos muito bons técnicos e com vontade de experimentar, e esta, também, é uma potencialidade do sistema (...)”. (l. 243-248) AD3</p>
	Entraves/dificuldades (incorpora todos os aspetos negativos que o sistema comporta)		<p>“E o sistema prisional tem uma série de problemas que nem sempre são possíveis de ultrapassar, é ainda um sistema algo fechado (silêncio)”. (l. 237-238) AD3</p> <p>“(…)por outro lado, também, temos muitos técnicos mais desencantados e mais derrotistas, como em todo o lado, pessoas que já experimentaram, já tiveram as experiências que nem sempre deu os resultados esperados, já acham que não vale a pena, porque a frustração repetida também leva à desmotivação e ao desgaste (...) Mas, também vivemos os momentos difíceis que se vive no país, não é?!”. (l. 248-254) AD3</p> <p>“O sistema, também, vive desses momentos difíceis e para nós passar a mensagem, naquilo que fazemos, passando a mensagem de que vocês são capazes se quiserem, se forem capazes de se levantar todos os dias com vontade, (a entrevistada discursa como se estivesse a dirigir aos jovens reclusos). Esta mensagem, também, é mais difícil de passar porque eles sabem que isso não é a verdade e que não basta ter</p>

			vontade e não basta querer, quanto mais eles que nem têm vontade e querem pouco, portanto estes são aspetos negativos. Por outro lado, e voltando ao primeiro, nós temos cá há muito tempo, temos possibilidade de experimentar coisas diferentes, temos alguma abertura para quem vem de fora”. (l. 256-263) AD3
	Retrocessos e as suas razões		<p>“Houve uma perspetiva diferente, uma mudança. Isto teve tudo que ver com perspetivas de quem dirige, diferentes. Atualmente, até é mais um pouco do que isso, porque eu creio com o aumento da delinquência e com a informação sobre a delinquência que os <i>media</i> nos passam diariamente”.</p> <p>“E: Toda a gente tem acesso a tudo de forma muito facilitada, é isso?”</p> <p>“e. Sim, eu passo dias e dias sem ouvir as notícias, mas quando as oiço e, talvez por isso, fique a saber de não sei quantos novos crimes, a toda a hora e a todo o instante, parece que vivemos no faroeste, e é evidente que as coisas estão mais graves. Mas, também, creio que da própria população, não haverá tanta abertura como já houve, a dar uma nova oportunidade a estes jovens. Isto é uma nova realidade”.</p> <p>“E: Devido ao contexto de crise?”</p> <p>“e. Exatamente, neste contexto de crise, em que tanta gente está com dificuldades, tanta gente que toda a vida fez tudo certinho e fez tudo pela vida, não há grande disponibilidade para dar experiências a estes jovens, a não ser que eles estejam, realmente, muito bons ou muito voluntariosos, e é isso, também, que a gente também procura transmitir. Portanto, digamos que, também, não me parece, apesar destas filosofias diferentes na vida dos serviços prisionais. E as vezes nos apercebemos qual é a filosofia, por onde estamos a caminhar. Portanto, a abertura para o exterior, também, me parece que não seja oportuna, nem o caminho para nada, porque também correríamos o risco de ser muito mal aceites, por parte da população de uma maneira em geral, que está menos tolerante para com os reclusos, os criminosos. Menos tolerante, porque já não há ninguém a quem não tenham roubado o tio, o primo, o amigo, a mãe, o pai e, portanto, há menos recetividade, sem dúvida nenhuma”. (l. 271-293) AD3</p>
B. Construção de competências durante o período de reclusão	Pessoais (onde o enfoque é centrado na pessoa)	Básicas	“É assim, nós tentamos, de certa maneira, que as competências que lhe sejam, que eles adquiram sejam as que eles não adquiriram ao longo da vida, <i>o co licença, o faz favor, o desculpe</i> , começa por aí, nas coisas mais básicas que para nós são o dia-a-dia, para eles não são, o facto de nós entrarmos numa sala de aula e eles se levantarem, para nós já é um sinal de vitória”. (l. 56-60) T1

		<p>“Portanto é assim, nós começamos por trabalhar a pessoa e depois, então, passamos para a parte escolar, em complemento sempre, não é?!...e essas coisas agora não vamos trabalhar só a pessoa, não, trabalhamos tudo mas com muito enfoque na pessoa”. (l.60-62) T1</p> <p>“Claro, precisamente, é o ponto principal e depois nós tentamos aqui no estabelecimento fazer uma coisa que a legislação diz e que nós não fazíamos, que é tratar o indivíduo pelo nome e não pelo número. E isso parecendo que não, neles...o fato de nós dizermos o nome deles já faz qualquer diferença, começa por tratar o indivíduo”. (l.73-76) T1</p>
	Profissionais (envolve tudo o que diga respeito às condutas sociáveis perante contextos profissionais)	<p>“O que é que vamos fazer, qual é a nossa postura perante uma situação desagradável no trabalho, perante uma situação com o professor, tentamos simular certas situações para eles, também, experimentarem as coisas, de forma a que...quando chegarem lá fora percebam certos comportamentos, que não são adequados. (l.62-66) T1</p>
	Socio relacionais (engloba as atitudes de saber lidar/relacionar, os comportamentos perante os outros em todos os contextos)	<p>“Mas, sobretudo das competências relacionais para mim, de facto, é o mais importante, eles perceberem o outro. Porque se eles não perceberem o outro e se olharem, como eu costumo dizer, para o umbigo deles, ao cometerem crimes ou ações negativas sobre os outros, não estão a pensar nas consequências. E o trabalho que temos que fazer com eles é que eles se tornem menos egoístas a esse nível, que se tornem mais pro-sociais, a ideia será um pouco essa, para que possam pensar que tipo de coisas é que eu tenho que mudar para estar inserido na sociedade”. (l. 91-98) T2</p> <p>“A minha base com o tratamento e com o trabalho com eles, de facto, é que eles possam pensar que tipo de coisas é que podem mudar, para poderem estar melhor com os outros e sentirem-se melhor com eles próprios, sem isso é tudo muito mais complicado”. (l. 106-109) T2</p> <p>“(...)o saber pedir desculpa, o saber pedir ajuda, são tudo algo, reconhecer coisas que eles têm muita dificuldade em fazer, é muito difícil”. (l.113, 114) T2</p> <p>“(...) eles aqui têm que saber-se relacionar com os colegas, com os guardas, com os técnicos, entre si em vários contextos, no contexto de pavilhão, no contexto de sala de aula, no contexto de trabalho. E, portanto, no fundo dar-lhes aquelas competências que em situações menos problemáticas teriam sido adquiridas, normalmente na família e na escola. (l. 95-99) AD3</p>
	Escolares	<p>“Depois são as outras áreas todas, portanto, a matemática, o português, o</p>

			inglês...está em tudo”. (l.66,67) T1 “A nível escolar, a nível pessoal de trabalhar os preconceitos, os valores”. (l. 93) AD3
	Técnico-profissionais		“Na parte dos estuques e da cantaria e da eletricidade, depois têm as áreas específicas de cada curso” (67,68) T1
C. Défices/lacunas existentes na população reclusa	Pessoal (inclui todos os défices ao nível pessoal e relacional)	Comportamental	“Temos défices, falamos do autocontrolo, défices do comportamento consequencial, das dificuldades em eles pensarem ou anteciparem (...) défices cognitivos em alguns casos também, em resposta da formação escolar, do discurso da linguagem, de facto são jovens com um discurso muito rígido e muito pobre”. (l. 84-88) T2
		Família	“O problema da raiva, da revolta, da ira que eles sentem é do abandono, da negligência que eles sofreram durante a infância, a maior parte dos casos, com problemas familiares graves, com famílias muito disfuncionais que origina todo um conjunto de respostas agressivas, perante o outro, de comportamento”. (l.98-102) T2
	Socio relacional	Adaptação a novos contextos	“Não se conseguem adaptar a outros contextos, porque só conviveram naquele contexto social, na maior parte dos casos, naqueles bairros sociais e depois isso faz com que eles tenham poucas capacidades, para se relacionarem com outras pessoas, é outra das capacidades que pensamos desenvolver com eles”. (l. 83-91) T2
			“Porque se eles não têm estas capacidades relacionais, pois torna-se muito mais complicado e muito mais difícil para eles”. (l. 105, 106) T2 “ (...) se eu fizer isto como é que o outro vai pensar ou vai sentir. Qual foi no fundo, eu ao ter determinado comportamento com este indivíduo, se calhar magoei-o em determinada situação (...)”. (l. 111-113) T2 “ (...) reagirem desta forma, que tipo de consequências terão para os outros (...)”. (l. 85, 86) T2 “A nível social de saber estar com os outros e a este nível, as lacunas são dramáticas, de saber estar em diversos contextos, de relacionar-se (...)”. (l. 93-95) AD3
Profissionais/ de trabalho		“Portanto, também temos (...) são jovens que muitas vezes quando chegam aqui nunca trabalharam, as experiências profissionais são reduzidíssimas, quer em termos de tempo, quer em termos de atividades, portanto, não tem hábitos de trabalho, aliás um dos problemas que temos frequentemente quer na escola, quer na formação, quer no trabalho que eu sei que trabalham sobretudo na manutenção”. (l.111-116) AD3 “Começa desde logo com o cumprimento de horários, eles não têm noção a importância de começar a horas ou não prolongar os intervalos ou o saber sair e dirigir-se, imediatamente, para o local de trabalho ou o local de almoço. É a esse	

			nível que eles têm de facto muitas lacunas, porque não aprenderam a interiorizar regras na altura certa e se calhar muitos deles até já fizeram este tipo de trabalhos, também, nos centros educativos (...)" . (l.116-120) AD3
Educação para o empreendedorismo como estratégia de reeducação	Cursos existentes		<p>"Sim o da ANJE...são especificamente, neste momento, os que estão direcionados para isso. Tanto que eles têm formação de empresas, têm direito, têm uma série de disciplinas vocacionadas para a criação do próprio emprego". (l.79-81) T1</p> <p>"Aqui neste EP já existiram cursos neste âmbito, mas a experiência que houve foi mais, no fundo, de eles adquirirem competências, não de empreendedores, mas adquirirem competências pessoais e sociais que lhes permita mais tarde serem empreendedores". (l. 117-119) T2</p> <p>"(...)cursos virados propriamente para o empreendedorismo temos apenas a experiência do PGISP que não foi propriamente um curso, mas sim um projeto e tivemos esta experiência agora com a ANJE. O que não quer dizer que num conceito de empreendedorismo mais estreito, talvez, porque em sentido lato esta ideia de que tem que partir deles a vontade de querer as coisas e fazer por elas, mais ou menos este princípio está presente em todos os programas e formações, etc, etc". (l. 128-133) AD3</p>
	Relevância reconhecida aos objetivos da formação de empreendedorismo		"É assim, isto se for levado a sério, por eles ficam com os instrumentos todos, eu não sei é se não será mais uma estratégia deles terem outras condições cá dentro. Pronto, não será visto como uma 2ªvia, no entanto, se for bem aproveitada...o curso de estuques acredito que sim, pelo menos dos 15 se calhar 4 vão sair ali mesmo com capacidades para...se quiserem mas a grande maioria não...é uma 2ªvia para". (l. 83-87) T1
	Inadequação ou desajustamento da formação à população em questão		"A parte do empreendedorismo para estes jovens, acho que não se adequa muito bem, porque faltam essas bases. Numa população com uma faixa etária superior, mais velhos seria muito mais útil. Neste momento, aqui, eles precisam é de mais competências básicas, eles sentem mais dificuldade nisso. Como é que eles podem ser empreendedores, da sua ideia ou dos seus projetos que podem vir a ter, se não têm as competências básicas, que lhes faltam para poder falar com as pessoas, para se dirigirem aos vários sítios, para poderem escrever, para no fundo saberem estar com os outros. Sem isso é muito complicado serem empreendedores. Como é que eu vou vender a minha ideia, se não sei vender a minha ideia, se não sei falar com as pessoas. (l. 126-135) T2
Tema 2: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional – a sua importância e especificidades			

A. Importância da educação para o empreendedorismo num contexto geral/global	Importância reconhecida	Educar para construir/dotar de competências (aprender a pensar)	“Portanto é assim, eu acho que é benéfico e nós temos que dar às pessoas, enquanto técnicos, enquanto formadores de dar todas as ferramentas, todas!...sejam elas quais forem. E no sentido do empreendedorismo é por o próprio pensar, o que é que eu posso fazer e quais é que são as minhas ferramentas”. (l. 108 -111) T1
		Autonomia (ir à procura)	“Acho que, essas competências que eu estou a falar, no fundo, aprendem-se, também, em casa e são fruto de uma idade escolar, onde as pessoas começam a ter a noção de que: <i>tenho que apresentar as minhas ideias, tenho que saber ser ouvido, tenho que saber ser escutado, tenho que saber pedir ajuda e ir à procura de...</i> E não estar sempre à espera que as coisas cheguem ao pé de mim. É essa a noção, na formação escolar, da idade escolar, de as pessoas começarem a ser mais autónomas e ser menos dependentes. Para mim, o empreendedorismo faz as pessoas sentirem essa autonomia para ir à procura de. E isso faz, de facto, um pouco falta às pessoas”. (l. 190-197) T2
	Impactos (efeitos visíveis da educação para o empreendedorismo no contexto geral, na sociedade)		“Agora dizer que hoje já se vê, vê, mas ainda não tem aquela relevância que se calhar daqui a 10 anos vai ter. Aí sim, eu penso que vai haver muita relevância e que as pessoas vão pensar, simplesmente, como uma 2ª via para a vida”. (l. 124-126) T1 “Sim tem, claramente. Até porque basta vermos as notícias que falam de empreendedorismo...não é uma coisa pequenina, é uma coisa em grande. (l. 128-129) T1 “De facto, se as pessoas forem, tiverem essa necessidade, essa preocupação em serem mais autónomos, de irem à procura de, de não terem medo de experimentar, de não terem medo de mudar”. (l. 200, 202) T2
	Relação competências-população (Tipo de populações propícia à aquisição de competências empreendedoras)		“Eu acho que (...) aquela faixa etária dos 14 até aos 18 anos é muito importante para poderem trabalhar, para poderem ter essas competências. (...) É nessa fase, das idades escolares, que as pessoas devem ter essas noções básicas, do que é o empreendedorismo, o que é ser autónomo, empreendedor, ir à procura de. Se não tiverem isso, o futuro deles será mais pobre, digamos assim. Essa faixa parece-me, para mim é importante e que depois deverá ter continuidade, quando as pessoas entram naquela fase do jovem adulto, dos 18 aos 24 anos”. (l.211-221) T2
B. Importância da educação para o empreendedorismo em contexto prisional	Importância reconhecida	Criação e organização do pensamento e do conhecimento	“Mas tem, eles já se apercebem que o fato de estarem a pensar por eles, pela cabeça deles, o que é que têm ou não que fazer... é benéfico para eles próprios”. (l.151-153) T1 “(…) através do empreendedorismo porque de outra forma não. Porque com conversa com a técnica só, do batalhar e daquelas lições de moral que nós... Quando

			<p>eu vim para cá, ainda havia alguma lição de moral, <i>tens que ser assim, tens que ser assado</i> e isso não vai lá! Tem que ser a pessoa a pensar por ela própria...e aí o empreendedorismo poe-os a pensar muitas vezes nas coisas". (l. 140-144) T1</p> <p>"Tem o seu lugar, sem dúvida nenhuma e pode ser uma das formas de agarrar alguns jovens, que podem não ter grandes aptidões em termos escolares, mas que podem ser criativos e ter outro tipo de características". (l. 419-422) AD3</p>
		Opinar e saber estar/posicionarem-se perante a realidade social	<p>"O empreendedorismo não é só a questão do negócio, da ideia, mas a questão dos jovens apresentarem as suas ideias, serem empreendedores, dar a sua opinião sobre as coisas, terem uma atitude mais pró-ativa no seu percurso aqui dentro, em meio prisional. De facto, é importante porque eles são jovens, sempre foram muito dependentes e são jovens muito frágeis, sensíveis e não são capazes de, muitas vezes, dar a sua opinião perante os outros (...) Logo, a parte da reeducação do seu empreendedorismo para a educação é, de facto, importante, para que eles tenham esses conhecimentos para poderem estar com os outros". (l.140-150) T2</p>
		Enriquecimento e realização pessoal favorável	<p>"O empreendedorismo deverá sentir-se como uma forma de eles poderem preencher o seu percurso prisional com maior número de aspetos positivos (...) No fundo, eu vejo o empreendedorismo no meio prisional como uma forma de os reclusos se preencherem com algo de bom, porque lá fora não o tiveram. (...) Eu vejo o empreendedorismo como dar, fornecer instrumentos ao recluso para que ele possa crescer, desde a fase escolar, desde a fase relacional, profissional, competências do saber estar com a família, de perceber a sua história de vida, de projetar no futuro". (l.233-244) T2</p> <p>"E aliás, uma das coisas que foi dita é que mesmo em tempos de crise são os empreendedores que conseguem dar a volta, que conseguem superar, nós temos, vagamente, essa consciência e a consciência de que é essa a mensagem que temos que passar". (l.307-310) AD3</p>
	Razões associadas a essa importância (explicação da importância reconhecida)	Pessoal	<p>"Eu acho que, neste momento, para estes homens é um bocadinho dar-lhes o básico...que eles não tiveram". (l. 104-111) T1</p> <p>"As pessoas têm que ter essa necessidade interior e pensarem que, "se eu não mudar isto", têm que ter essa vontade própria, senão torna-se muito mais complicado, até o nosso trabalho. É preciso que eles se motivem para essa mudança e que se sintam acompanhados ao experimentar formas de ser, diferentes (...) alguns indivíduos acham que devem mudar, porque sentem alguns ganhos com isso, sentem-se mais fortes, mais felizes, mais cheios como pessoas e não tão cheios de</p>

			raiva, de estarem mais depressivos, mais ansiosos, que se torna mais difícil de lidar”. (l. 256-267) T2
		Profissional	“ (...) e ter a possibilidade de pensarem num trabalho para eles, em que eles são os próprios patrões, em que...criam o próprio vencimento, criam o próprio horário e sabem que têm aquela obrigação, logo aí abre-lhes outra perspetiva que eles não tinha enquanto trabalhadores por conta de outrem (...)E o empreendedorismo para o trabalho, virado para o trabalho, como a criação do próprio emprego para eles, abre-lhes uma série de perspetivas que não tinham, enquanto trabalhadores por conta de outrem: <i>Ah porque não são pagos para pensar, ah porque trabalho muito ou trabalho pouco, recebo muito ou recebo pouco</i> , assim não, eles sabem que se trabalharem muito, recebem muito mais...e acho que eles próprios têm essa noção”. (l.157-168) T1
	Cultura empreendedora	“Dizer que há uma cultura empreendedora seria abusivo (ri) da minha parte (ri). Eu acho que em determinados momentos, há empreendedores da parte dos serviços, há pessoas com espírito empreendedor, funcionários, técnicos que conseguem impulsionar determinados projetos, determinadas atividades ou então pelo menos ter capacidade para deixar os outros fazer. Agora, e os serviços prisionais têm grandes limitações (...) depende também de quem esta a dirigir os serviços prisionais para impulsionar coisas mais inovadoras e desafiantes (...)depende também de quem esta a dirigir os serviços prisionais para impulsionar coisas mais inovadoras e desafiantes (...) Nós temos problemas de segurança que limitam este espírito empreendedor por parte, ou pelo menos, que tem que adquirir determinadas características muito específicas. Mas, se há um espírito empreendedor por parte dos serviços, por parte dos técnicos (silêncio), considero que sim”. (l. 216-227) AD3	
	Limites/limitações		“Os limites passa muito pela falta de competências pessoais, que nós tentamos diariamente mas passa muito por aí e uma orientação a nível de pessoa e enquanto pessoa. É assim basicamente é por aí...” (l. 170-172) T1 “Porque há pessoas e estes miúdos têm muita dificuldade, eu refiro-me aos reclusos como miúdos, em acatar ordens e a figura da...que lhes obrigue, ali a figura que imponha, para eles é muito complicado”. (l.161-163) T1 “Eu acho que só faz sentido estando eles mais bem preparados”. (l.163) T2
		Limitações-Recomendações	“E os limites, de facto, temos que tentar perceber que estes indivíduos <u>estão privados de liberdade</u> , mas ao mesmo tempo têm que sentirem-se pessoas úteis. E se estes indivíduos não se sentem úteis, se não se sentem olhados e escutados, de

			facto, eles não vão ultrapassar os limites”. (l. 296-299) T2
	Potencialidades		“Depois...as potencialidades há aí várias, aliás há várias potencialidades e eles são fantásticos, quando estão interessados eles fazem o que querem...de facto. E agarram as oportunidades e tudo mais...e há aí muita potencialidade, está é mal canalizada” (l. 172-174) T1
		Potencialidades- Recomendações	“Os tipos de potencialidades são enormes. Eles têm que ter a noção que se vivemos a sociedade, temos que ter a capacidade de estar com os outros e que, de facto, ninguém muda sozinho, ninguém consegue mudar de uma forma isolada e face às potencialidades do empreendedorismo no percurso da vida de uma pessoa, de facto é muito individual”. (l. 272-275) T2 “(…) se as pessoas, todos nós, tiverem mais consciência de vivermos aspetos positivos e não só de aspetos negativos, temos depois logo essa visão. As potencialidades do empreendedorismo para a educação, de facto, serão muito maiores”. (l. 280-282) T2
C. Opinião sobre as iniciativas/formação de educação para o empreendedorismo	Importância favorável (omitida pela opinião de como os técnicos olham para estas iniciativas)		“Na parte final do curso onde eles já começavam a adquirir algumas competências, notou-se algum trabalho feito, mas sobretudo quando eles tiveram que apresentar as suas ideias perante os outros, tiveram que se expor e aí sentiram ansiedade, medo, mas também sentiram prazer. Porque alguém os ouviu, as suas ideias sem os julgar e essa parte final do curso com a apresentação dos projetos, da ideia de projeto, a maior parte deixou-os mais contentes, com maior noção de que <i>eu posso ter um papel ativo, mas primeiro que tudo, tenho que trabalhar estas competências básicas</i> ”. (l. 323-329) T2 “A minha opinião é positiva e se for possível repetir, repetirei, ou seja, a abertura para toda a formação e para a formação a esse nível. Até porque eu acho que teve aspetos diferentes e inovadores (...)”. (l. 296-298) AD3
	Dificuldades/lacunas	Corpo da guarda prisional	“Foi porque o fato de eles não estarem, no caso do corpo de vigilância não estar alerta para as situações, porque nós levarmos um curso também lhes damos espaço para eles pensarem, para eles se moverem, para não ficarem tao centrados no mundo da prisão. E às vezes, a parte da vigilância não percebia isso, e só se concentrava na vigilância, para a segurança... pronto, ok, é o seu trabalho (...) Se um individuo vai...sai um bocadinho da área da formação, não quer dizer que vá fugir, pode ir procurar um bocadinho de qualquer coisa e...eu acho que é por aí mas nós

			estamos numa cadeia, não é?!, também não nos podemos esquecer”. (l. 323-333) T1
	Défices de competências		<p>“De facto, continuam com alguns défices, com algumas dificuldades na escrita, no português e isso faz com que, este curso de empreendedorismo, não tenha tido o sucesso que nós gostaríamos que tivesse porque faltou aquelas bases. Ao faltarem as bases, na escrita, no português, dados conhecimento de Excel, do Word, conhecimentos de informática, havendo essas falhas, a realização de um curso de empreendedorismo não é aquilo que nós pretendíamos que fosse, porque estes indivíduos ainda têm algumas falhas a esse nível”. (l.315-323) T2</p> <p>“Depois há coisas incontroláveis que são as questões pessoais dos formandos e formadores, os formandos então todos os dias têm problemas gravíssimos, dos quais não se conseguem descentrar. (l.390-392) AD3</p>
	Limites	Recomendações/equilíbrios ao nível do sistema	<p>“Esses limites, no fundo, têm que ser trabalhados por nós, nós temos que ter a noção do que o recluso pode fazer cá dentro em termos de empreendedorismo, mas também temos que ter a noção que, isso tem muito a ver com a falta de informação que existe do sistema e dos receios que existem, não é?!, que as pessoas possam cometer atos ilegais num curso de empreendedorismo. Isto porquê, porque o sistema vai obrigar a que entrem pessoas, que haja outros conhecimentos, que haja internet, que haja outro tipo de pesquisa e o sistema prisional tem receio de não saber controlar esses aspetos todos”. (l. 360-366) T2</p> <p>(...)estes limites têm que ver, um bocadinho, com a (...), nós para trabalharmos os indivíduos, temos que trabalhar em coordenação, dar cursos às pessoas do que é que se pretende fazer, mas no fundo temos que trabalhar os receios das pessoas. As pessoas possam ter menos medo de chamar pessoas de fora da prisão que possam dar as suas ideias dentro da prisão e no fundo os limites, aí, temos que ponderar, ter o equilíbrio da parte da lei, dos órgãos que temos que respeitar e, também, da parte da reinserção social. E senão houver um equilíbrio entre estes dois aspetos, as coisas torna-se muito mais complicado. E este equilíbrio só se atinge havendo uma boa capacidade de negociação e relacional entre todos”. (366-374) T2</p>
Potencialidades		<p>“É porque o facto de se começar a falar que as pessoas podem fazer por elas próprias, não necessitam de estar à espera que venham as coisas do estrangeiro, que são muito boas, nós cá dentro temos essas potencialidades todas e poe-nos a pensar, o que é que eu tenho para dar a este meu país e não o que é que o país tem para me dar a mim”. (l.197-200) T1</p> <p>“(…) há sempre aspetos <i>intra</i> muros, dentro das prisões que se pode fazer... Podemos</p>	

			no fundo ter uma abertura melhor com a sociedade ou a fazer cursos de empreendedorismo que, supostamente, vai obrigar que os reclusos saibam o que é que se faz lá fora, bem como existam mais contactos e que as pessoas, no fundo a sociedade, possam vir a transmitir as suas ideias (...) vai obrigar a que a prisão fique mais flexível e mais aberta ao exterior. (...) Portanto, por esses aspetos, a existência de um curso de empreendedorismo dentro de um sistema prisional é importante, porque é um dos aspetos que obriga a prisão a ser mais aberta para o exterior. Em termos de vantagens, esta é a que eu vejo maior em termos de troca de ideias, de troca de contactos entre o meio prisional e o meio exterior”. (l. 344-358) T2
	Nível de inovação (opinião acerca da visão inovadora e empreendedora que esta formação desperta)	Pensar	“E, nesse sentido, o empreendedorismo acho que é benéfico...porque nos põe a pensar, não é?! e abre-nos uma série de portas que nós temos fechadas”. (l. 197-203) T1 “Na medida em que, não só pelos conteúdos, em que não são os conteúdos da escola habitual ou dos cursos de dupla certificação, mas também porque eles puderam, teve até coisas engraçadas, porque eles puderam perceber como se faz um projeto e as dificuldades que o mesmo envolve, não é só pensarem que, “eu quando sair vou abrir um bar”. É assim, eles foram obrigados a pensar nos vários aspetos económicos e de recursos humanos que estão envolvidos num determinado projeto. (l. 312-317) AD3
		Despertar	“(…) Ao passar por uma ação de empreendedorismo as pessoas ficam a ser mágicas. (...) Agora se eles são empreendedores, já do seu próprio percurso prisional, do percurso de vida, isso de facto já é um aspeto muito positivo, em termos de ganhos é isso. Desperta-os para outro tipo de realidade, outro tipo de leque de conhecimentos que eles precisam (...)”. (l.385-391) T2
Tema 3: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional - Avaliação			
A. Processos de avaliação dos Impactes	Positivos (todos os impactes que forem favoráveis e positivos)		“Impactes foram positivos, eles quiseram inscrever-se de novo. No caso do da ANJE, porque eu quando comecei no PGISP já estava tudo montado...foi agarrar o processo e eu não...de raiz, raiz não o tenho. O da ANJE, nós tivemos sessões de esclarecimento em que as formadoras tiveram cá... a ANJE veio cá e levámos homens ao auditório e explicámos o que se ia fazer, teve uma aderência...tivemos cento e tal homens inscritos, quer dizer que o impacto é ótimo. (l. 210-215) T1 “(…) e os quatro que eu tenho lá em baixo, estão porque querem, e estão a trabalhar no estuque, gostam...e tudo o que sai das mãos deles sai bem, e eles fazem com gosto, por isso eu digo se se salvarem estes quatro eu fico muito contente (...)”. (l.

			<p>223-225) T1</p> <p>“Porque quando um recluso tem um percurso prisional empreendedor, onde ele tenta ser pró-ativo, toma a iniciativa, deseja ser melhor tanto na escola, como na formação profissional isso é tudo, de facto, de avaliar e terá consequências positivas para o percurso do indivíduo”. (l.395-397) T2</p> <p>“Os impactos sobretudo de eles terem acesso às medidas de factoração da pena dentro do percurso prisional, de construírem um futuro, um projeto de vida, saberem construir um projeto de vida, muito já saem daqui com alguns projetos de vida feitos. Agora o impacto é enorme e eu avalio isto, ser uma parte positiva, porque pensamos, sempre, preencher o percurso prisional do indivíduo com algo positivo. Agora a avaliação é sempre feita e em termos de consequências futuras para o indivíduo são enormes”.(l. 404-409) T2</p>
	Negativos (todos os impactes desfavoráveis)		<p>“Agora, os aspetos negativos é não chegar a todos”. (l. 215) T1</p>
B. Processos de avaliação dos resultados da formação junto da população reclusa	Resultados globais da formação		<p>“Temos que começar por algum lado, pronto, e acho que este é o caminho, porque nós temos que lhes dizer que há muitos caminhos e sempre que, diariamente, trabalhamos com eles, as competências pessoais e tudo mais...eles vão lá. Têm que ser trabalhados diariamente, como nós fazemos em casa com os filhos...as coisas têm que ser trabalhadas”. (l.189-192) T1</p> <p>“(…) em termos de avaliação é de facto positiva. Porque se um recluso não for empreendedor terá menos possibilidades de usufruir de algumas medidas. A avaliação para eles também é importante, o facto de sentirem que estão a ser avaliados para eles também é muito importante”.(l.399-402) T2</p> <p>“No da ANJE, as coisas de facto correram bem a esse nível, porque houve a informação necessária que foi passada às pessoas, mas as pessoas, a maior parte, não se mostraram muito recetivas à ideia de ter um curso de empreendedorismo cá dentro. De facto acharam como é que estes jovens poderão ser empreendedores, vão ser empreendedores de algo negativo e não de positivo. Mas o que foi demonstrado no final, neste projeto que eles fizeram no final, foi, de facto, que eles têm boas ideias”. (l. 424-429) T2</p>
	(Re)descobertas conquistadas		<p>“E eu costume dizer que eles às vezes aqui presos descobrem coisas que não sabiam que faziam, uns fazem tapetes de arraiolos, os dos estuques fazem coisas maravilhosas...e se calhar se não tivessem sido presos, nunca tinham sido postos a pensar nestas situações”. (l. 111-114) T1</p>

			<p>“É assim, eu acho que eles todos têm um bocadinho de empreendedores...todos...estavam é canalizados as energias deles ao contrário...” estavam levar para o lado do bandido, como é que me vou safar da polícia, como é que escondo isto e aquilo...e eles agora estão a redescobrir essas coisas, o que é que podem fazer com o gesso, o que é que podem fazer na pintura...portanto eu acho que sim”. (l. 134-138) T1</p>
Lacunas	Barreiras no exterior, no pós-prisional		<p>“É assim eu não sei se serão lacunas do curso, se serão lacunas do próprio, porque o próprio às vezes...é assim eles vão encontrar muitas barreiras no exterior...e não sei se essas barreiras não serão motivo de dificultar a vida e de dizer, <i>ah não vale a pena meter-me nisto para já, vou trabalhar noutra área e depois logo vejo se tenho isto...tenho este papel na mão, portanto, consigo fazer, isto depois pensa-se como segunda via</i>”. (l. 229-233) T1</p>
	Receios/enviesamentos		<p>“Se existem lacunas (...) risos...As maiores lacunas que existem dentro do sistema e do empreendedorismo é quando as pessoas... por vezes, as pessoas não terem uma mente tão flexível e tão aberta, para terem melhores conhecimentos e para fornecer novos conhecimentos. De facto, têm receio que as pessoas possam usar isso de uma forma negativa. (...) De facto, eles não têm e essa falta de informação e essa falta de acompanhamento, no sistema e, também, por existirem muitos receios e, por existir, a noção de que primeiro está a segurança e depois é que está a reinserção. As lacunas, de facto, são estas”. (l. 411-420) T2</p>
	Profissional/trabalho		<p>“(...) não estão habituados a trabalhar (...)” (l.337) AD3</p>
	Fechamento		<p>“Muitas vezes, isso no sistema prisional é um pouco difícil, porque a prisão é um sistema muito fechado, onde por vezes se torna difícil esse contacto com a sociedade.(l. 348-350)T2</p>
	Segurança		<p>“nós aqui temos, com imensas dificuldades, manter <i>n</i> atividades em funcionamento, <i>n</i> formações, isto é complicado em termos de segurança, porque é um ambiente muito bonito, isto é uma quinta, mas depois as deslocações aqui, para eles são complicadas e exigem muito em termos de recursos humanos.”. (341-351) AD3</p>
Necessidades de readaptação	Seleção - adequação dos conteúdos		<p>“Neste curso, de facto, temos que ter um maior cuidado na parte da seleção. De termos já o conhecimento e sabermos que aqueles indivíduos têm capacidades cognitivas e competências básicas para poder adquirir conhecimentos. E a fase da seleção é muito importante porque temos que ter a noção dos conteúdos que vamos abordar, que vamos falar com os reclusos e saber se eles tiveram capacidades para</p>

			absorver esses conhecimentos todos. A fase da seleção é muito importante e também adequar, um bocadinho, os conteúdos à população em existente, porque sem isso..., estamos a falar de coisas que eles nunca ouviram falar e depois a resistência será e depois o conhecimento será maior (...) Eles têm que sentir a necessidade de que isto é importante para eles, se não vamos adequar o curso à população em causa, de facto, corremos o risco de estarmos a falar sozinhos”. (l. 437-448) T2 “ (...) na presença de alguns formandos, mal seleccionados (...)”. (l.) AD3
		Qualidade pedagógica dos formadores	“Depois há outra coisa que é fundamental e que nós também não conseguimos controlar a cem por cento que é a <u>qualidade dos formadores</u> . Porque não há formadores específicos para estabelecimentos prisionais, não é?! (...) há formadores que chegam aqui e fazem disparates maiores do que os formandos e, portanto, todas estas <i>nuances</i> , de tudo o que se passa aqui podem ser fatores positivos ou negativos para o próprio espírito empreendedor, que às vezes os próprios formadores nos fazem pensar que mais valia estarmos quietos (riso), mas pronto isto é apenas (...) mas é uma perspetiva muito importante da formação em termos genéricos e não só da formação para o empreendedorismo, que é a qualidade pedagógica e as características pessoais do formador”. (l. 372-383) AD3
		Ligação EP-entidade de formação	“(…) falar com todos os formadores e prever alguns, algumas destas situações que convém atalhar de imediato, ou seja, se calhar mais ligação entre o estabelecimento e os formadores ou as entidades formadoras. Porque isso tem acontecido com o Poder Caminhar e tem corrido melhor”. (l.400-403) AD3
	Resultado prático pela via da educação para o empreendedorismo	Socioprofissional	“(…) os nossos reclusos de RAE trabalham lá, portanto, estes reclusos assim que passaram para o Regime Aberto ao Exterior irão trabalhar na área do estuque no Parques de Sintra, não estarão direcionados para a floresta, como nós temos lá homens, estarão para aquela área. Aí sim, sei que vai dar frutos”. (l. 251-254) T1 “Sim, em termos das pessoas poderem ou terem um sucesso mais participado ao mercado de trabalho e se isso não for feito, enquanto as pessoas são jovens e não têm essas noções, o percurso laboral delas, mais tarde, é muito mais difícil porque não têm essas competências e as coisas serão muito mais complicadas”. (l. 451-454) T2
C. Competências adquiridas, ou consolidadas, pelos	Socioprofissionais (engloba todas as ferramentas sociais para se saber lidar com os	Procedimentos/ conhecimentos teóricos	“Eu acho que, noções de direito que eles nunca ouviram falar, o que é uma folha de cálculo, o que é uma folha de vencimento, como é que se organiza uma empresa, os passos que são necessários”. (l. 257-259) T1

reclusos	problemas sociais e os procedimentos profissionais)		<p>“Tanto que eles têm formação de empresas, têm direito, têm uma série de disciplinas vocacionadas para a criação do próprio emprego”. (l. 80, 81) T1</p> <p>“Sobretudo competências de terem a noção de que têm que fazer contas, porque estes jovens nunca tiveram a noção de ter que fazer contas, porque se eu fizer isto, quanto é que me vai custar, se eu tenho esta ideia, o que é que eu tenho que fazer, que tipo de pessoas tenho que procurar para concretizar esta ideia, que tipo de conhecimentos de direito eu tenho que ter para saber em termos do código de trabalho. Tiveram que ter um leque de conhecimentos que, para eles, era impensável alguém ter, aqueles conhecimentos todos, para abrir um negócio, para serem empreendedores. (...) Que tinham que pesquisar tanto e que tinham que saber tanto de direito, como de contabilidade, da parte de psicologia, dos recursos humanos, saber estar com os outros, da parte da informática, da internet”. (l.465-476) T2</p> <p>“(…) julgo que eles perceberam que têm que ser pró-ativos, que podem ter ideias, mas não basta ter ideias, é preciso trabalhar para as concretizar e pensar nos envolvimento, de fazer, não digo um estudo de mercado, mas ter a ideia de se aquele negócio é viável ou não, todas essas coisas foram trabalhadas e são importantes, não só para as ideias de negócio, mas para a vida de uma maneira geral, para a tomada de decisões, no fundo”. (l.410-415) AD3</p>
		Prática (conhecimentos da experiência prática)	<p>“Ao nível das partes práticas do curso, eles não sabiam fazer nada e neste momento daquelas mãos saem coisas extraordinárias. Eles sabem que têm que fazer uma medida certa para o silicone, mais o aditivo para fazer o molde, eles adquiriram na totalidade, para a prática adquiriram na totalidade”. (l. 260-263) T1</p>
D. Reconhecimento da importância da (re)integração	Integração nos processos de reeducação		<p>“(…) nós trabalhamos para isso para desenvolver, para ver se eles conseguem sozinhos, fazer um pouco melhor aquilo que fizeram antes. É esse crescimento que nós procuramos proporcionar-lhes aqui, mas o momento é tardio (risos), é fora de época, mas ainda assim é para isso que nós trabalhamos todos os dias”. (l. 460-463) AD3</p> <p>“É assim, eu penso que, neste momento, seja a via porque nós temos homens que já foram <i>n</i> coisas, que nunca fizeram nada, nunca tiveram a obrigação de trabalhar. E, neste momento, com estas capacidades todas, que nós lhes estamos a dar...eles já estão predispostos a...não quer dizer que o façam mas pelo menos eles já... Eu acho que, o bichinho pelo menos, nós conseguimos lá pô-lo, agora o resto. (272-276) T1</p> <p>“Esse era um dos aspetos muito importantes, era terem acesso a essa informação e saberem como é que podem fazer as coisas, que tipo de coisas é que existem e</p>

			saberem que modos são específicos, muitos deles têm as ideias, mas não sabem como lá chegar. E, de facto um curso de empreendedorismo, uma ação de empreendedorismo tem esse aspeto de fornecer, no fundo, instrumentos e bases às pessoas para que elas possam, no fundo, já adquirir isto, já ouvi falar sobre isto”. (l.486-496) T2
	Integração na reinserção socioprofissional pós-reclusão		<p>“É assim, no âmbito deste da ANJE e no âmbito do protocolo que nós temos com os Parques de Sintra é assim...quando eles são bons profissionais, portanto eles trabalham e ficam lá a trabalhar após a saída. No caso deste da ANJE, a formadora que lhes deu a formação prática trabalha mesmo para o restauro dos museus todos e ela disse-me várias vezes, <i>eu gostava de trabalhar com este, este e com este...agora são pessoas a quem eu posso dizer trabalha, faz isto e tenho confiança no trabalho porque sei o que é que eles valem</i>. Portanto eu acho que têm quase garantido, para os que querem”. (l.287-293) T1</p> <p>“(…) quando um recluso sai em liberdade e passado alguns meses telefona para cá, a querer saber do seu certificado, a querer saber se fez a escola, o 9ºano, se fez cursos, e isso só revela que está a tentar-se integrar na sociedade e que está a tentar procurar respostas, mas isto são casos que acontecem. (l. 499-502) T2</p> <p>“O que nós pretendemos aqui é que eles saiam daqui com algumas ferramentas, com certificados, com formações específicas que possam lá fora, depois demonstrar”. (l. 509, 510) T2</p>
E. Perceção da construção de competências - dimensão de reintegração socioprofissional pós-reclusão	Lacunas/constrangimentos	Competências básicas (pessoal-comportamental)	<p>“(…) nós temos diariamente que lhes dizer, dentro da sala de aula não ponham o chapéu, tirem...pronto é nas coisas mais básicas não é...não precisamos de ir às coisas elaboradas do direito, nem das informáticas, nem nada...é nas coisas mais básicas”. (l. 296-300) T1</p> <p>“(…) eles terem muitas dificuldades de concentração, muitas dificuldades em saberem estar dentro de uma sala de aula, saberem-se comportar de forma mais adequada”. (l. 522-524) T2</p> <p>“Afim não o conhecem e vemos, ok, eles têm muita vontade, são muito giros, muito engraçados, querem fazer muita coisa, mas falta o básico. (l. 528,529) T2</p>
		Competências escolares	<p>“No fundo, corresponderá certamente a estas competências escolares e são indivíduos que abandonam muito cedo a escola e quando têm essas competências, maior dificuldade será em eles depois perceberem que tipo de conteúdos e de absorverem esses mesmos conteúdos”. (l. 514, 517) T2</p>

		<p>Competências profissionais/ de trabalho</p> <p>Insuficiência /não acesso a apoios, financeiros ou de empreendedorismo</p> <p>Influência de variáveis de contexto (papel do meio familiar, social, estigma/rotulagem)</p>	<p>“(…) independentemente, da situação atual para estes jovens sempre foi muito difícil, porque muitos deles chegam aqui sem hábitos de trabalho e saem daqui sem hábitos de trabalho (…)”. (l. 426, 427) AD3</p> <p>“Até o fato deles não conseguirem o microcrédito, o fato de terem algum...de terem uma descrença grande em relação às entidades e ao fato de não poderem dar ou de não quererem. O facto de não terem acesso, por algum motivo, ao microcrédito poderá ser um entrave muito grande para... (l. 307-310) T1</p> <p>“O que é difícil é, porque eles levam uma coisa atrás que é, eu sou ex-recluso e tive estes comportamentos durante vinte anos ou trinta, portanto, eles têm a própria história e isso não se apaga”. (l. 276-278) T1</p> <p>“(…) estão fechados e depois é assim, a própria estrutura social em que eles estavam inseridos não ajuda, também”. (l.314-316) T1</p> <p>“Porque vão para os meios, para os ambientes onde cometeram crimes, continuam a sentir-se um bocadinho rejeitados(…)”. (l.503, 504) T2</p>
<p>F. Articulação da formação para as competências empreendedoras com outras estratégias ou processos de reeducação</p>	<p>Procedimentos</p>		<p>“É assim, nós tentamos, tentamos que a escola também esteja incluída, tentamos que...até o próprio guarda que os acompanha nas brigadas está já envolvido mas nem sempre se consegue. Nós tentamos mas é muito complicado”. (l.319-321) T1</p> <p>“Existe sempre o trabalho em parceria de tentarmos passar a comunicação, uns aos outros, as pessoas que trabalham cá, daquilo que se está a fazer no curso de empreendedorismo e como é que o indivíduo está com o técnico, como é que o indivíduo está no pavilhão ou em outra formação qualquer. É esse trabalho de tentar perceber como é que o indivíduo está nos diversos contextos prisionais. (...) Muitas vezes eles têm algumas dificuldades em diferenciar os contextos onde estão. (...) E nós em termos da avaliação temos que tentar perceber e recolher informação entre todos nós de como é que o indivíduo funciona. E depois desenvolver isso aos indivíduos, porque neste meio, temos esta capacidade comunicacional e relacional entre todos nós que trabalhamos neste sistema, porque as coisas tornam-se muito mais fáceis e temos maiores informações sobre o indivíduo e, aí, podemos trabalhá-lo melhor”. (l.547-561) T2</p>
<p>G. Metodologias ou práticas incentivadas na valorização dos reclusos (englobando-os em projetos ou ações onde</p>	<p>Existências</p>		<p>“É assim, nós agora ali em baixo sim porque temos um atelier, e eles podem, têm espaços criativos, por assim dizer”. (l. 335, 336) T1</p> <p>“Nós aqui tentamos fazer, quando sabemos que um recluso já adquiriu algumas competências, tentamos que elas estejam aqui implementadas, que o indivíduo execute essas mesmas tarefas que fazia no exterior e isso é feito através, nós temos</p>

praticuem o que eles sabem fazer ou aprenderam)			o conhecimento do percurso de vida do indivíduo, quais são as suas competências, as suas qualidades e isso é feito numa parte logo inicial, mesmo uma avaliação de diagnóstico do indivíduo e isso é muito importante. Para depois podermos encaminhar o indivíduo para algumas áreas que possam ser importantes para nós ou, no fundo, que ele se possa sentir, por exemplo no contexto prisional, onde ele não se sinta só recluso, mas também parte ativa". (l.574-581) T2 " (...)Temos aí casos desses, que o recluso já vinha com formação de eletricidade, de canalizador, de trabalhar como pedreiro. No fundo vão usar as suas competências em prol do que eles gostam. Mas, para isso temos que conhecer bem o indivíduo". (l. 583-586) T2
H. Casos exemplificativos	Sucesso	Contexto reclusão	<p>"Depois temos outro processo que era um indivíduo que ainda no decorrer da formação teve vários problemas comportamentais, porque ele é muito bom e faz tatuagens e agora tomou uma decisão, e isso deixa-nos cheios de orgulho que é, eu enquanto estiver preso não vou fazer nada disso, não me peçam sequer. E nós brincamos com ele e dizemos, <i>então quantas tatuagens fez agora, agora não hoje...o doutora lá está você, já lhe disse que não faço nenhuma</i>. Quer dizer essas situações é porque ele está desperto para outra realidade e isso é ótimo, pronto. Temos alguns casos de sucesso (riso) sim". (l.351-357) T1</p> <p>"Tivemos aqui há alguns anos, um curso de serralharia civil onde o recluso trabalha na oficina, fizeram esse curso na nossa oficina, onde ficou comprovado, que ficou ali uma aquisição de competências que foi importante para nós e, também, para o recluso porque criou-se um posto de trabalho. Através das competências adquiridas de um indivíduo criou-se um posto de trabalho até que ele pudesse executar as suas tarefas. E há outros casos, por exemplo no curso de jardinagem, são trabalhos agrícolas também, através de cursos de formação profissional que foram aqui dados, para que no fundo pudessem pôr os conhecimentos adquiridos em prática. Houve casos desses". (l. 588-595) T2</p> <p>"E eles estruturaram o projeto e apresentaram outros, igualmente, com pés e cabeça, tipo não descobriram a pólvora, nem o fogo, mas a entrega de refeições ao domicílio, reparações várias, reparações de automóveis no local, ou seja, substituição do pneu ou pequenas reparações. Surgiram ideias muito engraçadas, fizeram o seu próprio <i>slogan</i>, a sua própria publicidade, ou seja, em termos de criatividade foi rico, foi rico". (l.324-330) AD3</p>
		Contexto pós-reclusão	"... agora está como hospedeiro. Mas temos outro que foi para a parte da

			<p>restauração e ainda está a trabalhar na área...portanto ele já saiu daqui há uns quatro ou cinco anos. Foi o que fez o primeiro curso do PGISP, juntamente com esse outro e ele está mesmo a trabalhar. Portanto, pelo menos dois sucessos temos (risos)...pelo menos dois”. (l. 367-376) T1</p> <p>“Mas, por exemplo nós tivemos aqui um rapaz que saiu daqui, um não, vários, que não tinha nada, nem ninguém e o que lhe valeu, até agora, são os nossos voluntários que, esse trabalho também é muito importante, o ajudaram. Esse rapaz também, por acaso, tinha algum dinheiro e o ajudaram a encontrar um alojamento, não sei exatamente o quê, e o estão a ajudar, não sei agora como é que está a situação, a arranjar um emprego. Mas esse rapaz aqui, de facto, aprendeu qualquer coisa, aprendeu de serralheiro, não num curso, mas na prática e, não sei, mas era um rapaz habituado a trabalhar. Portanto, se se mantiver...”. (l. 468-475) AD3</p> <p>“Daqui destes jovens, tivemos aqui uma situação de um jovem que, com um crime muito grave, que fez, assim, um percurso sempre ascendente, completou aqui o 12º ano, esteve em regime aberto no exterior, a trabalhar para a câmara e a vir, apenas dormir ao estabelecimento, eu creio que tirou a carta de condução no tempo de prisão e saiu e ficou nesta zona e conseguiu emprego. Esteve a trabalhar, eu por acaso nunca mais o vi, mas pessoas, aqui colegas que me disseram que ele esteve a trabalhar no shopping e, posteriormente, no AKI”. (l.510-516) AD3</p> <p>“Mas, há um outro jovem, que também esteve, esse também não era tão jovem assim, mas também esteve em regime aberto, teve um percurso muito mais complicado em termos prisionais e depois estiveram em regime aberto, lá os dois na mesma altura, e esse, também, me parece que lhe correu bem porque, entretanto, arranjou uma companheira, mais velha que lhe deu o apoio e parece que correu bem, parece que tive (riso) boas notícias dele, mas não são muitos não”. (l.519-524) AD3</p>
	Insucesso		<p>“No âmbito do curso e apesar de ser um dos alunos mais aplicados, não teve força suficiente para não se deixar envolver em problemas da aula. Portanto, foi retirado do curso um indivíduo que estava a agarrar tudo e era ajudante da professora, era responsável, conseguia por uma coesão no grupo. No entanto, a vida da aula foi superior, como acontece às vezes no bairro, quase estanque... e este indivíduo, pronto, foi retirado”. (l.346-248) T1</p> <p>“De insucesso também tem a ver com, aqui na população prisional os reclusos o que pretendem é ter uma <u>bolsa de formação</u> e em alguns casos a verdade é essa, para</p>

			<p>terem os seus gastos e não adquirirem as competências necessárias, também há muitos casos de insucesso, mas tentamos sempre valorizar os casos de sucesso, com que as pessoas, no fundo, possam seguir aquele exemplo, da necessidade de terem formação, de terem competências. Há sempre aqueles que só frequentam aquela ação de formação pela vantagem monetária". (l. 597-602) T2</p> <p>"Por exemplo, de insucesso temos muito, muitas situações em que temos conhecimento, até porque nos pedem informação de outros estabelecimentos, jovens saídos daqui há relativamente pouco tempo e já, novamente, presos e por crimes cometidos logo após a saída do EP, de insucesso há muitos". (l. 502-505) AD3</p>
	Razões explicativas do insucesso	Fatores inibidores (ao nível do contexto e dos medos/receios pessoais)	<p>"Exatamente, há sempre um conjunto de fatores que é a mudança pessoal que não foi inteiramente conseguida, as condições exteriores que não foram facilitadas, há sempre um conjunto enorme de fatores que pode contribuir para a reincidência". (l. 530-532) AD3</p> <p>"(...) houve dois ou três casos que não conseguiram acabar o projeto, porque lá está não tiveram a capacidade para apresentar a ideia, tiveram inúmeras inseguranças, ansiedades. Houve mesmo caso que, há própria da hora, fugiram, não tiveram de facto capacidade para apresentar as suas ideias". (l. 648-652) T2</p>
I. Estratégias/aspectos a melhorar ou a transformar no domínio da educação para o empreendedorismo	Importância no contexto geral	Contexto geral/ global	"No contexto geral pelo conhecimento que eu tenho, eu acho que não se mexia muito mais porque tem dado frutos. A partir do momento em que uma criança de 6 anos chega e diz que tiveram lá os voluntários do empreendedorismo e nós hoje pensamos nisto...é porque a coisa está a dar frutos." (l. 362,365) T1
	Recomendações no contexto prisional	Focalização e orientação para o próprio indivíduo	"É trabalhar mais o próprio, trabalhar o indivíduo, as questões do indivíduo, as questões comportamentais porque, infelizmente, eles não tiveram quem os orientasse e tudo, andaram na escola, de fato, mas portavam-se mal, não acabavam os estudos e não eram tratados...". (l.238-240) T1
		Adequação da formação à população	"(...) nós temos que saber adequar os cursos à população existente. (...) Sem isso feito, corremos o risco de estar a dar uma formação só por dar e, de facto, não tem nenhum impacto ou tem um impacto negativo, neste caso". (l. 457-462) T2
		Envolvimento de todos os agentes do processo	<p>"Acho que temos que envolver os diversos parceiros, os diversos intervenientes no processo do homem, as pessoas quando vão, a situação para lhes explicar, eu acho que eles deviam estar também...pronto para perceberem". (l. 327-329) T1</p> <p>"Uma coisa que é importante e que nós devemos fazer é, antes de darmos qualquer formação de empreendedorismo dentro do sistema prisional, dar formação e formação às pessoas, a todo o sistema, para que as pessoas possam perceber o que</p>

			se está a fazer. Falar não só com os técnicos, falar com a entidade que está a dar formação, mas também que se possa dar formação e formação ao sistema, a todos os agentes envolvidos no sistema prisional daquilo que vai ser feito. Não havendo essa informação, antes de se iniciar a formação, as pessoas começam a ter aqueles receios e aquelas desconfianças e a duvidarem, as pessoas não são envolvidas”. (l. 606-613) T2
		Articulação e comunicação entre todos os agentes envolvidos	“(…) neste caso aqui no EP de Leiria que têm uma prisão grande, onde os diferentes serviços estão em diferentes sítios, não é?!, temos que ter uma maior comunicação, entre todos nós e termos a iniciativa de ir à procura das pessoas, porque as pessoas não estão junto de nós. Por isso, temos que levantarmo-nos da cadeirinha e ir ter com os outros, para tentar saber as coisas. No EP de Leiria temos que ter essa noção de que temos que ir à procura das coisas”. (l. 566-571) T2
		Requisitos-aproximação da liberdade	“(…)seria importante que os indivíduos que frequentassem cursos de empreendedorismo estivessem prestes a sair, próximos de uma possível liberdade condicional, porque assim faz muito mais sentido. As coisas estavam mais presentes, logo, as pessoas vão usar essas competências logo a seguir”. (l. 655-659) T2
		Ofertas e experiências de mudança e inovação- continuidade	“(…) estes rapazes precisam que os serviços prisionais lhes faça uma oferta diferente da oferta que eles tiveram ao longo do seu percurso e que não tiveram capacidade para aceitar”. (l. 152-154) AD3 “(…) Eu acho que em termos prisionais, temos que ter mais experiência de formação a esse nível e mais oportunidades (…)”. (537, 538) AD3 “Acho que deviam ter sido feitas mais...mais, porque é como eu lhe digo, nós, os cursos levam 15 pessoas no máximo e nós temos 720 homens...é por causa disso...e mesmo o fato de poder haver sessões de esclarecimento a nível do empreendedorismo, na formação em si não mas...”. (l. 178-181) T1 “É necessário fazer mais...mais cursos de empreendedorismo, mais workshops... é preciso abanar certas cabeças e explicar-lhes que têm muita potencialidade, muita, estavam era a usa-la ao contrário...tirar proveito da capacidade que eles têm porque eles são ótimos”. (l. 378-380) T1
Diferenças registadas/sentidas nas iniciativas de empreendedorismo	Procedimentos e objetivos do Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social dos Reclusos do PGISP		“O facto de os reclusos terem ido ao exterior e o PGISP, que foi muito importante, e que não teve as consequências que eu gostaria que tivesse, temos a mudança da organização, teve impacto que algumas pessoas usufruíram de algumas medidas, de alguns programas com mais formação, com mais competências, mas ficou só por aí. O sistema é muito rígido e viu-se que é muito rígido, houve até alguns que, ainda

			<p>hoje, mantêm essa postura de mudança, mas depende das pessoas que estão à frente a dirigir. E, de facto, é muito importante, se a pessoa tiver essa política, essa vontade, essa pró-atividade, se de facto refletir quando está confusa, como também os técnicos que trabalham com os indivíduos. Havendo essa segurança e essa ação, as coisas estão muito mais participadas. E foi uma altura, que a mim me deu muito prazer trabalhar, que acompanhei o PGISP desde o início, desde a formação toda, fui tudo, fui das pessoas que também dei formação aos outros e ainda há pouco tempo fiz isso. E houve pessoas que aproveitaram isso e houve pessoas que, desde logo, acharam que era impossível e que havia inúmeras resistências à mudança, mas que o sistema precisa, de facto, mais valores, tipo PGISP, o PGISP foi o início". (I.622-635) T2</p>
	Diferenças e mudanças explicativas da não continuidade do PERSR		<p>"Acho que em alguns EP's houve essa continuidade, com alguns programas que ainda existem, mas as pessoas foram perdendo a vontade, o sistema continua o mesmo, os problemas do dia-a-dia continuam os mesmos, estamos sempre com esta necessidade de ir apagando os fogos e, depois, esquecem-se do todo e das consequências disso. Que é preciso acompanhar os jovens, com necessidades especiais, que um dia vão sair e vão precisar, vão para a sociedade e pretendemos que a nossa postura e, o nosso exemplo é muito importante para eles. Porque passará a forma como eles irão continuar a agir ou a reagir lá fora, no exterior. E se o sistema não impulsiona alguma mudança no indivíduo, não faz sentido a prisão só com o castigo. Essa parte punitiva é importante, mas nunca se deve ficar por aí, senão estamos a trabalhar para que haja mais crimes, mais danos, mais vítimas e nós não queremos". (I. 637-646) T2</p> <p>"Em Sintra isso foi feito e houve sucesso, aqui na altura a alguns anos também foi feito e também houve sucesso mas havia uma maior abertura do sistema porque o PGISP estava mesmo em funcionamento, estava em ação e houve uma maior abertura do sistema. De fato, o PGISP foi um bocadinho esquecido logo essas políticas mais...da reintegração também ficaram esquecidas. O problema neste momento está aí. Também como introduzimo-nos numa fase de sobrelotação das prisões, as pessoas têm mais trabalho com outro tipo de coisas e ninguém volta a trabalhar este tipo de questões...infelizmente". (I.681-688) T2</p>
	Procedimentos e objetivos da formação de	Seleção	<p>"Não foi feita porque, foi feita, só que eles, nós tínhamos que ter indivíduos com o 9ºano e estávamos muito sujeitos a isso e ainda tivemos que ver os temas, porque o</p>

	empreendedorismo dada pela ANJE		critério era ter algumas competências básicas para darem os conteúdos. Neste momento o leque de indivíduos com o 9º ano, de facto, é muito maior, logo a atração podia ser de uma forma muito melhor”. (l. 663-668) T2
		Inexistência de contacto com o exterior	“Eles iriam gostar muito mais”. “Depende da direção geral, da política. Em termos de lei é possível mas isso iria, se tivesse maior abertura para que...isso que está a ser...agora neste caso, com os nossos indivíduos como são jovens é mais complicado”. (l. 672-681) T2

Interpretação dos dados – Entidades formadores

P1: entidade Gesentrepreneur; **P2:** entidade ANJE; C1 – Centro de Estudos e formação Penitenciária

Dimensões	Categorias	Subcategoria	Unidades de registo
Tema 1: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: a sua importância e estruturação			
A. Importância da educação para o empreendedorismo num contexto geral/global	Importância reconhecida	Atitude e consciência	“Primeiro é extremamente importante. Também há seis anos que estou envolvida neste género de projetos e porque vejo nos alunos, mesmo aqueles que têm maus resultados académicos, são menos bons no ensino tradicional, correspondem muito bem a este género de ensino para o empreendedorismo. E, no final nota-se alguma diferença, não é?!, não só em termos comportamentais mas em termos de atitude...a atitude perante determinados desafios e isso para nós é importante. (l.193-198) P1 “Qual é a importância?! O que é que eu tenho...é muito importante. Cada vez mais torna-se importante e imperativo que as pessoas tenham uma consciência empreendedora, não apenas no sentido de criarem empresas, criar a sua própria empresa mas também no seu dia-a-dia”. (l. 313-315) P2
		Dinâmicas - Atuação de mudança	“Nós não podemos ser todos patrões, não ter todos as nossas empresas, até porque nem todos temos essa capacidade, agora podemos ser empreendedores no nosso local de trabalho, preocuparmo-nos com o nosso trabalho, com o nosso patrão, procurarmos arranjar novas formas de angariar clientes, angariar riqueza

			<p>para a empresa...tudo isso é importante”. (l. 319-323) P2</p> <p>“ (...) eu acho e sinto é que isso é muito importante porque o empreendedorismo trabalha muito a pró-atividade, o empowerment, a confiança, a noção de que as coisas se gerem, portanto que eu tenho intervenção na forma, não é o destino, não é sorte, pode ser uma componente dela mas não é...não é se houver ajuda disto ou daquilo, não...Eu posso desenhar o meu percurso de vida e essa ideia é muito trabalhado com dinâmicas e, portanto, tem uma capacidade superior de ficar gravada nas pessoas...pronto, e desse ponto de vista acho que é muito interessante”. (l. 216-222) C1</p>
Impactos	Estímulos de desenvolvimento		<p>“Tem tido um impacto e é importante estimular o desenvolvimento deste género de competências porque elas são muito vivas e nós aproveitamo-las muito no 1ºciclo, 1º,2º,3º e 4º ano do 1ºciclo, estão muito vivas, e é onde se aproveita imenso o empreendedorismo é nessas áreas e depois começam a morrer ao longo do desenvolvimento escolar, começa-se a dar muita importância à parte curricular e pouca importância a tudo o resto...a estimular as características, as ditas características empreendedoras...”. (l. 202-207) P1</p> <p>“ (...) há determinado tipo de marcas que, como eu costumo dizer, semeamos para mais tarde um dia colher”. (l.216-217) P1</p>
	Consciência/espírito pró-ativo		<p>“O impacto que deveria gerar era uma consciência empreendedora dos nossos jovens. (...) Era esse o resultado que eu esperava, era ver jovens mais dinâmicos, mais pró-ativos...era esse o impacto que eu gostaria que existisse. E é isso que nós procuramos que todos os formandos que nós vamos tendo, nos cursos de empreendedorismo, tenham também esse espírito pró-ativo, independentemente de criarem ou não a sua empresa, nós queremos que eles tenham um espírito pró-ativo”. (l. 361-377) P2</p>
Relação educação para o empreendedorismo - Dimensões de visibilidade (efeitos visíveis na sociedade)	Existência		<p>“Sim, aquela que nós estamos a fazer junto dos jovens, escolar e em termos académicos, sim atinge...atinge. É lógico que não é uma coisa que se possa notar no amanhã, não...é uma coisa que não tem repercussões no amanhã, tem repercussões no depois de amanhã...e assim sucessivamente”. (l. 159-162) P1</p>
	Não existência		<p>“Neste momento ainda não, poderá vir a atingir mas neste momento não”. (l.380) P2</p> <p>“Nós não podemos querer que as pessoas sejam empreendedoras mas depois não ensinamos a sê-lo, é como lhe disse o empreendedorismo não nasce com a pessoa, é uma coisa que cresce dentro de nós...e para ele crescer é preciso regá-</p>

			lo, adubá-lo, tal e qual como se fosse uma planta ou uma árvore. Só porque o meu pai, os meus filhos, os meus familiares têm uma empresa e criaram uma empresa, não quer dizer que esse espírito esteja dentro de mim”. (l. 380-392) P2
	Relação competências – população (existência ou não de um tipo de populações mais propícia ou não a competências empreendedoras)		<p>“(…) não há uma tendência de dizer que isto funciona melhor com este tipo de população do que com aquele tipo de população. Aquilo que acontece, e que nós vemos na prática, é que podemos ter mais facilidade em abordar determinado tipo de situações temáticas com o tipo de alunos ou de público-alvo que já tem vindo a desenvolver, não algo similar, mas tem vindo a desenvolver um tipo de ensino ou um tipo de aprendizagem diferente...mais prática e, aí, temos mais facilidade mas é como tudo na vida”. (l.225-230) P1</p> <p>“Considero, há uma faixa de população. Todas ou grande parte das empresas de sucesso que hoje em dia existem, e estão relativamente bem, foram criadas por jovens na casa entre os 30 e os 40 anos. Porquê entre os 30 e os 40, porque, é assim, se pensarmos bem até aos 25 anos, em média, um jovem anda a estudar. Depois vai procurar o seu 1º emprego, depois do 1º vem o 2º, 3º o que for... e entretanto ganhou experiência, ganhou <i>know-how</i>, ganhou como se diria na gíria, calejo e então pensou em criar a sua própria empresa e aproveita todos esses conhecimentos que adquiriu, durante os anos em que andou a estudar, que teve os primeiros trabalhos, os primeiros empregos para criar a sua empresa”. (l. 397-404) P2</p>
B. Importância da educação para o empreendedorismo num contexto prisional	Razões associadas		<p>“Portanto, todo o trabalho de desenvolvimento de competências pessoais e sociais da população reclusa, eu acho que deveria ter uma parte de empreendedorismo naquela linha concetual, não é para...o objetivo primeiro não é para ser empresário, para ter um negócio próprio, o objetivo primeiro é trabalhar uma atitude na vida que nós sabemos que as pessoas que a têm, têm uma maior probabilidade de sucesso, do que as pessoas que não a têm”. (l. 225-230) C1</p> <p>“A educação para o empreendedorismo em contexto prisional é extremamente importante por uma única razão...pronto, eles já são empreendedores, quando praticam atos ilícitos eles já são empreendedores, eles têm uma estratégia, não é?!, eles têm um plano, eles planificam, portanto, eles tomam a iniciativa, eles são extremamente pró-ativos. Eles têm um conjunto de competências e de características que nós identificamos num empreendedor típico. E aquilo que neste programa ou nestes programas, o PERSR tentou, foi exatamente...olhando</p>

			para aquilo que eles já têm, procurando reencaminhar essas competências e essas características mas no sentido lícito. Ou seja, desenvolvendo uma série de iniciativas para que eles próprios reconheçam que as podem utilizar noutros sentidos...e não só naquilo que é ilícito”. (l. 253-261) P1
	Limites		<p>“O sistema prisional é exatamente a mesma coisa, está muito fechado sobre as suas próprias regras, limitações, sobre aquilo que é...aquilo que eles conceberam como sistema prisional, não é?! e depois há uma clivagem muito grande, como é que os indivíduos conseguem passar de um lado para o outro. Essa é a grande limitação ou o grande obstáculo a entrar no programa, não é?! é que nós procurávamos algo e o sistema prisional tinha tantas regras que era muito difícil conseguir ultrapassá-las”. (l. 284-290) P1</p> <p>“Nós não podemos estar ali a obriga-los a fazer nada...há ali reclusos que sim, gostavam de aproveitar, gostavam de ter essas oportunidade mas outros nem tanto...não há limites, haja vontade das partes e não há limites”. (l. 449-451) P2</p>
	Potencialidades	Inclusão na reclusão e pós-reclusão	<p>“Agora, potencialidades tem imensas, temos é que saber olhar para a realidade e ver de que forma, é que podemos em alguns momentos, distanciarmo-nos, um bocadinho, de tanta regra...porque o conceito de prisão é um conceito de inclusão completa e só há, a partir de um certo momento, alguma liberdade...que é gradual, tudo bem. Mas, por exemplo, este programa tinha grandes potencialidades com indivíduos que estivessem muito perto da liberdade condicional e o programa ainda estivesse a ser desenvolvido com eles em liberdade condicional. Porquê?, porque aí, já há liberdade para irem ao mercado, fazerem análise de mercado, o próprio estágio, a própria integração, às vezes que eles fazem de algum trabalho, em algumas situações. (l.290-298) P1</p>
Potencial de crescimento/ desenvolvimento		<p>“ (...) as duas grandes potencialidades...é o desenvolvimento deles, de cada um deles, individualmente, e a parte da abertura por parte do estabelecimento prisional ao exterior, ao mundo empresarial, ao mundo social para que os reclusos saiam, integrem-se e não voltarem a entrar no sistema prisional”. (l. 460-463) P2</p>	
Integração no mercado de trabalho		<p>“As potencialidades, essencialmente, o nível da integração no mercado de trabalho com a criação, eventualmente, da sua própria empresa”. (l. 584, 585) P2</p>	
C. Opinião sobre as iniciativas de educação para o	Importância reconhecida	Conhecimento da realidade prisional – abertura ao exterior	<p>“Para mim foi extremamente interessante. O fato de, já entra no conceito do sistema prisional e nós não conhecemos a realidade anterior e, portanto, não conhecemos o que se passa lá dentro”. (l. 304-306) P1</p>

empreendedorismo			
		Mudança e desafios nas práticas prisionais	“Na altura eu acho que este programa foi muito importante porque foi muito...revolucionário em relação aquilo que são as práticas prisionais. Portanto, foi um programa que apostou muito no <i>empowerment</i> da população reclusa, foi um programa que desafiou o status-quo da prisão, desenvolvendo atividades que foram interessantíssimas e que eu acho que foram muito marcantes para estes reclusos”. (l. 21-25) C1
		Reconhecimento e aposta no potencial (que pudesse estar mal aproveitado)	“E para que eles próprios se reconheçam a eles mesmos e se possam identificar, como sendo capazes de em vez de roubar, desenvolver uma iniciativa no sentido de lucrar, não é?! , sem dúvida nenhuma, lucrar não só no aspeto pessoal mas também no profissional. Portanto, é aquilo que é a educação para o empreendedorismo no sistema prisional é...mudar o indivíduo é difícil, o que nós fazemos não é mudar o indivíduo, o que nós fazemos é que ele reconheça que ele já tem muito potencial e dar-lhes ferramentas para ele usar esse potencial, de uma outra maneira...que é exatamente isso que aconteceu no PERSR. Não foi dizer assim, tu não podes fazer isso, não. Ele próprio é que tem que reconhecer que não deve e, portanto, é com um conjunto de atividades e de reforço da autoestima, reforço da autoconfiança, reforço da capacidade que eles já têm e que ele já utiliza noutras situações, portanto...em situações mais oportunas”. (l. 261-272)P1 “É importante que este programa tenha existido...era importante que estes programas continuassem a existir, lá está, temos que apostar na formação daqueles que cometeram algum crime, não podemos marginalizá-los e acho que estas iniciativas deviam continuar a existir, o governo devia continuar a aprovar estas iniciativas, devia ele próprio ter estas iniciativas”. (l. 494-498) P2
	Limites	Financiamento	“Existem algumas limitações a nível do financiamento, lá esta, são coisas que custam dinheiro e não podem ser as entidades a financiar, privadas ou pelo menos as associações privadas”. (l. 501, 502) P2
		Abertura	“E outra das limitações prende-se com a dificuldade do próprio sistema prisional em si, em acolher estas iniciativas, não é que eles não queiram acolhe-las, não é isso, porque a direção da prisão sempre nos deu carta verde para que o fizéssemos. Agora, prende-se com a própria Direção-Geral dos Serviços Prisionais...” (l. 502-506) P2
	Ensino/práticas educativas	“Agora se há o ensino tradicional nos estabelecimentos prisionais, que eu acho	

	Nível de inovação		extremamente importante, a integração de um projeto de empreendedorismo nos mesmos é tão ou mais importante”. (l. 314-316) P1
		Mentalidade	“(…) nós notávamos uma grande evolução do próprio formando e da sua capacidade em termos de inovação, de mentalidade. Os reclusos são, ao contrário daquilo que eu também pensava, pessoas extremamente inovadoras, eles conseguem fazer coisas que não passa pela cabeça de ninguém. Eu quando vi um formando a aquecer um copo de água, unicamente, com dois fios de eletricidade e um prego, eu fiquei completamente passado...isto, não é uma ideia que dê para vender mas são coisas inovadoras que eles já tinham e começam a aprender a desenvolver...e é para isso também que serviu este curso e continua a servir”. (l. 576-582) P2
	Entraves/dificuldades	Abertura externa ou ambiente externo	“Não, eles também estavam abertos, a direção geral estaria aberta a estas situações, a questão é que a Direção-Geral é apenas um órgão intermédio, ainda há alguém acima da DGSP e esse alguém na altura não estaria totalmente aberto a que estes projetos fossem feitos”. (l. 508-520) P2 “Um dos aspetos que caracteriza muito a população reclusa é...o controlo externo, no fundo acham que se o ambiente externo for favorável, eles até têm a sorte, e a vida corre bem, se o ambiente externo não é favorável, paciência, e voltam ao crime. Isto é um ciclo de raciocínio básico, muito comum na população reclusa, quando pergunta a um recluso como é que vai ser lá fora, percebesse logo isto porque há aqueles que dizem nunca mais, agora tenho tudo pensado, vou mudar e há aqueles que dizem depende, vamos lá ver como é que está tudo lá fora...e nós percebemos que este tipo de recluso tem uma enorme probabilidade de voltar a reincidir, reincidir”. (l. 41-48) C1
		Monetário	“Eu acho que as pessoas se queixavam muito das dificuldades em termos materiais, por causa do dinheiro, que não é fácil comprar nas prisões e havia sessões em que as pessoas tinham que ter materiais e não tinham (...)”. (l. 192-194) C1
		Materiais	“Outra coisa que elas se queixavam, mas isso era o decorrente de ter sido a 1ª vez que foi utilizado, era da Gesventure mandar os materiais às vezes na véspera e, portanto, eles tinham que ter um esforço de preparação em cima da hora, porque os materiais vinham sempre muito em cima da hora”. (l. 197-200) C1
	Estratégias para ultrapassar as barreiras		“A questão do financiamento podia ser ultrapassada pela abertura do tecido empresarial a este tipo de iniciativas, não havendo financiamento público,

			poderia ser ou deveria ser o setor empresarial a financiar isto. Lá está...há algum receio. Em termos de outras limitações é uma questão de conversar, não há aqui uma dificuldade extrema que não se consiga ultrapassar. (...) Por isso, desde que isto seja ultrapassável, a questão das hierarquias e que consigamos ir diretamente ao topo e vir do topo para baixo é sempre mais fácil do que estar a subir". (l. 524-541) P2
Tema 2: Educação para o empreendedorismo em contexto prisional: avaliação			
A. Reconhecimento ou não da importância da formação em aspetos de integração	Integração no contexto prisional (engloba todos os aspetos integrativos no contexto prisional)		"A única coisa que lhe posso falar é do feedback dos guardas prisionais ao longo deste projeto e aquilo que eles sentiram, que o mesmo contribuiu, para o seu desenvolvimento enquanto pessoas e enquanto potenciadores dentro do sistema prisional". (l. 332-334) P1 "Foram dadas algumas ideias, alguns passos, a própria sociedade em si, pelo menos aqueles que estavam presentes conseguiram ver um mundo prisional diferente, daquilo que se pensava". (l. 467-469) P2
		Relação prisão-sociedade	"Aquele projeto, eu acho que foi muito fraturante, no bom sentido, para a prisão porque, efetivamente, aliás todo o PGISP foi fraturante para a prisão, no bom sentido porque abriu, realmente, mais a prisão à comunidade e deixou que a comunidade entrasse mais na prisão, com benefícios e sinergias, na altura, muito interessantes". (l. 59-63) C1
	Integração nos processos de reeducação	Entraves	"As pessoas vão mudando, se houvesse continuidade, houve grandes mudanças depois do PERSR, houve grandes mudanças nos quatro estabelecimentos prisionais. Se tivesse havido continuidade dessas pessoas, mantendo-se no sistema prisional, naquela prisão, pronto, a maior parte delas mudaram, poderíamos inferir ou analisar se na realidade essas pessoas utilizaram tudo aquilo que adquiriram ao longo de 12 meses de projeto e se reutilizaram, não o programa em si, mas reutilizaram as aprendizagens para benefício do sistema e da reeducação do sistema (...)É pena...temos um bocado tendência em Portugal de investir e depois abandonar..." (l. 337-348) P1
	Integração na reinserção socioprofissional pós-reclusão	Importância	"Portanto, o objetivo deste programa, o ideal era que ele tivesse tido acoplado à formação profissional e escolar, isto é que é o importante, nalguns casos isso não foi possível porque as prisões não tinham essa oferta. Mas o importante é percebermos que estes programas de empreendedorismo devem ser acoplados a programas de desenvolvimento escolar e profissional porque é isso em conjunto

			que leva a uma inserção ou que traz maiores probabilidades de uma inserção profissional, isso...é uma ideia, que eu acho muito importante a reter". (l. 48-54) C1
B. Processos de Avaliação	Impactes identificados		<p>" Sim...há um impacto enorme e depois... é uma pena". (l. 350) P1</p> <p>"(...) acho que todos nós que estivemos envolvidos aprendemos com ele, com os aspetos mais positivos do mesmo e com os aspetos menos positivos. Portanto, temos que redefinir e adaptar. Agora que foi importante, foi e continua a ser e que é pena que não haja continuidade...sem dúvida nenhuma, tenho muita pena que não haja continuidade porque eu acho que o sistema prisional poderia beneficiar muito com o tipo de formação. Poderia não ter a amplitude que teve, envolveu muitos recursos financeiros, etc". (l. 309-314) P1</p> <p>"Daria para nós avaliarmos muito melhor o impacto deste programa, o verdadeiro impacto e não aquilo que nós esperamos que o programa tenha tido". (l.641-642) P2</p> <p>"Acho que, ele foi muito importante na altura, foi muito interessante, colocou os reclusos num plano, onde eles próprios não estavam habituados e souberam honrar...souberam honrar essa confiança do sistema neles, isto é muito importante. Perceber que nós quando lidamos com as pessoas, desta forma há uma probabilidade elevada delas responderem com a mesma responsabilidade porque a verdade é que nós não tivemos nenhum recluso a fugir, nem tivemos problemas, não tivemos quaisquer problemas ligados a este projeto, arriscámos muito e fomos muito...audazes, na forma como gerimos este projeto. Mas...e efetivamente correu bem e foi interessante...foi muito interessante desse ponto de vista. (l.181-189) C1</p>
	Lacunas da formação	Acompanhamento	<p>"E neste projeto, não é falhou...acho que teria que haver uma reorganização e definição em dois aspetos essenciais. Primeiro teria que depois da formação haver algo similar a consultadoria, ok deste grupo identificamos 3 ou 4, dentro destes 3 ou 4 têm uma ideia boa e vão implementar, então quem é que os apoia ou acompanha? Pronto, Quem?" (l. 385-388) P1</p> <p>"Uma pessoa, no instituto...é o Instituto de Reinserção Social que acompanha? É alguém dentro da prisão que vai acompanhar estes indivíduos? É a Gesentrepreneur? É quem? Pronto. Só que em termos de orçamento isso não foi contabilizado". (l. 390-392) P1</p> <p>"Em relação à própria empregabilidade deles é uma coisa, é uma situação que me</p>

			<p>deixa um bocado triste porque não é possível, ou não nos foi possível a nós, enquanto associação, acompanhar o percurso destes formandos”. (l. 628-630) P2</p> <p>“Eu gostava de ter acompanhado, gostava de saber como é que as coisas correram, se eventualmente conseguiram montar a sua própria empresa...houve aqui alguma incapacidade da nossa parte nesse sentido, não porque não quiséssemos mas porque não nos foi possível”. (l. 637-639) P2</p> <p>“Se nós queremos provocar mudança e se queremos que ela aconteça, nós temos que intervir de forma coerente nos diversos sentidos, pronto. E apoiar a disseminação do PGISP, todo ele em várias prisões, realmente não aconteceu e ao não acontecer prejudicou-se muito”. (l. 68-71) C1</p>
		Seleção	<p>“Depois foi a seleção, quer dizer eles tinha que estar muito perto da liberdade condicional e a maior parte deles não estava, o Frederico sim, mais um ou dois de Sintra sim e o resto? Ficou lá dentro”. (l. 392-394) P1</p>
		Dificuldades externas	<p>“Não sei. É muito difícil saber com aquelas pessoas, nós criamos, eu pelo menos acabei, eu e a maior parte dos formadores, aqueles que passaram mais horas com eles, acabámos por criar alguns laços com eles e tínhamos algumas conversas mais sérias com eles e é difícil de avaliar, porque lá está aquilo são tudo pessoas que são bastante instáveis, ou seja, tanto num dia podem estar muito bem, <i>estou super arrependido e vou sair, vou-me portar bem e não vou voltar a roubar ou a matar</i> ...havia lá um que tinha matado uma pessoa...mas é relativo...é muito relativo é daquelas coisas que nós, até podemos pensar que não e que eles vão sair e que vão, eventualmente, construir o seu próprio negócio e vão fazer. Há muitos fatores, há o fator família, em primeiro lugar, muitos deles nem família tinham, outros tinham e mais-valia não terem...há sempre muitos fatores. Acredito que um ou dois pudessem, daqueles 15 que eu conheci, acredito que um ou dois pudessem vingar cá fora mas duvido sempre”. (l. 264-274) P2</p>
		Formadores	<p>“O único problema que tivemos, único não, tivemos dois problemas com formadores. Um foi com um formador homem...aquilo era bastante engraçado porque os formandos na primeira sessão que tinha com o formador dos novos, tentavam meter medo ao formador. Só havia duas hipóteses, ou o formador não mostrava medo e eles calavam-se e não havia mais nenhuma atitude intimidatória por parte deles ou o formador ganhava medo e então estava tramado...esse formador fez duas sessões e ligou-me e disse que não voltava lá”.</p>

			(l. 716-721) P2 “Uma das formadoras mulheres, que foi a formadora que mais tempo passou com eles...são muitas horas e isso foi uma coisa, que não foi bom da nossa parte...que é ter um formador, tantas horas seguidas. Chegou a um ponto que os formandos estavam saturados daquela formadora e isso causava ali alguns atritos que a formadora conseguiu ultrapassar sem qualquer problema, nunca houve ali nada de especial...houve uma formadora que teve que chamar o guarda, uma ou duas vezes mas não porque foram impróprios, mas sim porque estavam a fazer muito barulho e ela não os conseguia calar...Não era uma formadora de fibra, daquelas que conseguisse impor respeito”. (l. 723-730) P2
		Financiamento	“Se bem que, aqueles 10 empresários mostraram-se muito abertos a trabalhar com o EP, mas lá está, as coisas acabam por terminar, não conseguimos levar o projeto em frente por falta da continuidade do financiamento”. (l. 596-599) P2
	Resultados avaliativos	Casos de sucesso	“No caso do Frederico isso aconteceu.... O Doutor [Diretor da Gesentrepreneur] acompanhou-o, não aconteceu em mais nenhum caso, que me falhe a memória, por vários condicionalismos, também, de ordem da reinserção social que funciona muito mal no nosso país e, portanto, é difícil. Agora tenho informação de alguns deles, mesmo de integração no mercado de trabalho, que eu acho que é excelente...mesmo que eles não tenham iniciado o seu próprio negócio, o fato de estarem já numa posição, perante a sua vida, acho que já é alguma vitória”. (l.140-147) P1
			“Sim, nisso sim...nós temos a plena noção de que o curso resultou e que os formandos gostaram e aprenderam e que evoluíram...é isso também que lhes interessava. O outro objetivo que era realmente, quando eles sássem fazerem as suas próprias empresas e, isso para nós, neste momento, é-nos impossível de obter”. (l. 648-651) P2 “Aquele projeto, eu acho que foi muito fraturante, no bom sentido, para a prisão porque, efetivamente, aliás todo o PGISP foi fraturante para a prisão, no bom sentido porque abriu, realmente, mais a prisão à comunidade e deixou que a comunidade entrasse mais na prisão, com benefícios e sinergias, na altura, muito interessantes”. (l. 59-63) C1
C. Articulação da formação para as competências	Existência		“No final do curso poderíamos ter tido, aquela questão que se falou da incubadora dentro do próprio estabelecimento prisional. Se tivesse havido essa oportunidade eu tenho a certeza que muitos daqueles formandos ou alguns

<p>empreendedoras com outras estratégias ou processos de reeducação</p>			<p>daqueles formandos teriam implementado a sua própria ideia, dentro do EP...porque era possível, havia ali algumas ideias que eram possíveis de implementar lá. Mas lá está, há depois ali uma dificuldade em termos dos meios técnicos que dificulta um bocado as coisas. E trazer pessoas de fora, tudo o que é pessoas externas ao sistema prisional é muito complicado trazer lá para dentro”. (l. 683-690) P2</p> <p>“ (...) nós ali e foi uma sugestão que nós fizemos e chegou a estar em cima da mesa que acabou por “cair para o chão”, que foi fazermos uma espécie de incubadora de empresas dentro do próprio EP. É uma ideia que muitos empresários até acolheram com alguma expectativa porque existem instalações que estão vazias, estão desocupadas, poderá haver investimento ali dentro, até mesmo por parte dos empresários. É uma coisa que já se fez no passado, foi os reclusos fazerem trabalhos para as empresas cá fora mas lá dentro não...foi uma coisa que se foi perdendo. As oficinas, os mestres, aqueles que estavam nas oficinas foram sendo reformados, foram saindo do estabelecimento, e deixaram os cargos vazios e, não houve, quem os substituísse. Ou seja, esta questão do empreendedorismo que nós tivemos no sistema prisional é uma coisa que não tem limites, desde a criação de incubadoras, desde o acompanhamento personalizado dos formandos...mesmo o ensino interativo do empreendedorismo no EP, há toda uma infinidade de coisas que podem ser feitas por aquelas pessoas que estão presas, que cometeram crimes mas também tem que haver uma vontade da parte deles”. (l. 436- 449) P2</p>
<p>D. Estratégias/aspectos a melhorar ou a transformar no domínio da educação para o empreendedorismo</p>	<p>Conselhos futuros - Contexto global</p>		<p>“E é isso que eu acho que falta em Portugal...é esse impacto que eu gostava de ver com o ensino do empreendedorismo, com o fomento do empreendedorismo levado não só das instituições privadas, como é a ANJE ou outras associações de carácter empresarial mas também por parte do setor público, das escolas, por parte do Ministério da Educação, não tanto do Ministério da Economia, mas acho que o Ministério da Educação tem aqui um papel fundamental a desempenhar, nesta parte do fomento do empreendedorismo. Porque é na escola onde estão mais jovens reunidos, é na escola e é aqui que nós estamos a formar homens e mulheres, ou seja, é aqui que o ensino do empreendedorismo deve estar”. (l. 365-373) P2</p> <p>“O ensino do empreendedorismo em Portugal deveria assumir uma relevância muito maior do que a que ela tem, inclusivamente devia ser colocada nos planos</p>

			curriculares dos cursos e quando falo dos cursos, falo desde o ensino básico e não apenas a partir do ensino superior. Há muitas escolas, aqui ainda não, mas a nível de ensino secundário que já estão a incorporar essa unidade letiva, se bem que informalmente nos seus planos curriculares mas é preciso fazer mais, é preciso aqui que o governo ou o Ministério da Educação, mais precisamente, que aposte nesta área e aposte no empreendedorismo, aposte no ensino e no fomento do empreendedorismo. Acho que era importante termos uma cadeira de empreendedorismo, integrada, que fosse igual para todo o país...mas uma cadeira de empreendedorismo onde não se ensina apenas e exclusivamente como se faz uma empresa, mas também fomentar esse espírito empreendedor nos nossos jovens”. (l. 323-340) P2
	Conselhos futuros a transformar ou a melhorar- Contexto prisional	Acoplagem entre formação escolar e profissional- formação de educação para o empreendedorismo	“Isso é o que eu lhe acabei de dizer, acho que ela deve estar acoplada, pode estar acoplada de diversas formas num programa mais estruturado ou em pequenos módulos que trabalhem o empreendedorismo e mesmo a gestão financeira. Uma das coisas que se fazia no empreendedorismo, um módulo era a construção de um projeto, de um orçamento, tudo isso são aspetos muito importantes para trabalhar com a população reclusa”. (l. 254-258) C1
Duração		“E, depois, acharam que o tempo deveria ser encurtado, que era muito tempo, e esse trabalho chegou a ser feito, eles chegaram a redesenhar o programa nesse sentido”. (l. 205-207) C1 “Basicamente é o que eu acho em relação ao programa de empreendedorismo, ou seja, se o fosse-mos replicar agora, eu penso que o que deveríamos replicar numa versão mais curta, com menos carga horária diária e sempre acoplado a projetos ligados à escolaridade e à formação profissional. Isso sim, prepara por excelência para a empregabilidade. Se nós chegarmos cá fora e não soubermos fazer nada, mas se tivermos uma atitude pró-ativa, temos mais probabilidade de conseguir emprego, mas não é um garante porque não sabemos, realmente, uma profissão...e ficamos fragilizados nessa procura.”. (l. 174-180) C1	
Formadores preparados e adequados à população em questão		“A nível de readaptação da formação, há aqui uma questão que é...nem todos os formadores estão preparados para dar esse tipo de formação...e para dá-lo em contexto prisional. (...) Penso que deveria haver aqui, algum tipo de formação para formadores que permitisse, isto não é uma adaptação nossa, mas uma adaptação do próprio mercado da formação...que eu próprio sinto quando damos	

			<p>formação a públicos mais desfavorecidos. Havia de haver aqui algum tipo de formação para formadores que ministrassem formações a tipos de públicos diferentes, públicos desfavorecidos ou públicos em reclusão ou exclusão social, porque são públicos mais complicados”. (l. 705-716) P2</p>
		Estímulos ao desenvolvimento	<p>“Porque eu costumo dizer ou nós criamos as bases, os alicerces da casa ou a casa vai ruir, não é?! Vários conhecimentos de matemática, de português, de inglês é extremamente importante, as disciplinas base, mas temos que começar por um lado essencial que é: Onde é que isso tudo vai calhar?, Qual é o saco?... É um saco onde tem tanta coisa, tanta coisa que eles ainda não definiram o que é mais experimente ou não. O próprio recluso que está lá preso, cometeu um ato ilícito, não se conhece a ele próprio, não tem uma personalidade ainda de se conhecer a ele próprio, de estimular aquilo que é o bom nele...não, só lhe disseram o que é mau...<i>isso é mau e agora ficas enclausurado!</i> Tudo o que é mau, o que é que nós podemos aproveitar que é bom?! Poderiam ser miniprojectos, para que fossem indo acompanhando o desenvolvimento académico deles mas que fossem estimular, também, a prática do empreendedorismo e o desenvolvimento das competências empreendedoras. Tenho pena que se perca, mas isso, infelizmente, tudo isto depende de condições financeiras, portanto, hoje em dia nem pensar”. (l. 317-329) P1</p>
		Aproximação da prisão às empresas, ao tecido empresarial	<p>“Aquilo que deveria ter sido feito era uma espécie de aproximação constante das empresas aos formandos, em vez de termos tido apenas aquela sessão com os empresários, não, termos tido mais sessões com os empresários em que um vinha falar da sua experiência enquanto empresário, as dificuldades que sentiu, etc. Isso devia ter sido, insistido mais, até porque o curso foi bastante longo com segmentos...isso podia ter acontecido mais. (l. 678-683) P2</p>
		Acompanhamento para a pós reclusão	<p>“E de haver uma entidade cá fora, sem dúvida nenhuma, que os acompanhasse. E no seu dia-a-dia, ou seja, sem projeto nenhum de empreendedorismo eles diziam e alguns deles que já tinham reintegrado pela 2ª vez o sistema, eles diziam...<i>para quê isto tudo? Nós saímos lá para fora e não temos ninguém que nos ajude.</i> Ou seja, o próprio Instituto de Reinserção Social não funciona, então para quê o esforço, até estamos a ter formação...havia fases assim, em que eles estavam extremamente desmotivados”. (l. 422-427) P1</p> <p>“Nós podemos fazer de tudo um pouco, para além da formação teórica que nós fizemos, aliás nós enquanto associação disponibilizamo-nos para isso, porque</p>

			não, quando eles saírem e serem libertados virem-nos procurar enquanto associação para que nós os apoiemos”. (l. 433-436) P2
		Estratégias e metodologias construtivas e inovadoras	“Os grandes desafios que nós tivemos foi manter, exatamente, o nível de motivação e de interesse e havia reclusos que tiveram connosco durante 1 ano, a terem formação todos os dias e que tinham desistido da escola, ou seja, o próprio estabelecimento prisional viu com bons olhos de que se calhar podia-se fazer coisas com este género de metodologia que não se faz no tradicional ensino. E aproveitar algumas valências que tem a metodologia <i>Learning by doing</i> para a prática académica, que é isso que nós fazemos...é dar aos professores outro género de metodologia, sem ser o tradicional” (l.427-433) P1

Interpretação dos dados dos formandos

R1 e R4- reclusos do EP de Sintra; **R2 e R3** – reclusos do EP de Leiria

Dimensões	Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
Tema 1: Frequência da formação sobre empreendedorismo – as suas razões e importância reconhecida			
A. Motivos da frequência no curso	Ocupacional (razões ligadas à ocupação)		“Eu tinha acabado o 9ºano e não tinha mais nada pra fazer, estava inativo. E falaram-me neste curso e eu escrevi-me. Aqui ou se trabalha, ou se tiram cursos ou se estuda. E como eu já tinha tirado o 9ºano e não havia 10º, nem 12º, fui para este curso. (l.50-52) R1 “Hum...em base estar ocupado e, pronto, ter uma ocupação. Em base foi isso...fazer alguma coisa aqui no percurso prisional (risos)”. (l.20,21) R2
	(Re)integração social (no meio prisional ou no futuro)	Socioprofissional	“Eu fiz esse curso, eu fiz aquilo para a reinserção social aqui na prisão, é bom, também, lá fora com o meu certificado, com o que eu já fiz, se eu sair, eu vou procurar para ser integrado num emprego qualquer”. (l.20-22) R3
	Influência socio relacional (engloba toda a motivação que surge por parte dos outros)		“Partiu do Doutor [Técnico Superior de Reeducação], a ver como é que me sinto nesses cursos e eu... faço-lhes as vontades. Porque eu já tive em muitos... desde que entrei num estabelecimento, coloquei logo os meus objetivos até sair para a rua. Às vezes tem que se saber estes certos desvios mas ...” (l. 20-23) R4

B. Enriquecimento	Pessoal (tudo o que diz respeito à mais-valia individual)		<p>“Sim foi importante, foi enriquecedor para mim, porque eu quando sair acho que já vou mais preparado”. (l.74, 75) R1</p> <p>“Enriqueceu, porque acho que o curso está bem, enriquece a qualquer pessoa”. (l. 103) R3</p> <p>“Senti, fiquei contente porque já aprendi alguma coisa aqui dentro, já sei fazer alguma coisa com este curso”. (l.102-106) R3</p> <p>Enriquecimento pessoal: “Sim, sempre, sempre, sempre”. (l. 133) R4</p>
	Social		<p>“Claro e é sempre bom falar com pessoas e aprender com pessoas, pronto, que têm mais cultura...e comigo foi”. (l.106, 107) R2</p>
	Profissional		<p>“Para mim, para possivelmente arranjar um emprego, também, lá fora. Se houver a possibilidade de eu ir para os parques de Sintra e eles lá depois...quando acabar o meu tempo de reclusão podem empregar-me logo diretamente, que já houve esses casos. E é uma maneira de a gente sair logo daqui e ter, logo, emprego e é uma mais-valia, não é?! , como se encontra agora o país”. (l.42-46) R2</p>
C. Reconhecimento da importância da formação (se o consideraram importante ou não esta formação, bem como as razões da sua importância)	Pessoal (para ganharem e adquirirem aprendizagem e conhecimento)		<p>“(...)eu inscrevi nela porque estava desocupado e havia um curso, no fundo, para desenvolver o projeto e eu achei que era importante para aprender mais do que tivesse a ver com a terra, para voltar aos costumes antigos.” (l.26-28) R1</p> <p>“Nesta altura quando se está preso tem que se fazer qualquer coisa e assim é sempre bom aprender”. (l.17, 18) R2</p> <p>“Eu acho que é sempre importante uma pessoa aprender sempre um pouco mais sobre as coisas, então sobre o empreendedorismo até crer acho que faz bem, até se aprende um pouco mais...”. (l. 13-15) R4</p> <p>“É sempre...para mim também...porque essa cultura...eu acho foi bom em todos os aspetos. O empreendedorismo, agora fala-se muito disso, não é?! , e a gente tem que ter mais ideias...não é só na base do que a gente sabia fazer na rua... é aprender outras coisas”. (l. 68-70) R2</p>
		Razões interpessoais	<p>“Sim, também para o outro, para os colegas que eu tive com eles e para as pessoas...sim aprendi para mim, também”. (l. 47, 48) R3</p> <p>“ (...) aquilo para mim é...grandes coisas para mim, aprender alguma coisa para social, com a família e amigos e colegas de trabalho também”. (l. 52-54) R3</p>
		Razões ocupacionais	<p>“Foi importante para mim, aqui na prisão foi importante...estar ali sem fazer qualquer coisa, para mim custa” (l. 17,18) R3</p>
		Reinserção futura	<p>“Num próximo, gostei de aprender as coisas que eu não sabia, as coisas que aprendi de novo e que não sabia, aprendi sempre coisas novas e será bom para o meu futuro</p>

			se deus quiser”. (l. 15-17) R4
	Socioprofissionais (engloba os aspetos ligados à vertente social do emprego, do trabalho, ou seja, tudo o que envolve o campo do mercado de trabalho)	Posicionamentos face ao mercado de trabalho (ex. apoios ...)	<p>“É importante porque primeiro porque entrei aos 18 anos, nunca trabalhei praticamente e não tinha experiência e isso é importante, porque quando sair, se ainda tiver interessado dirijo-me a eles e ajudam-me. Pode ser para eu começar de novo, foi isso que me interessou mais, foi isso, foi o projeto”. (l. 31-35) R1</p> <p>“Foi importante porque uma pessoa também ficou a saber, um pouco mais, sobre o mercado de trabalho e como se faz uma entrevista, como temos que estar numa entrevista, como somos avaliados e etc. Dentro destas coisas todas foi importante porque uma pessoa fica com umas noções daquilo que antes não tinha, como funciona o mercado de trabalho, as leis de trabalho e isso tudo”. (l. 42- 47) R1</p> <p>“Acho, apesar de eu ter, naquela altura tinha a noção do que é que era o meu trabalho, mas a noção daquilo não era como agora, agora já sei um pouco mais...já (silêncio)”. (l. 34,35) R4</p>
	Económico (razões monetárias)		<p>“ (...) também recebemos uma bolsa, também faz parte e faz falta”. (l. 59, 60) R2</p> <p>“ (...) com este curso ganha, chega no fim do mês ganha um dinheiro, dá para fazer alguma coisa dentro da ala, comprar alguma coisa”. (l. 67, 68) R3</p>
	Importância reconhecida ao nível da reinserção social (englobando o contexto prisional e pós-prisional)		<p>“Foi importante e aqui...como eu acabei de dizer foi importante na reinserção social aqui na prisão e lá fora, também,...e para a minha vida com a minha família que é, se eu sair e tiver condições de criar uma empresa para mim é bom”. (l. 38-40) R3</p> <p>“ (...) essas formações porque nos vai preparando para quando sairmos, estarmos mais integrados na sociedade”. (l. 115, 116) R1</p> <p>“A todos os níveis ajuda, a nível, também, do percurso prisional também é bom e...há a possibilidade de ir para os parques de Sintra que era muito importante, mesmo para o tempo que cá estamos presos e depois se houver a possibilidade... do seguimento”. (l. 60-63) R2</p> <p>“Foi importante dessas coisas que eu disse, mas também serve para o futuro dele, quando sair daqui da prisão para continuar a vida lá fora com mais custo”. (l. 66-72) R3</p>
D. Reconhecimento da educação para o empreendedorismo	Sociedade – empreendedorismo (diz respeito à importância que a sociedade em geral tem para agir e impulsionar estas aprendizagens para o empreendedorismo)		<p>Acha que sim, na opinião dele, a sociedade deve agir e impulsionar estas aprendizagens para o empreendedorismo R2</p> <p>“Sim, acho que sim, mas não tanto aqui dentro...mas todos os jovens em geral acho que se devem dar a conhecer, vendo como está o mercado de trabalho hoje em dia, o desemprego... acho que o não se tentar, foi um pouco desse desemprego”. (l. 71-73) R4</p>

Tema 2- educação para o empreendedorismo: competências construídas e avaliação de impactes				
A. Aprendizagens construídas/competências adquiridas (que reconhecem ser as mais importantes ou as que foram mais adquiridas)	Sociais (engloba tudo o que diz respeito à realidade social, ao viver em sociedade, de uma forma interpessoal/relacional, ou seja, a lidar com os outros)		<p>“Foi como estava a dizer há pouco como nós nos devemos comportar na sociedade, com os outros, como as pessoas pensam”. (l.80 - 82) R1</p> <p>“Sim, a lidar também com as pessoas, com os outros”. (l. 146) R1</p> <p>“Eu acho que as competências mais importantes foram a nível do conhecimento, a pessoa ficou a conhecer um pouco como o mundo funciona”. (l.120-121) R1</p> <p>“Olhar para o mundo, para as pessoas lá fora com um outro pensar, com outra maneira de ver isso, sim. Agora com mais capacidades também, porque aprendi, não é?! , ganhei um pouco mais de conhecimento”. (l.131-133) R1</p>	
	Profissionais (engloba tudo o que diz respeito à área das competências profissionais ligadas ao emprego, à inserção no mercado de trabalho, a lidar com os outros neste contexto profissional)	Técnico-profissionais (engloba todo o saber fazer, a passagem da teoria para a prática)		<p>“ (...) estamos a tratar das videiras, com a poda, agora vamos plantar, esses aspetos todos, que eu antes tinha na teórica e agora tenho na prática. Agora nestes 3 meses é a prática, já é um outro curso que vem complementar o outro”. (l. 100-103) R1</p> <p>“Foi isso, foi a fazer os restauros, a fazer tetos, a fazer sancas, em base o curso foi...na base do estuque... restauro”. (l.33,34) R2</p> <p>“Eu aprendi a esculpir, primeiro aprendi a fazer moldes...até porque é uma caixa de madeira, eu acho, eu faço aquilo e faço a massa, encho nessa caixa. Primeiro encho a caixa com base, depois faço a massa, deixo a frescar, depois faço o desenho em cima...desenhar e depois esculpir”. (l. 29-32) R3</p>
		Socioprofissionais (engloba o aprender a fazer, todos os procedimentos teóricos para o mercado de trabalho)		<p>“Porque nunca tinha estado no mercado de trabalho, não sabia o que era, nunca tinha trabalhado, não sabia, quando sair o que é que me espera. Agora já sei como estar numa entrevista, como me comportar, acho que se torna mais fácil”. (l. 65-68) R1</p> <p>“Na entrevista, nas leis de trabalho, nos contratos de trabalho, porque há vários tipos de contratos de trabalho, também estudámos isso”. (l. 70,71) R1</p> <p>“Sim, também como patrão, saber selecionar as pessoas, os recursos humanos, saber tipo: eu <i>tenho aquele negócio e será que é bom para aquele tipo de pessoas</i>, saber rentabilizar o negócio, saber se é bom só para aquela faixa etária ou não, saber gerir”. (l. 84 -86) R1</p> <p>“Aprendemos a fazer currículos e isso tudo, tivemos contabilidade, tivemos nas aulas de informática, isto, a trabalhar de umas aulas para as outras e aprendemos, aprendi, o curso virou-se mais para o mercado de trabalho. E virado para outras coisas, contabilidade também tivemos, a fazer balanços, os papéis para entregar o IRS, isso tudo, também. Foi basicamente o que é que nós aprendemos, foi na contabilidade, no mercado de trabalho, as leis laborais, aprendemos a trabalhar um pouco com o</p>

			<p>computador, mas aqui não temos internet, nem Excel, nem PowerPoint, Word. ” (l.189-195) R1</p> <p>“Não, tinha assim uma vaga ideia mas pronto...aprendemos algumas coisas. Temos a documentação onde depois podemos ir consultar...no caso de montar algum negócio que eu tenho essa ideia”. (l. 73-76) R2</p> <p>“Foi o plano de negócios” (l.86) R2</p> <p>“O que eu aprendi...aprendi, aprendi sobre as normas de trabalho e de segurança, a fazer um curriculum, a ler contabilidade, mais...relação interpessoal, competências de informática, sabia mas aprendi na mesma... talvez um pouco de tudo o que envolve o meio de trabalho”. (l.30-32) R4</p> <p>“Sim, arranjar emprego, como se deve comportar numa entrevista de trabalho, a elaborar o curriculum. E também a parte, por causa de montar o meu negócio, em vez de ser o entrevistado, ser o entrevistador, porque era mau no trabalho, é preciso para montar um negócio”. (l.50-53) R4</p> <p>“ Os meios que eu posso utilizar para o conseguir por em prática”. (l.42-43) R4</p> <p>“Claro, para mim, montar um negócio...consegui passar a minha teoria num papel, montar um negócio, espero pô-lo em prática quando sair”. (l.25,26) R4</p>
	Pessoais	Autoestima	<p>Ajudou-o bastante no sentido da autoestima, a sentir-se melhor R3</p> <p>“(...) mas eu aprendi outro... a ser o melhor”. (l.27,28) R4</p> <p>“Sim, ajuda sempre” (l. 89) R4</p>
		Criatividade	<p>“(...)Eu fui sempre criativo. Quando estava ali na n.2, se já entrou ali no escritório do Doutor [Técnico de Reeducação], já reparou que estavam lá umas molduras, uns quadros que fui eu que fiz, aquilo são jornais (...) ”. (l.137-140) R1</p>
		Conhecimento/aprendizagem	<p>“(...)Eu gosto de aprender sempre, eu tenho sempre necessidade de aprender sempre... e para mim, desde que aprenda para mim já fico feliz”. (l. 83,84) R4</p> <p>“Só me ajudou e mostrou a perceber aquilo que eu não sabia, aquilo que eu não conseguia fazer”. (l.93, 94) R4</p>
B. Motivações derivada da aprendizagem /que sentiram devido às competências adquiridas	Pessoal/individual	Impulsionada pelo nível relacional	<p>“ (...) no início eu ainda tive dúvidas, quando vi assim o computador e disse não vou conseguir mas com a ajuda da professora... me motivou bastante e com o meu esforço também. Já sei fazer muitas coisas, agora já estamos aqui sem ela e pronto...mas com a ajuda dela me motivou muito”. (l.83-86) R3</p>
		Competitividade	<p>“Claro, isso motiva-me sempre. Eu quando entro num curso, eu tento sempre ser o melhor...quero ser sempre o melhor e, então, esforço-me para isso”. (l.86,87) R4</p>
	Profissional		<p>“Sim, motivou porque eu posso sair este ano, posso sair para o ano e é bom saber</p>

			que me está a ser útil. Eu numa precária que fui arranjer trabalho, eu no ano passado estava no meio da pena e fui, eu numa precária arranjer trabalho. Acho que foi importante, foi motivante, arranjar trabalho motivou-me, senti vontade e fui à procura”. (l.123-126) R1
C. Avaliação em termos de adequação formação expetativas	Expetativas positivas da conceção da formação		<p>“Sim adequou-se, tanto que eu fiz tudo, mais de 50 horas de consultadoria era só para quem quisesse e eu e mais três, fomos os únicos de uma turma de 14 pessoas”. (l. 163, 164) R1</p> <p>“No início não mas depois com o tempo foram aparecendo...no início...como eu já lhe disse, a gente quando estamos presos há poucas coisas que aparecem...e aquelas que aparecem a gente ou agarra ou não agarra e eu agarrei logo a primeira que apareceu”. (l.100 -102) R2</p> <p>“(…)foi feito com muito cuidado a nível de quem orientou o curso, a nível da diretora da ANJE e acho que foi bom este curso. (...) das educadoras que estavam responsáveis aqui nos serviços prisionais que, também, estiveram muito atentas, fomos sempre bem tratados, nesse aspeto correu tudo bem, só tenho a dizer bem”. (l.157-160) R2</p> <p>“Pronto...eu já melhorei porque primeiro não sabia esculpir, nem fazer aquela caixa, mas agora já sei fazer, já sei fazer moldes, fazer a massa, esculpir e ir pré-produzir a peça, outras peças mais”. (l. 95-97) R3</p>
	Expetativas negativas da conceção da formação – lacunas /insuficiências		<p>“Sim, eu pensava que ia ser mais difícil, sim...torna-se muito fácil e isso cansa-me”. (l. 114) R4</p> <p>“(…) não dão o devido valor a nós formandos. Porque nós eramos 15...e havia eu e colegas meus que nos esforçámos para sermos os melhores e não...”. (l. 124, 125) R4</p> <p>“Sim, e depois no final deram a mesma nota a toda a turma... e nem toda a turma merecia ter a nota máxima...e isso deixou-me um pouco triste, mas não posso fazer nada...são coisas que acontecem”. (l. 127-129) R4</p>
	Ao nível do processo de reinserção/reintegração (engloba todos os melhoramentos ocorridos no presente – no contexto prisional - ou no futuro na pós-reclusão)	Profissional	

			<p>me vão empregar e vou aumentar o meu conhecimento mais prático, está a ver?...” (l. 120-122) R3</p> <p>“Não quer dizer que consiga fazer tudo ao mesmo tempo...isso vai-me ajudar no trabalho, para que eu consiga levar o meu negócio avante”. (l.140, 141) R4</p>
		Social (engloba todas as expectativas ligadas ao contexto da realidade social)	<p>“Lá fora eu ainda não estou, mas os aspetos é a maneira de ver as coisas. Eu via muito para mim, e o curso ajudou-me e outros programas que tive, ajudou-me a ver que as coisas não dependem só de mim. De mim depende, só de mim dependem coisas só de mim, mas no mundo do mercado de trabalho não é só de mim que dependem as coisas. Uma pessoa tem que perceber as pessoas, tem que saber lidar com elas, às vezes olhamos só para nós e não damos valor às outras pessoas. Isso também é ensinado, é uma forma que eu sabia também, se viesse para aqui muito novo, que tinha que sair do colégio e ainda era muito novo e só olhava para mim e os outros, que se danem...ajudou-me também aí”. (l.178-185) R1</p> <p>Considera que o vai ajudar na reintegração de uma forma geral. R4</p>
	Melhorias conquistadas com a formação de empreendedorismo (todas as melhorias ocorridas ou conquistadas com/através da formação)	Aprendizagens profissionais	<p>“Eu já trabalhei lá fora, só que quando, com este tempo eu percebi muitas coisas que eu podia fazer e não podia...como se deve <u>comportar</u>, etc”. (l. 111,112) R4</p> <p>“ (silêncio)... Foi a arranjar um trabalho”. (l.109) R4</p>
D. Processos de melhoria ou necessidades de readaptação/adequação da formação	Conselhos/recomendações de melhoria	Duração	<p>“É assim, o formato dele está bom. Depois, o problema é que é um curso curto, pelo menos aquele onde estive foi curto, foram 6 meses e acho que devia ser mais longo, para uma pessoa ver melhor como é que são as coisas”. (l.187-189) R1</p> <p>“Senti, mas vale uma coisa porque... se fosse um ano ou quê, valia mais, mas também foi...” (l. 108) R3</p> <p>“Tempo não dá porque temos que dar oportunidade a outros também. Mas para esse tempo que nós fizemos para mim é bastante”. (l. 109-111) R3</p> <p>“Sim...achei tudo o que se deu não foi muito aprofundado, foi dado assim, também era pouco tempo e foi dado assim há...sem sacrifícios, foi rápido e superficial, devia ter sido mais aprofundado”. (l.144-146) R4</p>
		Mudança	<p>“Deve ajudar, não quer dizer que faça. Uma das coisas que nos deviam fazer era...eles deviam, principalmente, nós temos mais jovens aqui...e andar para a frente e não voltar à mesma vida que nós tínhamos. Também temos que dar um pouco mais de nós senão chegamos lá fora e se nos vão dar aquela vida, voltamos... e chateiam-nos a cabeça”. (l. 77-80) R4</p>

		<p>Aprendizagem</p>	<p>“(…)Agora se eu quero ter uma empresa, o meu próprio negócio agora a internet é um meio de conhecimento e acho que devíamos ter aprendido a criar uma página de internet, a explicar o nosso negócio e isso tudo. Atualmente lá fora há, mas pronto aqui não temos acesso... acho que um curso de empreendedorismo, na aula de informática devíamos ter internet”. (l.195-199) R1</p> <p>“Deveriam ser mais, mais rígidos, deviam puxar mais os formandos...neste momento no contexto, porque aqui dentro é uma coisa lá fora é outra...são coisas diferentes. (l.150, 151) R4</p>
		<p>Seleção</p>	<p>“Deveria ser organizado para pessoas que queiram mesmo aprender, porque há pessoas que vão para ali que...é como se não tivessem ali...estão só por estar”. (l. 155, 156) R4</p> <p>“Ser menos gente no meio prisional porque é um pavilhão onde todos se juntam, como se juntam, falam muito e assim. E também devia ser a turma mais reduzida”. (l. 204, 205) R1</p> <p>“ (...) ser mais reduzido, em vez de ter 14 terem 10, para ser mais concentrado”. (l.207, 208) R1</p> <p>“Que fizessem uma boa seleção das pessoas...que metem mesmo no curso (...)”. (l.142) R2</p> <p>“(…)escolher bem as pessoas, realmente, se querem fazer ou não, para depois terem ao fim um bom aproveitamento... Porque isto implica um lugar, não é?, porque há pessoas que se calhar têm a sorte de vir e não se vão aplicar. E outros que ficam lá em baixo e queriam vir e não tiveram essa possibilidade e, se calhar, aproveitavam mais, não é?!. Eu sei que é difícil, se calhar escolher, mas tentar fazer uma pesquisa melhor de um recluso, neste caso, de um recluso que esteja mesmo...com capacidades e com vontade e saber aproveitar estas oportunidades que existem, não é?!, que são poucas, não são muitas”. (l.144-152) R2</p>
<p>E. Relação entre a formação e projetos de criação de negócio pós-reclusão</p>	<p>Razões associadas</p>		<p>“A criar não, a ter a ideia através da construção. A criar ainda não está ” (l.217) R1</p> <p>“Porque há pessoas já idosas que não têm filhos, não tem ninguém e têm os terrenos, mas já não cuidam deles e porquê não fazer um contrato, alugar mas com a opção de compra, a partir de x anos, quem sabe não faço isso, mas isso só o futuro o dirá. (l.227-229) R1</p> <p>“Pois, acho que sim. Como já tinha dito, quando sair daqui se tiver meios para fazer alguns negócios, criar um negócio para mim era ótimo”. (l.146, 147) R3</p> <p>“Sim, ajudou-me bastante, com aquilo que aprendi, montei e espero por em</p>

		prática". (l. 162) R4
Existência de projetos pensados ou criados na teoria		<p>"É preciso um projeto a nível do plano de negócios que acabei e dar formação em permacultura, construção sustentável, uma quinta onde tivessem os produtos, para ao fim de estarem as coisas construídas, fazer muitas viagens pela escola. Depois se o projeto andasse fazer o desporto aventura, também havia isso". (l.28-31) R1</p> <p>"Não posso dizer que vou ter logo o meu negócio, porque não me posso atirar de cabeça, não é?!, primeiro tenho que organizar a minha vida. Ao fim de ter a minha vida organizada, quem sabe. Se tiver apoios, se me ajudarem, quem sabe não aproveito o meu projeto que fiz cá em casa, eu gostava, gostava porque se formos a ver na minha terra havia muita terra abandonada". (l.219-223) R1</p> <p>"Eu era um stand de automóveis com oficina, com lavagens...tudo ligado ao ramo automóvel". (l. 78) R2</p> <p>"Sim do stand ou de uma oficina mas também como essa área está tão cheia de concorrência...que não sei o que é que vai acontecer daqui a dois ou três anos...que se eu tiver a aprender esta profissão pode ser uma mais-valia". (l. 170-174) R2</p> <p>"Ao sair daqui, quero comprar...fazer um café no meu país...comprar vinhos aqui, muitas coisas, açúcar e assim sucessivamente (...) Cervejas, bebidas. As coisas que tem saídas lá, eu comprava e levava para lá...porque para fazer negócio, temos que saber as coisas que têm saída...não é só chegar, comprar qualquer coisa e levar". (l. 151-156) R3</p> <p>"Eu montei o meu negócio, tenho o meu negócio montado na teoria, no papel, está ali tudo o que eu preciso para o montar, vamos ver se... (silêncio)". (l. 164, 165) R4</p>
Dificuldades ou receios sentidos		<p>"Não, dificuldades sinto como é óbvio, mas receios não. Dificuldades é normal, porque eu estou aqui há 7 anos e é complicado sair lá para fora e atirar-me de cabeça para o desconhecido". (l.232-234) R1</p> <p>"Eu acho que, quando a gente montar o negócio vai ter sempre dificuldades ou receios mas isso é uma questão de uma pessoa aventurar-se ou não". (l.176,177) R2</p> <p>"Sim, como estou aqui ... para fazer aquilo tenho que ter uma ajuda do exterior, dos amigos, família..." (l.158,159) R3</p>
Estratégias para superação de dificuldades ou adversidades		<p>"Primeiro tenho que tirar a carta, sair da casa dos meus pais e organizar-me, organizar a minha vida, arranjar um emprego e depois quem sabe. Ao fim de juntar algum e de para ter algum para a família, porque não me vão ajudar em tudo, não é?!, vou ter que juntar e isso ainda vai demorar um tempo, mas depois espero isso estar feito".(l.235-237) R1</p>

			<p>“Eu tenho que as superar, se um negócio tem várias vertentes, acaba sempre por não notar, não estar a ver aquilo que eu esperava saber e tenho que a divulgar mais, tenho que dar o projeto a conhecer, se não tiver publicidade é óbvio que as pessoas não vão adivinhar, não é?! No princípio vai ser difícil mas depois, ao fim de (...)” (l.239 -242) R1</p> <p>“ Por isso é que existe a ANJE, não é?!, a ANJE é uma empresa que aconselha a formar empresas e explicar logo o que pode acontecer...pelo menos tentar alertar as coisas, os pagamentos, as obrigações que a gente tem e essas coisas...não se pode falar e eu acho que foi bom, foi fundamental para poder tentar montar um negócio”. (l. 178-182) R2</p> <p>“Já pensei mas ainda estou aqui dentro, ainda... quando estou lá fora logo se vê”. (l. 161) R3</p>
F. Enquadramento num novo projeto ou ação no contexto prisional, na pós- formação	Existências		<p>“É assim, o professor X falou que quando apresentamos o negócio, mais tarde apresentámos, no final de estar tudo montado, novamente para os empreendedores, para o pessoal daqui e ficou de fazer uma proposta, aqui ao EP, de permacultura. Ele comprometeu-se no final do ano passado a fazer a proposta, mas não soube de mais nada, não me disseram mais nada e não sei como é que está isso”. (l. 247- 251) R1</p> <p>“Depois fui convidado para ficar nos ateliers, mesmo sem receber... e eu gosto, passa-se o tempo e começo a fazer coisas bonitas (risos)”. (l.90,91) R2</p>
	Não existência de projeto e as suas razões da mesma		<p>“Porque eu não quis, porque eu desde que vim aqui para Leiria, o meu objetivo foi sempre para estudar...Então, agora que estou a conseguir, espero continuar a estudar, até conseguir”. (l.179, 180) R4</p>